



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura do projeto de lei que estabelece medidas de
incentivo ao setor da construção civil**

Palácio do Planalto, 04 de março de 2004

Meu caro companheiro João Paulo, presidente da Câmara dos
Deputados,

Meu companheiro José Dirceu, ministro de Estado chefe da Casa Civil,

Meu companheiro Palocci, ministro de Estado da Fazenda,

Companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Meu querido companheiro Jaques Wagner, secretário especial do
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Meu caro companheiro Luiz Dulci, secretário-geral da Presidência da
República,

Meu caro senador Fernando Bezerra, líder do Governo no Congresso,

Meu caro Arlindo Chinaglia, líder do PT no Congresso,

Meu caro Paulo Safady Simão, presidente da Câmara Brasileira da
Construção Civil,

Meu querido companheiro Mattoso

Meu caro companheiro ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional,

Representantes de entidades empresariais e dos trabalhadores, aqui
representados pelo Bira,

Meus amigos e minhas amigas,

A capacidade de geração de empregos da indústria da construção civil é
um dos motivos determinantes para priorizarmos a construção civil.



Nossa previsão é de que 1 milhão e 410 mil novas vagas deverão ser criadas, na construção civil, até o final de 2004, somente em decorrência das medidas que estamos propondo neste momento.

Elas darão maior dinamismo ao mercado de financiamento imobiliário, proporcionando maior segurança a quem compra e a quem financia imóveis, atraindo investimentos necessários à diminuição do déficit habitacional do nosso país.

O companheiro Palocci já apresentou o sentido técnico das principais medidas que estão no projeto de lei. Vou destacar aqui os seus efeitos mais importantes.

Em relação ao financiamento imobiliário, nosso objetivo é fazer com que os bancos aumentem o crédito habitacional. Hoje eles têm a obrigação de investir em financiamento imobiliário 65% dos recursos captados pela caderneta de poupança. Contudo, podem computar como investimento créditos antigos do Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS).

Com as novas medidas, esses créditos, que eram deduzidos num ritmo de 1% ao mês, deverão ser acelerados, passando para 2% ao mês. Com isso, devem ser direcionados para financiamentos imobiliários, até o final do ano, cerca de 1 bilhão e 600 milhões de reais.

O Conselho Monetário Nacional também reduzirá a remuneração dos bancos sobre os valores não aplicados em crédito habitacional. A remuneração, que hoje é a da Taxa Referencial mais 6,7%, deverá cair para 80% da TR. Essa medida, portanto, aumentará o custo dos bancos que não aplicam recursos da poupança no financiamento imobiliário.

Tomamos também medida para evitar que os mutuários tenham prejuízos, caso a incorporadora não tenha condições de cumprir o que foi contratado, tornando o imóvel livre de ônus. Em caso de falência da empresa, os próprios mutuários poderão dar continuidade ao empreendimento, fiscalizando a correta aplicação dos recursos, assim como a instituição



financiadora, na medida em que cada obra terá um financiamento próprio, separado da contabilidade geral da empresa.

Gostaria, portanto, de frisar o impacto positivo que essa decisão terá para os mutuários: além de mais recursos, menor possibilidade de um novo caso Encol, no nosso país.

Naquele episódio – todos aqui se lembram – o Poder Judiciário procurou proteger os direitos dos mutuários, mas muitos foram sacrificados e tiveram grandes prejuízos, pagando bem mais do que o previsto, além de a solução do caso Encol ter demorado um longo tempo na Justiça.

Outra medida, nesse mesmo sentido, fará com que os empreendimentos passem a destinar 7% de sua receita bruta ao pagamento de impostos como o PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Isso garantirá que as dívidas tributárias de cada unidade sejam quitadas regularmente, evitando que os compradores fiquem com esse ônus se a incorporadora tiver dificuldades ou quebrar.

Os impostos devidos serão calculados apenas com base em cada empreendimento e não mais em relação à empresa como um todo. Será simples, portanto, para os mutuários fiscalizarem o correto pagamento das obrigações.

Qualquer que seja a dificuldade que a incorporadora venha a ter, cada empreendimento estará protegido, evitando-se a sua contaminação por esses problemas.

No sistema atual, se a incorporadora não pagou tributos por qualquer razão, mesmo que referentes a outras construções, todos os imóveis são solidários para o pagamento dessas dívidas, perdendo o mutuário parte ou mesmo o total do que já gastou com seu imóvel.

Fica garantido, portanto, o direito do mutuário de fiscalizar o cumprimento das obrigações referentes ao empreendimento, o que será facilitado pelos vários mecanismos estabelecidos no projeto de lei.



Tenho certeza de que essas novas regras proporcionarão maior dinamismo ao mercado de financiamento habitacional, inclusive por meio da redução de juros para a compra de imóveis.

Com essas medidas estamos cumprindo mais um importante compromisso do Governo, gerando empregos em um dos setores que mais têm capacidade de absorver mão-de-obra rapidamente.

Desde o ano passado estamos investindo fortemente em saneamento básico e vamos investir, também, em habitação popular para os segmentos sociais com renda familiar até dois salários mínimos, que representam mais de 80% do déficit habitacional do país.

É assim que nós queremos e estamos fazendo a retomada do crescimento da nossa economia, de modo estável e sustentado, cujos frutos já começam a aparecer, e essa reunião é um exemplo disso.

Eu penso que todos nós, aqui, sonhamos – e por que não dizer, acho que até os banqueiros sonham – que um dia a grande maioria do dinheiro depositado nos bancos seja utilizado para financiar, quem sabe, o setor da construção civil. Será muito mais útil ao Brasil do que quando ele foi investido apenas na especulação.

Queria dizer ao presidente João Paulo, em especial ao nosso querido presidente da Câmara, que o Congresso Nacional – tanto o Senado como a Câmara – tem atendido aquelas que são as prioridades determinadas pelo Governo, nos projetos de lei que enviamos à Câmara dos Deputados.

O exemplo mais vivo disso, presidente João Paulo, foi a votação da reforma da Previdência e da reforma tributária – para ficar só em dois projetos – que, historicamente, se achava impossível serem votados em tão pouco tempo e, em sete meses, nós conseguimos votar os dois projetos.

Este projeto vai entrar na Câmara. O presidente João Paulo é um dos companheiros saídos do mundo do trabalho. É um companheiro, tanto quanto



qualquer um de nós, aqui, ou até mais, preocupado com a geração de empregos e com a distribuição de renda.

Eu penso que a Câmara dos Deputados não medirá esforços para que este projeto seja votado o mais rápido possível, para que as ações contidas neste projeto possam entrar em execução rapidamente.

Portanto, meu caro João Paulo, o Poder Executivo está fazendo a sua parte, nesse processo, que é a parte de transferir a responsabilidade, para que a Câmara dos Deputados transforme o desejo do Governo numa lei que seja do interesse de todos os brasileiros.

E eu não tenho dúvidas de que quando chegar ao Congresso Nacional, à Câmara e ao Senado e, sobretudo, quando chegar à Câmara, Vossa Excelência irá trabalhar para que, no menor tempo possível, tenhamos o nosso projeto de lei transformado em lei e possamos ver a economia brasileira voltar a crescer com a rapidez que todos nós sonhamos.

Muito obrigado, e mãos à obra.

/mcpro/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura da 7ª Cimeira Brasil – Portugal**

Palácio Itamaraty, 08 de março de 2004

Senhor embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do
Brasil,

Senhor Carlos Tabares, ministro da Economia de Portugal,

Senhor Antônio Palocci, ministro de Estado da Fazenda do Brasil,

Senhor Luiz Fernando Furlan, ministro de Estado do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior,

Senhor embaixador Antônio Franco,

Senhor embaixador Antônio Paes de Andrade,

Meus senhores e minhas senhoras,

Tenho grande prazer em inaugurar a sessão plenária da 7ª Cimeira
Brasil – Portugal, na companhia do meu amigo primeiro-ministro Durão
Barroso. É uma satisfação retomar o diálogo que tivemos em julho último, por
ocasião da minha visita de Estado a Portugal.

Tenho certeza de que os trabalhos desta reunião aprofundarão ainda
mais as relações de fraterna amizade que pude sentir tão de perto durante a
minha estada em Lisboa.

Temos, agora, a oportunidade para dar seguimento e continuidade a
uma agenda bilateral dinâmica e abrangente, como são hoje as relações entre
Brasil e Portugal.

Neste fórum temos um valioso mecanismo de reflexão e deliberação
sobre a densa gama de questões que hoje conformam nosso relacionamento
político, econômico e cultural. Esta Cimeira bem reflete a qualidade e a
dimensão que alcançou a parceria entre nossos países. Afinal, Portugal é o



único país europeu com o qual o Brasil mantém reuniões institucionais regulares em nível de chefes de Governo.

Juntamente com a importante delegação portuguesa que acompanha Vossa Excelência, quero registrar, em particular, a presença da chanceler Teresa Gouveia. Sua recente visita de trabalho a Brasília preparou caminho para o êxito de nossos trabalhos aqui.

Senhor primeiro-ministro,

Temos hoje, neste fórum privilegiado, a ocasião de conversar de modo franco e objetivo sobre como aperfeiçoar ainda mais nossas relações. Nenhum tema melhor expressa a complexidade dos desafios à frente e, ao mesmo tempo, a maturidade que já alcançamos do que a questão dos brasileiros residentes em Portugal e dos portugueses que vieram viver no Brasil.

Quero, antes de tudo, expressar meu reconhecimento pelo empenho pessoal do primeiro-ministro Durão Barroso. Graças à sua determinação, tive a satisfação de assinar em Lisboa o acordo sobre contratação recíproca de nacionais. Criamos as condições para encaminhar, de forma prioritária e diligente, tema que há muito reclama uma solução definitiva.

Os resultados da recente reunião da Comissão Mista de Alto Nível reafirmam o espírito de entendimento e admiração mútua que sempre aproximou brasileiros e portugueses e que levou muitos concidadãos a buscar novas oportunidades na pátria além-mar.

É com o mesmo ânimo desbravador que empresários portugueses e brasileiros vêm renovando as nossas relações. São as enormes potencialidades no campo do comércio e dos investimentos. Espero ouvir da Subcomissão de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais, sugestões concretas sobre como podemos aprofundar ainda mais essa parceria.

Queremos trabalhar juntos para reforçar a aposta que Portugal fez na economia brasileira. Na última década, cerca de metade dos investimentos portugueses no exterior destinaram-se ao Brasil. Hoje, esse montante supera



os 10 bilhões de dólares.

Motivos para que continue a crescer não faltam. O Brasil e o Mercosul oferecem porta de entrada privilegiada para a participação de capitais portugueses no processo de integração sul-americana, em particular, por meio de obras de infra-estrutura.

Vamos discutir, igualmente, formas de intensificar a presença cada vez mais significativa de empresários brasileiros em Portugal. Permanece igualmente o desafio de ampliar e diversificar a pauta de nossas trocas comerciais ainda hoje aquém das potencialidades das nossas economias e ambições.

Estou certo de que das discussões entre nossos ministros da área econômica, hoje, resultarão idéias ambiciosas e propostas inovadoras para esses desafios.

Senhor primeiro-ministro,

A construção de um novo relacionamento, moderno e maduro, entre Brasil e Portugal vem projetando nossa ação conjunta para além da esfera bilateral. Confiamos nessa aliança porque queremos construir um mundo que os valores que unem nossos povos, a defesa da democracia, os direitos humanos e o multilateralismo.

Por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em especial, temos a oportunidade e a responsabilidade maior de ajudar a moldar um futuro de paz, prosperidade e harmonia para todos os povos que compartilham nossa História e cultura.

Podemos orgulhar-nos da nossa contribuição para a pacificação e retomada do caminho de desenvolvimento em nossos países irmãos. A consolidação da independência do Timor Leste, a vitória da democracia em São Tomé e Príncipe e o processo de reconciliação nacional em Guiné-Bissau são provas do quanto podemos juntos realizar.

Ao considerarmos o caminho à frente, não podemos nos esquecer do



papel decisivo da fala portuguesa como fator de projeção e fortalecimento de nossa ação coletiva.

Atribuo, portanto, grande prioridade a que estudemos meios para consolidar nosso idioma nos países de língua oficial portuguesa. A parceria entre nossos países desempenha papel central também no futuro das relações entre a União Européia e a América Latina e Caribe. Vamos discutir como avançar na direção de uma relação estratégica entre as duas regiões.

Vivemos um momento altamente favorável para esse diálogo. Por isso, contamos com o empenho de Portugal para que se possa assinar – ainda neste ano – o acordo de associação Mercosul-União Européia.

Senhor primeiro-ministro,

Durante minha visita a Portugal, afirmei que desejava ver um salto de qualidade no relacionamento do Brasil com os países com os quais está unido por laços de História e de sangue.

Por isso, revigoramos os mecanismos previstos no tratado de amizade, cooperação e consultas. A rica pauta de nossa reunião hoje não deixa dúvidas de que já não nos satisfazem gestos retóricos e demonstrações de boa vizinhança. Mas, escorados em vínculos históricos e tradicionais, Brasil e Portugal estão construindo uma parceria forte e pragmática, assentada em interesses concretos e objetivos comuns.

É dentro desse espírito de confiança que dou as boas-vindas a Vossa Excelência e abro os trabalhos da 7ª Cimeira.

Muito obrigado.

/lrj/cms.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
declaração conjunta à imprensa sobre a reunião de Cúpula da 7ª Cimeira
Brasil-Portugal**

Palácio Itamaraty, 08 de março de 2004

Excelentíssimo senhor primeiro-ministro de Portugal, Durão Barroso,
Ministros e ministras que acompanham a delegação do Primeiro-
Ministro,

Meus companheiros, ministros do meu Governo,
Meus amigos e minhas amigas,

É com grande satisfação que recebo o Primeiro-Ministro de Portugal e
sua comitiva, no âmbito da Sétima Cimeira Bilateral.

Portugal é o único país com o qual o Brasil mantém reuniões
institucionais regulares em nível de Chefes de Governo, o que demonstra o
caráter diferenciado que atribuímos a esse relacionamento. Ao longo das
últimas horas, tive o prazer de tratar com o primeiro-ministro Durão Barroso das
principais questões de nossa pauta bilateral, e trocamos impressões e
reflexões sobre temas internacionais.

Em julho passado, realizei, em Portugal, a primeira visita de Estado de
meu Governo. Pude comprovar, então, as afinidades afetivas entre nossos
povos, e verifiquei, também, que a agenda entre os dois países incorporou uma
qualidade pragmática e moderna, própria de países que atingiram um estágio
de maturidade em suas relações bilaterais. O Brasil e Portugal constroem um
denso intercâmbio econômico e aperfeiçoam cada vez mais o diálogo político e
diplomático, no âmbito da CPLP e em outros foros. Trata-se de relacionamento
que vai muito além de seus fundamentos tradicionais, como os vínculos
históricos, étnicos e lingüísticos.



Esta Sétima Cimeira vem confirmar essa nova dinâmica. Hoje, como em julho do ano passado, pude comprovar que nossos países buscam ampliar incessantemente a cooperação nas mais diversas áreas, como o comércio, o turismo, a cultura, a educação, a ciência e tecnologia e diversos outros domínios.

No encontro que acabamos de realizar, na presença de ministros de Estado de ambos os países, tratamos de várias questões, mas me permito ressaltar três assuntos. Em primeiro lugar, gostaria de expressar meu reconhecimento pela forma diligente e prioritária com que o primeiro-ministro Durão Barroso e seu Governo têm tratado a situação de nossos emigrantes. Garanti ao nosso ilustre visitante que meu Governo também está empenhado em facilitar a regularização de portugueses no Brasil. Nesse contexto, tive muita satisfação ao tomar conhecimento dos entendimentos alcançados durante a segunda reunião da Comissão Mista de Alto Nível do Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais, que teve lugar no último dia 2 de março, em Lisboa. Esse encontro é uma indicação clara da importância atribuída pelos Governos do Brasil e Portugal à questão de nossos emigrantes. Passamos a contar com a expectativa de que, até o final de 2004, estejam concluídos os processos de regularização em cada país.

Em segundo lugar, gostaria de chamar atenção para os resultados alcançados durante a primeira reunião da Subcomissão de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais, reunida em Brasília em 4 de março último. O primeiro-ministro Durão Barroso e eu conversamos hoje sobre possibilidades de ampliação do comércio e dos investimentos entre nossos países. Apesar do volume significativo de investimentos portugueses no Brasil e do crescente interesse do empresariado brasileiro em Portugal, o comércio bilateral entre nossos países ainda está aquém de seu potencial. Estou certo de que encontros como o de hoje e reuniões como a da Subcomissão Econômica, Financeira e Comercial, da semana passada, podem contribuir



para dinamizar ainda mais nossas relações empresariais.

Por último, gostaria de ressaltar o interesse de nossos países pela ação conjunta em espaços integrados. Refiro-me, em especial, à Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, que representa hoje uma das mais importantes vertentes do relacionamento entre nossos países. O excelente nível de entendimento mantido entre os países-membros da CPLP tem assegurado o aumento de sua presença no cenário internacional. Os espaços de cooperação no âmbito da Comunidade são numerosos e esperamos discuti-los em maior profundidade em julho próximo, durante a 5ª Cimeira da CPLP, em São Tomé.

Muito obrigado.

/mcpro



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com trabalhadoras rurais

Palácio do Planalto, 08 de março de 2004

Se eu fosse mais alto, eu estaria vendo até as pessoas que estão aí atrás.

Minhas queridas companheiras, não poderia acontecer comigo, no mesmo dia, duas coisas tão importantes com as que aconteceram hoje, no Dia Internacional da Mulher.

Nós estávamos, na sexta-feira, discutindo a necessidade de fazermos uma reunião com algumas mulheres do Brasil, para que pudéssemos comemorar o Dia Internacional da Mulher, que é hoje, dia 08 de março. E surgiu a idéia de que nós fizéssemos um encontro aqui, com todas as funcionárias do Palácio do Planalto que, muitas vezes, trabalham numa sala do lado da gente, ou numa sala abaixo da sala em que trabalhamos, e a gente passa quatro anos aqui e vai embora, e não vê as pessoas que aqui trabalham.

E hoje foi um dia importante, porque permitiu que, num único dia, nós tivéssemos contatos com todas as mulheres que trabalham aqui, no Palácio do Planalto. E são muitas mulheres, que passamos o ano sem ver.

A segunda coisa é terminar o dia numa reunião com as trabalhadoras rurais brasileiras. Algumas de vocês nós conhecemos de vários lugares deste Brasil, das Caravanas da Cidadania – desde 1992, 1993 – no Maranhão, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás.

Eu sei que em algum lugar deste país eu já encontrei com muitas de vocês. Muitas delas com a presença da Marisa, que me acompanha nessa marcha há 30 anos. Eu não sei se sou eu que sou um bom marido, ou se é a Marisa que é uma boa mulher, porque ficar juntos 30 anos, neste Brasil, não é uma coisa boa. Como eu acho que nós somos muito humildes, acho que eu e



ela nos merecemos. É por isso que nós estamos juntos há tanto tempo.

Quero apresentar a vocês uma companheira que foi recém-eleita para cuidar das mulheres brasileiras, cuidar da questão de gênero, que é a companheira Nilcéa Freire, que hoje teve um contato com vocês, e me parece que ontem, sexta-feira, também visitou vocês.

Quero apresentar também o companheiro Miguel Rossetto, que vocês conhecem. Gaúcho de boa cepa, um companheiro que tem a incumbência de fazer a mais profunda, a mais séria e a mais responsável reforma agrária que já foi feita na História do nosso país.

E, quando eu digo uma reforma agrária mais profunda e mais responsável, é porque nós estabelecemos que reforma agrária não é apenas dar um pedacinho de terra para as pessoas, muito longe, e abandonar as pessoas à sua própria sorte.

Vocês, que lutam há muitos anos, sabem que a reforma agrária só vai vencer no dia que a gente puder provar que o homem ou a mulher que estiver assentado vai ter não apenas condições de trabalhar a sua terra, porque vai ter crédito e assistência técnica. Vamos segurar as pessoas trabalhando felizes no campo na hora que garantirmos que outros benefícios cheguem ao campo, como educação de boa qualidade para as nossas crianças; como saúde para os nossos filhos, para as nossas mulheres e para os nossos homens; como condições de garantir os preços dos produtos que as pessoas produzam, para que as pessoas possam sobreviver a partir do resultado do seu trabalho.

Coube ao companheiro Miguel Rossetto colocar essa tarefa em prática. E ele sabe que não é uma tarefa fácil, é uma tarefa muito difícil, difícil para nós e difícil até para o próprio movimento, porque é quase um processo de educação coletiva que nós temos que fazer no nosso querido Brasil. Nós não queremos mais que nenhuma pessoa seja assentada e, depois de alguns anos, não tenha recebido nenhum crédito, não tenha recebido assistência técnica,



não tenha passado por lá nenhum médico, não tenha passado por lá nada que possa ajudar.

E eu não sei se vocês repararam que, no ano passado, além de liberarmos mais dinheiro para o Pronaf, criamos a primeira grande novidade do Pronaf, que foi criar um crédito para a mulher trabalhadora rural não ficar dependendo do projeto do seu marido. O marido pode ter a sua plantação, pode ir no Banco do Brasil e pegar o seu dinheiro; mas se a mulher quiser, ela própria, ter um outro projeto, pode apresentar esse projeto e conseguir um empréstimo, separado, do empréstimo que o marido fez no Banco do Brasil. E mais ainda, o importante é que, pela primeira vez, Requião, nós beneficiamos o companheiro jovem trabalhador rural. Se além do homem e da mulher pegarem o crédito, eles tiverem um filho de 18, 19 anos que queira trabalhar no campo, ele pode também ir ao Banco do Brasil e ter acesso ao dinheiro do Pronaf, independentemente do dinheiro do pai e da mãe. Ou seja, nós temos a boa felicidade de poder garantir que, numa mesma família, possa ter três projetos com créditos financiados pelo Pronaf. Essa é uma experiência que, eu espero, neste ano seja infinitamente melhor.

Eu também quero dizer para vocês que é uma alegria estar aqui com o nosso governador do estado do Paraná, o companheiro Requião, um companheiro que tem sido solidário na luta dos trabalhadores rurais desse País; com o nosso companheiro Jaques Wagner, que era ministro do Trabalho, e agora é o secretário responsável pelo funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; além de outros companheiros que estão por aqui.

Eu quero, portanto, dizer para vocês que vocês me deram – à mim e a Marisa – uma alegria extraordinária. Eu sei que vocês trouxeram uma pauta de reivindicação; essa pauta já foi entregue a vários ministros com quem vocês conversaram e, podem ficar certas que logo, logo, vocês estarão, através da direção de vocês, sendo chamadas a Brasília para discutirmos ponto por ponto.



Eu tenho a convicção que a trabalhadora brasileira e, sobretudo a trabalhadora rural, não reivindica nada impossível. Mas reivindicar melhor educação é uma coisa necessária e todo mundo tem que reivindicar; assistência técnica é uma coisa que todo mundo tem que reivindicar; terra para trabalhar e reforma agrária são coisas que todos que querem trabalhar no campo têm que reivindicar. Portanto, não haverá nenhuma dificuldade em, daqui a pouco tempo, quem sabe em menos de 10 dias ou 15 dias, o nosso Governo chamar as lideranças aqui, e dizer item por item aquilo que nós poderemos atender imediatamente, aquilo que nós poderemos atender no médio prazo e aquilo que vamos ter mais dificuldade de atender.

Eu gostaria de terminar e dizer para vocês o seguinte: eu não sei, na história deste Palácio, quantas vezes trabalhadoras rurais entraram aqui dentro. Não sei quantas vezes. O dado concreto é que, muitas vezes no Brasil, gente honesta e trabalhadora teve dificuldade de entrar nas salas dos governantes. E, muitas vezes, outro tipo de gente conseguiu entrar com muita facilidade. Isso é histórico e é cultural, no nosso país.

A presença de vocês, aqui, é a demonstração de que as coisas mudaram, pelas bandas do Brasil. As coisas mudaram, e vão mudar cada vez mais.

Vocês, companheiras, que lutam a vida inteira, eu duvido que exista no planeta Terra gente que tenha mais paciência do que mulher. Mulher tem paciência porque sente a dor do parto. E, depois da dor do parto, a mulher tem que cuidar da criança. E, às vezes, ela percebe que a dor do parto dói menos do que, às vezes, cuidar do filho sem as condições financeiras necessárias, tendo que formar essa criança corretamente.

Muitas de vocês estão na luta há 20 anos ou há 30 anos. Algumas, começaram na luta na mesma época que eu comecei. E nós estamos no Governo há 13 meses. A única coisa que eu peço é para vocês não perderem a certeza de uma coisa: eu me lembro cada compromisso que assumi na



minha vida com o povo brasileiro. E, sobretudo, eu me lembro de cada compromisso que assumi em cada caravana que eu fiz, com mulheres e homens deste país. E pretendo cumpri-las. Pretendo realizá-las, porque não é apenas uma reivindicação, é um compromisso de vida.

E este compromisso de vida vai ser feito. Muitas vezes, nunca é feito no tempo que a gente quer e com a rapidez que a gente precisa. Mas podem ficar certos que será feito porque é determinação da minha consciência e dos meus compromissos de vida fazer com que o povo trabalhador possa melhorar neste país. E fazer as coisas com tranquilidade e no tempo certo, porque se a gente der um passo errado, vocês sabem que não falta, neste país, quem queira ver a gente não dar certo.

E eu digo sempre: eu não tenho o direito de errar. Não por mim, que sou um ser humano comum, pois qualquer ser humano pode errar. Eu digo que não posso errar porque, se eu errar, será um fracasso da classe trabalhadora deste país, será um fracasso das trabalhadoras deste país, será um fracasso dos trabalhadores rurais.

Portanto, eu quero dizer para vocês que nós vamos nos encontrar muitas vezes. Eu tenho pedido para o Miguel Rossetto que ele tem que organizar, para mim, a visita a um assentamento bem-sucedido, a visita a um assentamento que ainda não deu certo, a visita a um assentamento onde as pessoas já estão produzindo, e a visita a um assentamento onde as pessoas não estão produzindo, que é para a gente aprender com aqueles que estão fazendo certo para ensinar àqueles que ainda não estão fazendo certo.

E, se Deus quiser, logo, logo, nós vamos ter uma agenda para visitar muitos assentamentos neste país, para poder conversar com vocês onde vocês vivem, onde vocês moram e, muitas vezes, onde vocês sofrem sem perder a esperança de que nós estamos muito próximos de conquistar e tornar realidade os sonhos que motivaram a vida de vocês.

Muito obrigado. Meus parabéns. E viva as mulheres trabalhadoras brasileiras!

/mcpro/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Ano da Mulher no Brasil e apresentação do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, durante o café da manhã com funcionárias do Palácio do Planalto em homenagem ao Dia Internacional da Mulher

Palácio do Planalto, 08 de março de 2004

Minha querida companheira Nilcéa Freire, secretária Especial de Política para as Mulheres,

Minha companheira Marisa,

Minha querida Marina,

Minha cara Maria Inês da Silva Barbosa, secretária Interina de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,

Meu querido companheiro Humberto Costa,

Meu companheiro Luiz Dulci, que está aí, no meio de vocês, tomando café,

Meu companheiro Nilmário Miranda,

Minha querida deputada Jandira Feghali,

Senhora Paula Viana, representante da Rede Feminista de Saúde,

Minhas companheiras servidoras do Estado brasileiro,

Não vou fazer discurso, porque seria redundância repetir aqui o que disse o Humberto Costa, o que disse a Jandira e o que disse a representante feminista.

Quero apenas lembrar a vocês que neste “café” não estava previsto discurso. Era um “café”. Mas não teve “café” e já houve um monte de discursos aqui.

Eu fico pensando, Nilcéa, o avanço que as mulheres conquistaram



nesses últimos anos no Brasil. Se nós olharmos um pouco para trás, vamos perceber que os avanços das mulheres no Brasil, possivelmente no mesmo espaço de tempo, tenham sido, quem sabe, uma conquista maior do que em outros países. E muita coisa aconteceu, deputada Jandira, depois da Constituição de 88, que estabeleceu as linhas mestras dos direitos da universalidade das conquistas das mulheres e, agora, temos a obrigação de fazer os arranjos para que esses direitos sejam consolidados.

Não é de hoje que é proibido à mulher ganhar menos que o homem. Há muitos anos, a lei diz que não pode haver separação dentro do mesmo ambiente de trabalho entre mulheres e homens. Entretanto, isso continua a existir, mesmo a lei proibindo. Mas, se formos analisar, vamos perceber que as mulheres, também nesse campo, conquistaram espaços muito importantes.

E é importante lembrar que essas coisas nunca acontecem de graça, há sempre um movimento organizado, sempre tem alguém que sai na frente, briga, luta, para que a gente vá conquistando o nosso espaço.

Lembro que, quando chegamos na Constituinte, em 1987, aquela Casa não estava adequada para receber mulheres. Lembro que, no cafezinho, por exemplo, só tinha um banheiro para homem, não tinha banheiro para mulher. Ou seja, a Casa da Democracia no Brasil, em 1987, não estava preparada para receber a quantidade de mulheres que veio participar da Constituinte. E acho que essa foi a conquista mais significativa das mulheres, o fato de as mulheres se descobrirem para a vida política brasileira.

Só tenho 58 anos de idade. Comecei a fazer sindicalismo com 23, mas sou de um tempo em que sindicato era coisa de homem, não era coisa de mulher. Lembro que, nas assembléias, muitas vezes, eu e Marisa tínhamos que fazer apelo para que os trabalhadores levassem as mulheres às assembléias, para que elas não fossem adversárias quando eles estivessem fazendo greve, porque, na época, os empresários trabalhavam muito isso, ou seja, faziam pressão econômica para que as mulheres fizessem pressão em



cima do marido para este não fazer a greve. Levar as mulheres ao estádio era quase uma obrigação nossa, para mostrar que elas tinham que ser parceiras daquele movimento para que os maridos tivessem nelas um apoio e não alguém tentando forçá-los a fracassar o seu movimento.

Hoje, as mulheres dirigem grande parte dos movimentos sindicais neste país. As mulheres estão nos partidos políticos, estão no poder judiciário, estão governando prefeituras, estão governando estados. Eu espero que pare por aí, que não queiram muito mais do que isso.

Mas eu acho que as mulheres conquistaram espaço extraordinário, sobretudo o espaço da consciência, de que têm direitos, não apenas obrigações.

Agora tem um “quezinho” nessa questão de gênero que a gente não vai conseguir resolver com lei, que é uma questão cultural, que é a violência a que a mulher é submetida dentro do seu lar.

Nós tivemos uma experiência, Nilcéa, que é exemplar, deve ter em outras cidades, mas na cidade de Diadema, quando se criou uma lei municipal proibindo os bares de funcionarem a partir das 11 horas da noite, num primeiro momento houve uma certa rebelião dos homens que não se contentavam dos bares fecharem àquela hora. Mas nas pesquisas de opinião pública, 100% das mulheres concordavam que os bares fechassem até mais cedo, porque era a chance que elas tinham de ver os seus companheiros chegarem em casa mais cedo, sem terem tomado nenhuma bebida alcoólica. Portanto, diminui muito o ímpeto da violência.

Essa é uma questão que nós vamos resolver. Primeiro, com a exigência do cumprimento da legislação existente, mas esta é, sobretudo, uma questão cultural.

Mesmo quando as mulheres têm uma atividade importante, quando a mulher é profissional liberal, quando a mulher tem uma vida própria, ainda assim ela tem uma dupla jornada que muitas vezes os homens não têm.



É preciso consciência para que o companheiro reparta dentro de casa as tarefas que não são obrigação apenas de uma pessoa.

Eu acho que isso vem com o tempo, isso vem na hora que a gente começar a dar a educação correta para a criança na escola, na hora em que a criança começa a aprender isso no ensino profissional, no ensino técnico, na universidade. Certamente, nós estaremos dando passos importantes para criarmos uma geração, eu diria, muito melhor civilizada do que a que nós temos hoje e muito melhor relacionada do ponto de vista do entendimento entre homens e mulheres.

Eu quero dizer que este “café da manhã” foi uma forma de simbolizar uma homenagem às mulheres. Nós tínhamos pensado em fazer uma reunião, em trazer personalidades. Nós tínhamos pensado num monte de coisas. Aí apareceu a idéia. Por que não encontrar com aquelas que trabalham o ano inteiro aqui dentro? Muitas vezes a gente nem sabe que elas trabalham aqui e elas sabem que tal pessoa é Presidente da República mas nunca conseguem sequer ver esse tal Presidente, que às vezes trabalha em cima delas – um andar acima ou um andar abaixo –, mas não se vêem e não se conhecem. Então, o que eu quero dizer para vocês é que neste dia vocês precisam colocar na cabeça que as conquistas que as mulheres ainda precisam alcançar não será benevolência nem dádiva de nenhum presidente da República, de nenhum senador da República, de nenhum deputado. Será conquista das mulheres. Portanto, vocês têm consciência de que a luta não terminou. Já conquistamos muita coisa, mas temos muita coisa para conquistar e eu sou testemunha de que a consciência política faz a espécie humana evoluir.

Eu sou filho de uma mulher que nasceu analfabeta, teve 12 filhos – quatro morreram antes de completar 30 dias de vida –, morreu analfabeta, mas na primeira tentativa de violência contra ela – feita pelo seu marido –, ela simplesmente rompeu com ele, foi viver sozinha com oito filhos e provou que quando a mulher tem garra, determinação, ela não tem que ficar dependendo



de uma pessoa que às vezes ao invés de ajudar, atrapalha.

Vocês conseguiram chegar a um nível de escolaridade muito maior, conseguiram certa independência econômica. E a independência econômica é fundamental nessa relação. Quanto mais independência econômica, mais a mulher se sente livre para dizer: “Olhe, eu existo e não quero ser tratada como cidadã de segunda classe. Quero ser tratada com respeito, porque eu mereço isso.”

Então, minhas queridas, quero agradecer a vocês, agradecer à Marisa, que me faz compreender melhor o papel das mulheres, e dizer que espero que a gente transforme este ato de hoje numa coisa cultural, para que, todos os anos, ao invés de a gente sair procurando mulheres para homenagear, a gente lembre que há muitas mulheres aqui que merecem ser homenageadas todo dia, todo mês e, principalmente, no Ano das Mulheres.

Meus parabéns ao Dia das Mulheres.

Só um dado aqui: a companheira Nilcéa falou da Lúcia Previato, que é uma cientista brasileira que está, neste momento, recebendo um prêmio da Unesco, um prêmio de Ciência. Outra coisa importante: a nossa querida Daiane, ontem, ganhou outro ouro, com outro salto monumental.

Portanto, as mulheres não têm que pedir licença.

/lrj/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de posse de membros do Conselho da República**

Palácio do Planalto, 10 de março de 2004

Excelentíssimo senador José Sarney, presidente do Senado,
Excelentíssimo deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos
Deputados,

Meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro de Estado da Justiça, em
nome de quem quero saudar a todos os demais ministros aqui presentes,

Minha querida senadora Ideli Salvati, líder da maioria no Senado,

Senador Efraim Morais, líder da minoria no Senado,

Deputado Michel Temer,

Deputada Telma de Souza,

Deputado José Carlos Aleluia, líder da minoria na Câmara dos
Deputados,

Deputado Edmar Batista Moreira,

Meu caro Almino Alfonso,

Meu caro Aldo Lins e Silva,

Primeiro, a alegria de tê-los empossados como membros do Conselho da República. Segundo, lembrar às pessoas que participam deste evento que, quando discutíamos na Constituição de 1988 a criação do Conselho da República, certamente os deputados e senadores que votaram a inclusão do Conselho da República na Constituição deram muita mais importância ao Conselho do que foi dada depois de sua criação. Porque, poucas vezes o Conselho foi chamado para dar conselho.

E eu penso que uma coisa importante que poderia acontecer, nesse novo tempo que estamos vivendo no Brasil, seria o fato dos membros



Conselheiros, quando perceberem que têm um problema relevante para discutir, e o Presidente não tomou a iniciativa de convidá-los, eu penso que os membros do Conselho deverão chamar a atenção do Presidente para convocar o Conselho e ouvir as pessoas, para ajudar a encontrar soluções para os problemas graves que nós temos no Brasil.

Eu queria dizer aos empossados, companheiros como o Aldo Lins e Silva, que está na luta pela conquista da democracia deste país muito antes da maioria de nós, aqui, termos nascido; o companheiro Almino Afonso, que tem uma história de tradição na luta democrática, extraordinária, neste país; e o deputado Edmar Batista Moreira, representando a Câmara dos Deputados, que se depender da ação do Presidente da República, nesses próximos três anos, certamente o Conselho se reunirá mais do que se reuniu de 88 até os dias de hoje.

Até porque eu acho que o Brasil tem temas extraordinariamente relevantes para serem discutidos, não apenas pelos membros do Governo, e espero que possamos aproveitar a sabedoria de pessoas que representam as instituições brasileiras e, sobretudo, das pessoas que representam a sociedade civil brasileira.

Eu quero desejar a vocês toda sorte do mundo, e dizer para vocês que, embora sejam os mais novos membros do Conselho da República, certamente vocês participarão mais das atividades do Conselho do que os velhos membros.

Boa sorte para vocês e muito obrigado.

/mcpro



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com membros do Conselho Nacional do Turismo

Palácio do Planalto, 11 de março de 2004

Faz algum tempo que o nosso ministro Walfrido Mares Guia insiste para que eu tenha uma pequena conversa com o Conselho.

Quando nós criamos o Conselho, eu penso que vocês compreenderam perfeitamente bem que o Governo deseja aprender. Porque um dos erros que um Governo comete – e já cometemos muitos, na História deste país, ao longo de tantos e tantos anos – se dá quando alguém, investido no cargo de autoridade, pensa que não precisa mais ouvir as pessoas, pensa que sabe tudo e começa a fazer as coisas sem as consultas necessárias, sem ouvir aqueles que, direta ou indiretamente, participam da atividade que o Conselho representa.

E o turismo – eu já disse isso numa oportunidade, a vocês – é uma das áreas da economia brasileira em que as pessoas, ao longo dos anos, mais vendem facilidades. Ao longo dos anos que acompanho a política brasileira, não tem nenhum dirigente político, nenhum dirigente de Governo, ou nenhum ministro que não diga que o turismo é a nova fonte de enriquecimento da Nação, de geração de riqueza e, portanto, de geração de empregos e distribuição de renda.

Esse é um discurso que, ao longo desses últimos 20 ou 30 anos nós temos ouvido, sempre que possível. E o discurso sempre contrariou a prática, porque o primeiro exemplo que nós demos disso é que, se fosse verdadeira a idéia de que o turismo era tão imprescindível assim, nós já teríamos criado o Ministério do Turismo há muitos anos, no Brasil, para cuidar especificamente do turismo, sem mexer com outras coisas.

E o turismo, fica fácil teoricamente e difícil na prática. Teoricamente é



fácil porque nós podemos nos basear na nossa própria vida, na nossa própria vontade de saber o comportamento de um turista. Muitos de vocês, que trabalham com turismo, um dia já tiveram vontade de pegar a família e sair para passear, já ficaram mapeando preços de passagem, onde é mais fácil, se é para ir a Miami ou a Manaus; já ficaram olhando preço de passagem para saber se era mais fácil ir até a Europa, passar um final de semana, ou um mês, ou umas férias inteiras, ou ir ao Rio Madeira ver se pegava um bom peixe com a mão; já procuraram saber quais são as condições dos apartamentos, quais as condições de segurança, se tem mosquito de malária, se não tem, se tem mosquito da dengue.

Ou seja, todos vocês pensam nisso, quando querem viajar. Só não pensam em arrumar o pneu do carro, de fazer manutenção no carro. Mas, no resto, pensa-se em tudo.

E o ser humano normal, o comum, que não está ligado, não pensa diferente de vocês. Toda vez que ele quer fazer uma viagem, ele analisa preços, hotéis, condições, comida, cultura da região que ele vai visitar. E, aí, ele faz a sua viagem. Isso é muito fácil de pensar e muito fácil de transformar essa coisa, que parece simples, em coisas concretas e objetivas, dentro de um país da extensão do Brasil, com os problemas do Brasil.

Nós, possivelmente, sejamos um dos países que tenha uma das maiores diversidades de coisas para um turista ver. Nós temos desde museus, nas grandes regiões metropolitanas; grandes orquestras sinfônicas, em algumas das principais cidades brasileiras; até mata virgem, como nenhum outro país tem; até rios, como nenhum outro país tem.

Agora, para que a gente fomente esse turismo, as condições têm que ser dadas, tanto de investimentos da parte do Governo, quanto da parte dos empresários, assim como uma boa política de divulgação.

Se tem uma coisa que ninguém faz, no turismo, é ir a um lugar desconhecido. O cidadão, às vezes, até comete equívoco, porque a fotografia é



bem feita, porque o SEBRAE faz uma propaganda razoável de algumas regiões do país. E, muitas vezes, as pessoas vão e não gostam de ter ido lá, porque não era aquilo que imaginavam.

Mas a verdade é que sem propaganda, sem divulgação, a gente não consegue fazer absolutamente nada. Não basta dizer da beleza das coisas brasileiras se você não mostrá-la, tanto ao povo brasileiro como aos estrangeiros.

Eu, por exemplo, como nacionalista que sou, nunca consegui imaginar como é que uma família pega todas as suas crianças para levar para Miami, e não leva essas crianças para conhecer uma boa parte do território nacional, que tem coisas exuberantes para as pessoas conhecerem.

Nós tivemos a sorte de ter Walfrido no ministério. E eu sei que nós estamos engatinhando, a verdade é que nós estamos ainda engatinhando nessa área, para alcançarmos aquilo que é o nosso objetivo. Não vou nem falar na quantidade de milhões de turistas que o Walfrido fala. Mas para que tenhamos uma quantidade de turistas de fora e de dentro visitando nosso país, na proporção da grandeza do nosso país, é preciso muito trabalho. É preciso muito trabalho em infra-estrutura.

Vocês, que viajam o Brasil, estão percebendo a quantidade de aeroportos que estão passando por profundas reformas. Em quase todas as cidades importantes do Brasil os aeroportos estão sendo reformulados. Porque, mesmo para ir a uma cidade grande, seja Rio de Janeiro ou São Paulo, se a pessoa tiver que esperar duas ou três horas a sua mala ao desembarcar, ela vai preferir sentar à frente da televisão, alugar um filme qualquer e ficar vendo, porque a pessoa fica desesperada. Então, criar as condições para que os brasileiros e os estrangeiros transitem com facilidade é da obrigação do Estado brasileiro. Estamos fazendo parte daquilo que são os compromissos que nós assumimos, em tão pouco tempo.



Estamos, agora, com um trabalho imenso pensando na recuperação das ferrovias brasileiras. E eu disse, hoje, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que houve um tempo em que a gente tinha uma fábrica enorme de produzir locomotivas e não teve uma encomenda. E agora, que nós temos centenas de encomendas de locomotivas não temos mais a fábrica para produzir. No Brasil, hoje, nós não estamos fazendo nem trilho mais. Vamos ter que importar ou vamos ter que apostar que alguém invista, até com o financiamento do BNDES, numa fábrica para construir trilhos, outra vez. Para construir vagões, nós temos fábricas aqui, mas a sua capacidade total não atende à demanda.

E nós precisamos entender que uma grande parte dos turistas, pelo menos na minha concepção, se pudesse, andava menos de avião e mais de trem. Pegar uma viagem num trem confortável, de duas, três, quatro horas é infinitamente mais saudável do que ficar três horas no aeroporto esperando o vôo que atrasou, ou o vôo que vai deixar de existir. Isso nós também estamos fazendo, uma das coisas em que nós vamos apostar é na recuperação das nossas ferrovias, para que possamos fazer uma combinação entre o transporte de carga e o transporte de turismo. Porque, hoje, o privilégio é a carga e o turismo está tratado de forma muito secundária.

Além disso, precisamos criar infra-estrutura. O Governo não precisa fazer hotéis, privatizar ou estatizar como fez no passado, mas pode induzir, com políticas públicas, a construção de pousadas, de hotéis, de restaurantes em lugares em que têm aptidão para o turismo. Eu fico pensando naquelas famosas cavernas que têm no Vale do Ribeira, em São Paulo, e em quantas vezes a gente tem vontade de ir ver – a mais famosa, pública, é a Caverna do Diabo – e não vai porque não tem estrada, nem condições de almoçar, jantar ou dormir. Então, a gente fica em casa.

Eu estou dando esses exemplos para mostrar que nós vamos nos reunir pelo menos uma vez por ano, e vamos ter que medir, anualmente, o que está



avançando, o que aconteceu, para que possamos ter, no final de quatro anos de mandato, uma comparação entre aquilo que começou quando nós criamos o Ministério, especificamente para cuidar do turismo, e aquilo que era antes.

Eu não tenho dúvida nenhuma que nós temos uma chance enorme de fazer duas vezes mais do que se fazia, no Brasil. Eu acho que nós ainda estamos pobres de divulgação do Brasil no exterior. O que aparece muito lá fora ainda são as coisas que são realistas, que acontecem, mas não é só isso que o Brasil tem.

Eu fico imaginando um brasileiro qualquer, que assista um programa de televisão e veja noticiário sobre a violência no Rio de Janeiro; ele, certamente, terá medo de viajar para o Rio de Janeiro, quando, na verdade, aquilo é apenas um lado; o outro lado é que o Rio é muito bonito, tem hotéis bonitos, restaurantes bonitos, um povo agradabilíssimo, tem belos bares, belos restaurantes, belos shoppings. Não posso falar tudo o que tem de belo, porque a imprensa está ali e poderão pegar como malícia. Mas a verdade é essa: tem coisas que acontecem, que são desagradáveis, mas a maioria das coisas são agradáveis. E, muitas vezes, isso fica no segundo plano.

Eu tenho conversado com algumas pessoas, e ainda ontem eu conversava com a minha mulher, depois de ver vários noticiários, sobre o fato de que a quantidade de coisas ruins, mostradas, são infinitamente maiores do que as coisas boas que estão acontecendo no Brasil, e que precisariam apenas do mesmo espaço. Em várias áreas. Não precisaria mostrar nem mais e nem menos. Eu acho que as pessoas pensam que as coisas boas têm obrigação de acontecer, e as ruins não, então dão mais destaque nas ruins.

Mas no Brasil tem muita coisa extraordinária acontecendo, coisas que o Governo nem sabe, mas que a sociedade está fazendo acontecer, e muitas vezes a gente não fica sabendo porque não há a divulgação correta e necessária. O velho Chacrinha já dizia, antigamente: “Quem não se comunica se trumbica”.



Eu acho que nós precisamos, meu caro Ministro, apostar numa grande política de comunicação. Primeiro, fazer os brasileiros conhecerem o Brasil. Os brasileiros têm que conhecer que o Brasil tem lugares extraordinários. Quando vejo alguém da América do Sul dizer: “Eu fui a Niágara fazer um passeio, para ver as cataratas”, aquilo parece muito pouco, diante de Foz do Iguaçu, muito pouco.

Entretanto, numa viagens dessas, internacionais, que eu fiz, várias pessoas levaram livros para dar de presente, sobre os estados brasileiros. Tinha um livro sobre o estado do Paraná e eu, então, disse ao presidente do país que eu estava visitando: “Eu vou lhe mostrar, aqui, o que é a queda d’água mais extraordinária do mundo”. E não tinha. Tinha fotografia de cobra, de borboleta, de morro, mas não tinha as Cataratas do Iguaçu, eu não pude mostrar. Viaja-se o mundo, passa-se um mês num hotel, e não se vê absolutamente nada sobre o Brasil. Absolutamente nada.

Nós pensamos, um tempo desses, em fazer uma discussão sobre um canal de televisão a cabo que tivesse alcance internacional. Isso não é uma coisa fácil, porque custa dinheiro. Mas esses dias, por acaso, num almoço com o Primeiro-Ministro de Portugal, sabedor que Portugal tem uma TV a cabo que atinge toda a Europa, toda a África, a América Latina e o Brasil, eu perguntei a ele se a relação Brasil e Portugal é tão extraordinária, porque que a gente não fazia também uma integração, uma política conjunta de utilização da TV a cabo, que é estatal de Portugal. E ele, simplesmente, concordou. Agora, estamos com pessoas nossas e deles discutindo um projeto para, no próximo encontro, discutirmos a utilização de um canal que já está pronto, que já existe, numa participação nossa, conjunta. Nós temos programação, temos a TV Educativa, temos a TV Cultura, poderemos fazer propaganda de turismo, ou seja, são coisas que nós temos que fazer acontecer, que precisam de dinheiro, mas eu acho que precisam menos de dinheiro e mais de criatividade, de mais vontade e mais disposição política para acontecerem.



Eu vi, esses dias, a Dayane ganhar a sua terceira medalha de ouro. E eu fico imaginando se não fosse a vontade política de uma menina daquele tamanho e ainda negra, num país de terceiro mundo, se ela chegaria onde chegou se não acreditasse nela mesma e não se dedicasse para fazer treinamentos de domingo a domingo, perdendo horas de namoro, horas de um monte de coisas que é mais fácil a gente fazer. Eu acho que em toda atividade nossa é essa determinação que faz com que as coisas aconteçam.

Eu penso que no turismo nós estamos no caminho certo. Primeiro, porque temos um país com um potencial extraordinário, ou seja, muito antes de nós nascermos, alguém – pois eu acredito no ser superior – fez as coisas bonitas que, possivelmente, as empreiteiras brasileiras não teriam condições de fazer hoje. Mas, de qualquer forma, nós poderemos aperfeiçoar aquilo que a natureza nos deu de presente, criando as condições de conforto para que as pessoas possam utilizar aquilo com a maior competência e a maior facilidade possível.

A terceira coisa, é que nós precisamos fazer com que os empresários do turismo sintam prazer em fazer o que estão fazendo. E aí a combinação entre vocês e o Ministério do Turismo tem que ser total, uma combinação muito verdadeira, onde vocês poderão dizer o que pensam. Não tem nada pior na relação humano do que você participar de uma reunião, voltar para casa engasgado porque achou que não era politicamente correto cobrar determinadas coisas de alguém que estava ao seu lado. Eu acho que nós temos consciência de que não sabemos tudo. Nós temos consciência que vocês são mais especialistas em turismo do que qualquer membro do Governo. Nós temos consciência que vocês vivem, na prática, aquilo que, muitas vezes, o Governo teoriza e, portanto, têm muito mais a nos ensinar do que a aprender. E o que nós poderemos dar de contribuições, além das políticas públicas para facilitar a questão do turismo, é a gente criar as condições de sermos os indutores da maior política de turismo que esse país já teve.



Eu estou dizendo tudo isso para falar sobre uma coisa que vocês não tiveram – pensei que você ia falar, você não falou – que é o seguinte: eu sei que os empresários do turismo estão meio chateados, porque na reforma Tributária o Cofins pegou o setor. Deixa eu dizer uma coisa para vocês: não há coisa que um governo faça que, se ele descobre que ao invés de estar ajudando está atrapalhando, ele não tenha condições de mudar. Eu tenho. Eu não quero, não posso e não devo fazer promessas que depois eu não possa cumprir.

O meu conselho é que vocês, junto com o ministro Walfrido, coloquem no papel todos os estudos que vocês têm do prejuízo que isso possa estar causando ao setor. Eu me comprometo a marcar uma conversa entre vocês e o ministro Palocci, porque se tiver alguma coisa danosa nós não teremos nenhum problema em rediscutir e mensurar diferentemente aquilo que está colocado na lei. Nós temos claro que o nosso papel no Governo é contribuir para que as coisas funcionem, é de criar as facilidades para que funcionem cada vez melhor. E muitas vezes, no afã de fazermos as coisas mais perfeitas possíveis, poderemos cometer equívocos, poderemos cometer erros e precisamos ter a humildade de, se detectarmos o erro, não termos porque não reconhecer e não mudar. Não cabe, para alguém que tem um mandato de apenas quatro anos, ter a arrogância de um imperador. Nós temos que ter a consciência que, ao sairmos do Governo, não queremos ter quarto de hotel de graça, não queremos passagem de avião facilitada, o que nós queremos é poder encontrar com vocês, em qualquer lugar deste país, e nos tratarmos como companheiros. Eu acho que é isso que vale para alguém que está no Governo e tem consciência que o mandato de um Governo é muito temporário. E que o trabalho que vocês estão fazendo e o que nós conseguirmos construir para o turismo brasileiro poderá ser definitivo para o nosso país.

Portanto, quando vocês tiverem que reclamar, por favor, utilizem o Walfrido para reclamar, com a força que vocês quiserem reclamar, para que



possamos consertar. Eu digo sempre: nenhum Governo vai bem se todas as pessoas que encostarem perto do Presidente acharem que está tudo bem. Nenhum Governo vai bem se as pessoas que encostarem perto do Ministro só ficarem badalando o Ministro.

Todo ser humano tem um componente de ego do tamanho do seu corpo, alguns têm o ego maior, e muitas vezes as pessoas acreditam em todos os elogios que são feitos. E muitas vezes uma verdade, que não é um elogio, torna quem fez a crítica um inimigo do outro. No nosso Governo não é assim. Ou seja, nós temos que aprender a gostar da crítica, tanto quanto gostamos de elogios. Nós temos que aprender a gostar das vaias, tanto quanto gostamos dos aplausos. Um homem público e uma pessoa que não tem pretensões pessoais de ser imperador tem que entender com muita humildade que o Brasil é muito maior do que ele e que a política de turismo que nós queremos fazer para este país não é para o nosso Governo, é para o nosso país e para o nosso povo.

Muito obrigado e boa sorte.

/mcpro/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

Palácio do Planalto, 11 de março de 2004

Primeiro, bom dia a todos os conselheiros e conselheiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Bom dia aos meus companheiros ministros e ministras que estão participando do Conselho.

Como não ouvi as palavras do companheiro Gushiken, quero começar dizendo ao companheiro Furlan que foi muito importante abrir este debate sobre política industrial com o Conselho, porque todos vocês são homens e mulheres bem informados e sabem quantos anos passamos no Brasil ouvindo os governos dizerem que não era necessário política industrial.

Durante dezenas de anos se dizia que o Brasil não precisaria discutir política industrial. E todo mundo sabe que não é difícil fazer uma política industrial, pelo menos colocá-la no papel. Não faltam, no Brasil, consultorias especializadas em produzir livros de 150 páginas sobre política industrial, como não faltam no Brasil especialistas, acadêmicos ou as próprias entidades empresariais para fazerem isso. O difícil é sair da teoria e tentar fazer concretamente uma política industrial.

E eu queria dizer ao companheiro Jaques Wagner que ele faz a primeira reunião, substituindo o nosso querido Tarso Genro, que certamente vai deixar saudades no Conselho, mas que vai ganhar muita simpatia no Ministério da Educação. E o Jaques Wagner, certamente, continuará fazendo essas reuniões do Conselho, com a mesma competência com que o Tarso Genro fazia, tentando provocar o Conselho para que possa produzir propostas políticas para que o Governo as execute.

Nem sempre é fácil. Cada um de vocês, certamente, tem um modelo na cabeça. E eu conheço algumas centenas que já tiveram, que já passaram pelo



Governo, que já foram ministros da Indústria, Comércio e Desenvolvimento e que não conseguiram executar, porque não é uma coisa fácil. É uma coisa complicada. Quando a gente teoriza, o resultado é fantástico. Quando a gente tenta executar, lidamos com interesses diferenciados, lidamos com divergências entre setores industriais, percebemos que não avançamos tanto em ciência e tecnologia e que precisamos avançar, e aí nós percebemos que o ser humano é mais complicado do que nós possamos imaginar.

Só para vocês terem uma idéia, nós tomamos a iniciativa de recuperar parte das ferrovias brasileiras e tentar fazer alguns trechos que significam um gargalo muito difícil para o crescimento das exportações brasileiras.

E eu me lembro que, quando saí da Vilares, em 1971, ela estava deixando de produzir motores de navio, em São Bernardo do Campo, para produzir locomotivas, em Araraquara. Na década de 80, montou uma fábrica que chegou a ter 3 mil trabalhadores, dentre os quais vários companheiros meus da Vilares Equipamentos, em São Bernardo do Campo.

Essa fábrica não existe mais. O Brasil não só não produz mais locomotivas, como os vagões que temos capacidade de produzir não atendem à demanda. Mas o que é mais grave é que vamos ter que importar trilhos, porque o Brasil não produz mais trilhos. E estamos precisando importar mil vagões, estamos precisando importar 100 locomotivas, fora a quantidade de trilhos enormes que não precisam de grandes tecnologias.

Seria necessário apenas que não tivessem sido desativadas as nossas ferrovias e teríamos a capacidade de produzir os trilhos e os dormentes necessários, para que pudéssemos recuperar as nossas ferrovias.

Esses dias eu me deparei com uma daquelas coisas que só acontecem num país como o Brasil. Faz pelo menos 30 anos que eu ouço falar da necessidade de uma ligação entre o Brasil e o Pacífico. E, esses dias, conversando com o governador do Mato Grosso do Sul, depois de voltar de Santa Cruz de La Sierra, numa conversa com o presidente Carlos Mesa, eu



tomei conhecimento de que já existe uma ferrovia que liga o Brasil ao porto de Antofogasta no Chile, que está pronta na Argentina, que está pronta no Chile, que está pronta na Bolívia e que, de Santos até a Bolívia, com apenas 80 milhões de reais, nós colocaríamos essa ferrovia para funcionar. Eu estou falando que com apenas 80 milhões de reais nós colocaríamos essa ferrovia para funcionar.

Acontece que a empresa que privatizou, a empresa que comprou – eu não vou citar o nome aqui para não fazer nem *merchandising* favorável nem contrário – está tão endividada que não pode sequer ter acesso aos 80 milhões de reais para fazer essa ferrovia voltar a funcionar, embora precise apenas recuperar alguns trilhos e colocar dormentes novos, porque estão estragados.

Eu pedi ao presidente do BNDES que colocasse como prioridade máxima arrumar uma empresa que tenha condições de fazer o investimento, para que possamos colocar essa ferrovia para funcionar, e que a gente tente utilizar ao máximo possível essa ferrovia como ligação de transporte entre quatro países, o que não é pouca coisa.

Então, é algo que já está pronto. Alguém, muito antes de nós, quem sabe há 30, 40 anos, pensou nisso. E os que vieram depois, não só não deram continuidade, como esqueceram que existia essa ferrovia.

E aí ficamos pensando numa rodovia via Peru, numa rodovia via Colômbia, numa rodovia via “não sei o quê” quando, com 80 milhões, nós colocaremos para funcionar uma ferrovia que liga o Brasil ao Pacífico e que pode facilitar tanto o transporte de carga, quanto o transporte de turistas neste país.

Mas não é apenas isso. Na semana passada eu convoquei uma reunião, depois da reunião do dia 6 que fiz com os ministros, para redefinir prioridades do Governo. E definimos 31 prioridades, ou seja, as prioridades das prioridades.

Cada ministro fez uma relação das suas prioridades. Dentre as



prioridades dos ministros, nós redefinimos aquelas que eram as principais do Governo e não do ministério. E dentre essas 31 nós vamos escolher as prioridades das prioridades, ou seja, aquelas que vão ser o nosso número um.

E para que isso? Para que possamos utilizar o pouco orçamento que nós temos. E se tivermos que escolher entre colocar 10 mil reais em cada obra, é melhor colocarmos 100 numa só e terminar essa obra, para que comece a funcionar e não tenhamos 10 pedaços funcionando.

Eu vou dar um exemplo que eu acho importante. Vocês são pessoas muito bem informadas, que fazem muitas palestras e que precisam ajudar a divulgar essas coisas. Nós retomamos, a partir de junho do ano passado, a construção de 17 hidroelétricas; dezessete hidroelétricas que tinham sido licitadas em 2001 e que, com o “apagão”, simplesmente pararam. Quando nós começamos a retomar as obras, meus companheiros dirigentes sindicais, em várias delas já estava para vencer o aviso prévio dos trabalhadores. Essas 17 foram retomadas, já estão em ampla atividade, e temos mais 18 para retomar. São de empresas que foram licitadas em 2001 e depois, veio o “apagão”, o racionamento e, simplesmente, os empresários pararam de fazer os investimentos. Algumas que não tinham nem licença, porque no Brasil era assim: as pessoas pensavam um projeto, faziam o projeto, acertavam o financiamento e, depois que tudo estava pronto, lembravam que tinha o Ministério do Meio Ambiente, que tinha o Ibama e que tinham que pedir licenciamento. E, aí, quando o Ibama ou o Ministério do Meio Ambiente descobriam que alguma coisa estava incorreta, eram obrigados a paralisar para conseguir isso.

Foi aí que a companheira Marina criou uma palavra chamada transversalidade – bonita e difícil de falar – para quando um ministério pensar em fazer qualquer investimento ou qualquer projeto, o ministério do Meio Ambiente e o Ministério Público comecem a trabalhar na elaboração desse projeto desde o começo, de forma que, quando estiver pronto, já esteja



concluída também a política de licenciamento, pelo ministério do Meio Ambiente, pelo Ibama e seus similares.

Nós chegamos ao cúmulo de ter, em São Paulo, uma divergência entre o Ibama de São Paulo e o Ibama nacional para liberação da licença de um projeto. E, quando os Ibamas concordam, um cidadão qualquer que entre com uma ação provoca o Ministério Público, que entra com outra ação e consegue o embargo de uma obra, que fica, às vezes, dezenas de anos parada, sem que continue a funcionar.

Na semana passada, fizemos uma reunião com todos os ministérios de infra-estrutura, com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica Federal, com o BNDES. No dia 19, terei uma reunião com todos esses ministros outra vez, com a companheira Marina, com o chefe nacional do Ibama, com o procurador-geral da República, que é para definirmos concretamente todos os gargalos existentes e um prazo para que sejam resolvidos. Nós temos que dizer sim ou não num prazo mais rápido, para não permitirmos que fiquemos sem dizer nem sim nem não durante tantos anos, como estamos hoje, com tantas obras que estão paralisadas no Brasil.

Estamos trabalhando a transposição das águas do rio São Francisco e só vamos anunciar quanto estiver concluído o trabalho não só do projeto em si, mas também as questões do licenciamento, para que a gente anuncie, coloque as máquinas para trabalhar e não tenhamos que parar três meses depois porque alguém levantou um problema qualquer que paralisou a obra.

Isso que estou falando vocês conhecem sobejamente bem mas, possivelmente, uma grande parcela da sociedade não saiba. O Roger pode dizer para vocês, no debate aqui, quanto de investimento ele pode fazer em determinados estados da Federação e que, muitas vezes, o Ibama local – não é nem o Ibama federal – não permite que as coisas funcionem. Então, empregos que poderiam estar sendo gerados rapidamente – em alguns estados até 24 mil empregos – ficam esperando o tempo político ou ficam



esperando, quem sabe, a idéia de que alguém quer tirar vantagem sobre tal projeto.

Nós vamos trabalhar isso com o carinho e a firmeza de um cidadão que começou, durante a campanha, a dizer “Lula paz e amor” e que continua mais “paz e amor” do que nunca, tentando fazer as coisas por convencimento.

Temos uma política imensa de gasoduto para fazer no Brasil, que vamos discutir nessa reunião do dia 19. Temos a 6ª rodada das plataformas da Petrobrás para prospecção de petróleo e para empresas estrangeiras, com a possibilidade de um fluxo de investimento de quase 20 bilhões de reais. Isso não pode ser feito de forma desassombrada e nem pode ser feito às pressas, tem que ser feito concomitantemente com o Ministério do Meio Ambiente, para que a gente não anuncie em setembro e pare de fazer em agosto, porque detectamos que tem alguma coisa errada.

Como nós não estamos pensando em fazer um programa para um governo ou um programa para uma eleição, mas estamos tentando construir as bases sólidas para uma nação, nós não temos pressa de demorar um mês ou dois meses a mais, de recebermos mais ou menos críticas, queremos fazer as coisas com a solidez que uma nação precisa ter para que possa crescer de forma sustentável e gerar riquezas.

Fazer a coisa com seriedade leva mais tempo, fazer a coisa com responsabilidade leva ainda muito mais tempo, mas eu prefiro isso porque todos nós aqui somos passageiros e, o Brasil, eu espero que seja eterno, e que nunca aconteça nada com o planeta.

Por isso é que muitas vezes as coisas demoram e não saem com a pressa que todos nós gostaríamos que saíssem. Eu quero lembrar aos companheiros que antigamente tinha uma aguinha para o presidente, aqui embaixo, e que hoje não tem mais – deve ser economia, por causa do orçamento.



Eu quero lembrar aos companheiros umas coisas interessantes que vocês precisam saber. O Governo preparou um orçamento, feito com o critério e a responsabilidade que vocês sabem que tem o companheiro Guido Mantega, que tem o companheiro Palocci.

Esse orçamento previa uma verba de 402 bilhões de reais para este ano. Disso tudo sobraria pouco para investimento, aproximadamente uns 11 ou 12 bilhões de reais. O orçamento do Governo vai para o Congresso e o Congresso, possivelmente com a mesma seriedade e com a mesma metodologia, ou quem sabe com critérios novos, encontrou uma forma de dizer que nós iríamos arrecadar 413 bilhões. Ou seja, 11 bilhões a mais.

Eu tenho tentado fazer na política aquilo que eu faço na minha vida pessoal e na minha vida familiar, ou seja, eu nunca gastei mais do que eu recebi. Eu, muitas vezes, fiquei anos sem comprar uma coisa nova para dentro de casa para não fazer uma dívida. Eu não sou daqueles que em janeiro gasta o 13º. Eu era daqueles que esperava receber para gastar, para ter certeza de que eu iria receber. Mas tem gente que, se puder, gasta em janeiro o 13º dos próximos 10 anos.

O ser humano recebe uma notícia assim: eu dou três notícias para vocês e vocês sempre ficam com aquela que melhor lhes interessa. Não é nem a mais verdadeira, é a que mais lhes interessa. Então, você passa a trabalhar com as coisas mais fáceis.

Obviamente que eu preferia ter trabalhado com 413 bilhões do que com 402. Até vocês Maurinho, Paulinho, gostariam de trabalhar e gastar o dobro do que vocês ganham por mês, mas não podem. Então, nós fizemos uma mediação, apertamos daqui, apertamos dali, tiramos dinheiro daqui e dali e chegamos a um orçamento de 406 bilhões.

Então, vejam uma coisa interessante: na verdade, ao invés de ter havido contingenciamento, houve um aumento no orçamento do Governo, de 402 para



406 bilhões. Mas como era mais fácil acreditar na proposta vinda da Câmara, o da Câmara passou a ser o verdadeiro e o fato de nós não aceitarmos o da Câmara criou, para a sociedade e para vocês, a idéia de que nós contingenciamos.

Fico imaginando se a Câmara tivesse agido com irresponsabilidade e tivesse colocado 600 bilhões no Orçamento. O que seria de nós, que estávamos trabalhando com os dados de que dispomos tanto no Planejamento quanto na Fazenda?

E para fazer isso, meu caro Neto, é preciso apenas ter uma coisa: ter decidido na cabeça o que desejamos para este país. Vocês, mais do que ninguém, os sindicalistas sobretudo, já foram vítimas neste país de planos mirabolantes. Cada ministro da Fazenda que entrava neste país inventava um plano, o seu plano, o seu nome, o seu sucesso. Eu me lembro do que sindicalistas diziam quando o Collor inventou o seqüestro da poupança. Eu me lembro quantos sindicalistas importantes diziam: “Agora, sim. Agora, está bom, porque eu estou igual ao dr. Roberto Marinho. Sabe, nós só temos 50 mil na poupança.” É mais fácil acreditar numa mentira, é mais fácil acreditar numa coisa fácil do que acreditar numa verdade dura.

E vocês sabem que as coisas no Brasil e na América Latina não são fáceis, nem para o Brasil nem para a Argentina, para nenhum país. Graças a Deus, o povo soube escolher e está escolhendo as pessoas certas, que vão fazer as coisas com o cuidado que devem ser feitas, mas com a seriedade de que não pode prescindir um Chefe de Estado.

Eu tomei a decisão de que este país não teria um “Plano Lula”. Agora mesmo, fomos pegos de surpresa – não de surpresa, porque a Justiça já vinha demonstrando – mas, neste ano, só para vocês terem idéia, do Plano Real, da URV, que vem de 1993 ou 94, estamos falando, portanto, de 10 anos atrás, o sucesso daquele plano está fazendo com que eu, agora, tenha que pagar 12 bilhões e 400 milhões de reais para os aposentados, o que não estava no



Orçamento. É como se chegasse no final do mês, na fábrica de vocês ou mesmo na folha de pagamento do sindicato, e aparecesse uma conta de mil funcionários a mais que você nem sabia que estavam contratados. E não vamos ter como não pagar. Poderemos tentar negociar, mas temos que pagar, porque é um direito líquido e certo dos aposentados brasileiros. Da mesma forma que a União teve que pagar 40 bilhões atrasados por causa do Plano Bresser, do Plano Collor.

Então, tomei a decisão: não é justo para com o Brasil que nós inventemos o “Plano Palocci” ou o “Plano Lula” ou um plano qualquer, para ter sucesso de meio-dia ou de meia hora e, depois, alguém ter que arcar com o prejuízo. E quem arca é o próprio povo, porque, na hora em que o Estado não tiver como pagar, vai aumentar o imposto. Todo mundo sabe disso.

Então, quero chamar a atenção de vocês para uma coisa: com todas as críticas que possamos merecer e que a política econômica certamente merece, uma coisa vocês deveriam reconhecer: é a primeira vez, na História do Brasil, que estamos conquistando a estabilidade sem nenhuma invenção econômica.

O que estamos fazendo? Na verdade, estamos colocando aquilo que antigamente se fazia: o fio do bigode. Nós estamos apostando na credibilidade, estamos apostando na seriedade para não fazer nenhuma coisa apressada.

Vocês sabem – e aqui deve ter um médico – que há médico que, quando você leva uma criança pequena que está com uma crise de bronquite, ele fala: “É bronquite, meu filho. Vamos fazer uma inalação, vamos ficar olhando.” Tem outro que a primeira coisa que faz é meter antibiótico no moleque e o antibiótico vem causando prejuízos subseqüentes até as crianças ficarem com problemas causados pela quantidade enorme de antibiótico.

Nós não teremos antibióticos. Nós vamos fazer as coisas como precisam ser feitas, do jeito que precisa ser feito, sem perder de vista que um Presidente da República não governa para as próximas eleições, ele tem que pensar nas



próximas gerações. Isso também não é novo, todo mundo já falou neste país, mas eu também não poderia passar sem falar, de que um Presidente da República governa para as outras gerações.

Preparar o Brasil que nós queremos não é inventar como gerar empregos. É que a angústia deve ser de sindicalistas, eu sei como é porque é a minha. Ou seja, a angústia de gerar empregos....há quem diga até que o Estado deveria ter muito dinheiro para pagar para jovens trabalharem, fazer coisa pública, e isso seria ótimo se nós tivéssemos o dinheiro.

Mas o emprego que nós precisamos construir é um emprego sólido, que advenha da geração de crescimento econômico, da geração de riqueza. Esse é o emprego que interessa. Para esse emprego nós temos que ter uma coisa sólida, é só a economia voltar a crescer e vocês sabem que ela vai crescer.

Eu quero dizer para vocês que não há como a economia brasileira não crescer este ano. Possivelmente não crescerá o tanto que nós gostaríamos que crescesse, mas vai crescer de forma sustentável para que cresça mais o ano que vem, para que cresça mais em 2006 e para que cresça mais em qualquer momento.

De vez em quando eu ouço as críticas, não discuto se justas ou injustas, sobre as taxas de juros que ficam como se fossem o “bode expiatório” de todo o problema do Governo ou de todo o país.

É verdade, até ontem o presidente do Banco Central reconheceu que a taxa de juros é alta. Ontem o Meirelles reconheceu. Mas é engraçado, ela é alta mesmo, mas é a mais baixa dos últimos 10 anos, do ponto de vista dos juros reais. E ainda é alta. Todo mundo reconhece, do mais simples mortal brasileiro ao mais importante dirigente do país, todo mundo reconhece que as taxas de juros reais ainda são elevadas, se comparadas às de outros países.

Mas para a taxa de juros ser baixa, é preciso que o país tenha solidez e credibilidade. Outro dia, eu conversava com um companheiro meu, para que ele compreendesse um pouco o que é, porque o Brasil paga caro os juros. Fico



imaginando aqui o Roberto Setúbal chegar para um funcionário do Banco Itaú e dizer que perdeu a carteira, foi assaltado, e pedir mil reais emprestados para pagar uma semana depois; ele pergunta para o funcionário: quanto é que você quer de juro? Certamente ele vai falar para o Roberto: não quero nada, você me devolve daqui a uma semana os mil reais.

Agora, sai o Roberto Setúbal e manda um outro qualquer ir pedir os mesmos mil reais para o funcionário do Itaú, que ele vai dizer: olha; eu quero 50% no mês que vem. Porque isso é uma questão de credibilidade. Vocês empresários sabem que, neste país, quando o Governo perdeu a total credibilidade, não tinha mais como oferecer os juros altos, porque juro alto demais também a sociedade não acredita. Qualquer investidor sabe que se alguém que está aí oferecendo juros astronômicos é porque alguma coisa não está bem.

Quando aquele cara chegar para você – nas fábricas vocês sabem que isso acontece muito – um companheiro chega para o chefe e fala: ô fulano, me empresta 100 reais, eu te pago 200 amanhã; o cara fala: vai me enganar, porque está propondo demais no pagamento, se tivesse 100 para me pagar amanhã não precisava tomar meus 100 emprestados hoje.

Então, quando nós não tínhamos mais isso para fazer, o que foi feito no Brasil? Se dolarizou a dívida interna e, aí, nós chegamos a ficar mais vulneráveis do que já éramos. E não enveredamos por esse caminho. Vocês são testemunhas vivas de que nós fizemos uma opção concreta de que não deveríamos enveredar.

E, hoje, estou aqui, na frente de vocês, um ano e três meses depois, para dizer: não há nenhuma hipótese de que a economia brasileira não cresça neste ano – nenhuma. Mesmo a empresa do mais pessimista empresário vai crescer – basta que ele não atrapalhe –, porque estou convencido de que as regras que já foram estabelecidas e as que estão sendo estabelecidas me dão essa garantia.



Não sei se vocês perceberam alguma coisa que o José Dirceu disse aqui e que foi aprovada, eram coisas que estavam há 12 anos no Congresso Nacional e que nós aprovamos em 12 meses. E, agora, falta aprovar o PPP, que espero que a gente aprove o mais rápido possível. A Câmara dos Deputados e o Senado têm trabalhado com uma disposição excepcional de contribuir para que as coisas aconteçam. O marco regulatório do setor elétrico foi aprovado, contra o pessimismo de alguns que achavam que não passava. Passou. E passou bem, com a adesão dos deputados e dos senadores da República. A Lei de Falências vai ser aprovada. Não tenho dúvida de que não há nada que interesse às mudanças estruturais deste país que não passem no Congresso Nacional.

E, Furlan, essa idéia de criar uma espécie de Embrapa para a política industrial é uma coisa excepcional. Acho que precisamos criar uma coisa mais sólida, que não fique à mercê da disposição ou não de um ministro apenas, que não fique subordinada às intempéries de um ministro, mas que possa ser uma coisa de tamanha solidez de conhecimento, como se tornou a Embrapa, que hoje é responsável pelo sucesso extraordinário do nosso agronegócio e das nossas exportações. Acho que é uma idéia extremamente importante. Acho que o Conselho deve debater e aprofundar isso, porque seria muito importante.

Uma terceira coisa que eu queria dizer: vocês sabem que, quando um investidor estrangeiro vem ao Brasil ou mesmo um brasileiro, eu ainda não calculei a quantidade de horas e de quilômetros que ele anda para que possa ser atendido por todas as partes do Governo. Ele passa no Itamaraty, proseia, toma um café e vai ao ministério do Trabalho saber quais são as regras e, durante mais uma hora, duas horas, proseia, isso se o ministro estiver; se não, conversa com o secretário-executivo e volta para o ministro depois; aí, ele quer saber como está a educação no Brasil e passa lá no Tarso Genro; quer saber quais as dificuldades do meio ambiente e vai lá na Marina; aí, ele passa no



Furlan, passa no Guido, passa no Gushiken, no José Dirceu, passa no Eduardo Campos; depois, vai ao Palocci, vai ao Meirelles; se tiver muita força, ele pede uma conversinha com o presidente da República. E isso leva meses e meses.

Então, vamos propor – que é uma coisa que eu gostaria que vocês também discutissem aqui – uma “sala de situação” para investimentos. O que é uma “sala de situação” para investimentos? A minha idéia – e vocês podem discutir aqui – é colocar isso subordinado a uma figura importante da República, no caso, o vice-presidente José Alencar, que tem experiência empresarial – e, diga-se, de passagem: bem-sucedida – para cuidar dessa “sala de situação”, onde teremos figuras importantes de cada ministério. Cada ministério envolvido terá um representante, da Receita Federal ao ministério do Meio Ambiente.

Então, quando esse investidor – seja lá um chinês ou um finlandês, seja um americano ou um argentino – vier ao Brasil para discutir investimentos, ele vai a essa “sala de situação”. Ele vai ter, num só bloco, contato com todas as facilidades e com todas as dificuldades e essa própria “sala de situação” é que tentará encaminhar as soluções para facilitar o investimento.

Porque se a pessoa vier para investir no Brasil e detectar que tem muita dificuldade, ela vai investir em outro lugar. E vai investir porque tem pressa de investimento.

Então, nós queremos demonstrar, com isso, que quem tem pressa de receber os investimentos somos nós, quem tem pressa para fazer com que as coisas aconteçam, aqui no Brasil, somos nós. Não pensem vocês que todo mundo gostou quando o Palocci, na semana passada, anunciou junto comigo a questão da construção civil. Teve gente que não gostou, mas também nem Jesus Cristo conseguiu unanimidade. Por que nós haveríamos de construir unanimidade para cada coisa? Nós vamos fazendo a arte do possível.

Vejam vocês, quando a gente discute juros, a gente nunca discutiu porque em janeiro houve o início da retomada da inflação. Quem sabe fosse



importante o Conselho, não hoje porque já tem uma pauta definida, mas em algum momento perder um tempo discutindo o que fazer quando um determinado setor da economia brasileira tem sede, não de justiça, mas sede de ganhar mais rapidamente aquilo que ele poderia ganhar em 3 ou 4 meses, aproveitando o poder de compra de alguns segmentos da sociedade e, ao invés de vender mais, aumenta o preço.

É engraçado porque ninguém fala disso. É o Governo que tem que reclamar disso, porque, como todo mundo reclama do Governo, o Governo se dá ao luxo de reclamar. O que fazer? Quais instrumentos que vocês indicariam para o Governo evitar que isso acontecesse?

Eu não conheço muitos. Um deles são os juros, mas o outro poderia ser a redução de alíquotas de importação daquele produto similar a zero. Aí, certamente o Maurinho, o Paulinho, o João Felício, o Vacari e o Jorginho iriam fazer uma passeata dizendo que isso estaria causando desemprego.

Mas alguém precisa dizer: faz um mecanismo. Porque fazer política de controle de preço como já foi feita no Brasil, está provado que não dá certo, que o povo paga mais caro no mercado negro ou no mercado paralelo. Então, é preciso que vocês discutam o que fazer numa situação como esta.

Nós, hoje, podemos dizer para vocês: estamos mais próximos de atingir a meta de 5,5% de inflação do que em qualquer outro momento deste país. Aí, aparece alguém e diz assim: “Puxa vida, mas porque 5,5%? Não pode ser 6%? Não pode deixar chegar aos 7%?” Ora, quem quer que chegue aos 6% vai querer que chegue aos 7%, vai querer que chegue aos 8%, vai querer que chegue aos 9%. Sempre é possível 1% a mais.

Ou seja, nós poderemos até ter 1% a mais de inflação se não tivermos competência de cumprir aquilo que nós mesmos determinamos. É que nem criança que vai para a escola. A criança sabe que, para estar tranqüila, tem que tirar 9, 10, todo mês, para chegar no meio do ano e saber que vai passar. Mas tem criança que sabe o seguinte: o mínimo é 5, essa é a média e ele não



estuda para ter mais que 5, nunca. Está sempre na rebarba. Ou seja, chega no final do ano e fica para a recuperação.

Nós não queremos ficar para recuperação, nós queremos controlar a inflação, porque a inflação é a base que pode garantir aos trabalhadores brasileiros não terem prejuízos já nos seus baixos salários. Possivelmente, iremos conseguir isso se continuarmos com a serenidade e com a seriedade com que precisamos levar a política econômica brasileira.

Por fim, nesta semana, tomei a iniciativa de ligar para os principais presidentes dos países mais importantes, que têm mais peso no FMI, para discutir algumas coisas que interessavam não apenas ao Brasil, mas à América Latina, e para discutir também o problema da Argentina, porque nós, brasileiros, temos que ter todo interesse de a Argentina ter o maior sucesso e o mais extraordinário sucesso na sua política econômica, pela importância da parceria que temos com o país.

Liguei para o Bush, liguei para o Tony Blair, liguei para Schröder, na Alemanha, liguei para o Aznar, falei com o ministro Durão, falei com o Chirac, pedindo para que eles intercedessem – porque isso é uma decisão política – junto aos seus pares no FMI, para que se mudasse a contabilidade do FMI, para que se permitisse que a América latina tivesse uma chance de investimento em infra-estrutura, porque, hoje, muitas vezes, uma empresa pública, mesmo lucrativa, e mesmo que o investimento seja lucrativo, o investimento é visto como gasto e, portanto, entra no superávit e não pode ser investido.

Eu acho que temos boas possibilidades de conseguir esse intento, se soubermos convencer as pessoas. E acredito que talvez a gente possa ter a surpresa de ver essas mudanças dentro do FMI, o que iria beneficiar países muito importantes, países que estão em situações, eu diria, delicadas, do ponto de vista do investimento em infra-estrutura. E todos sabemos que sem estradas, sem ferrovias, sem hidrovias, sem telecomunicação e sem energia



elétrica, a chance de um país crescer é quase nenhuma.

Lembro de um famoso ministro dos Transportes do Brasil que, depois de oito anos no governo, em 2002, declarou: “As estradas brasileiras estão em condições imprestáveis”. Isso depois de ser ministro por oito anos.

Nós tivemos que tapar buracos em 38 mil quilômetros, meu querido Jaques Wagner, 38 mil quilômetros só tapando buracos, porque, no Brasil, você faz a estrada mas, depois, não faz manutenção, salvo em alguns lugares do Brasil. E nós, então, depois de recuperarmos 38 mil quilômetros de buracos, com as chuvas que deram, agora, no Nordeste, vamos ter que recuperar todos os buracos outra vez, porque a chuva não leu o Orçamento, não percebeu as dificuldades. E nós, ao invés de ficarmos criticando a natureza, vamos ter só que pedir a Deus, pois o povo do Nordeste, desde o tempo da minha mãe, andava rezando, acendendo vela para chover. Estamos muito agradecidos pela chuva. É verdade que a chuva prejudicou algumas pessoas, algumas milhares de pessoas. Mas a verdade é que a chuva no Nordeste vai trazer alegria para milhões e milhões de nordestinos durante alguns anos.

Ainda ontem, eu conversava com um governador, que dizia para mim: “Lula, se pedissem para mim hoje: chova o tanto que choveu e encha de água o meu estado, eu diria: chova; chova, porque os prejuízos serão infinitamente menores do que os lucros que aquele povo vai ter.”

Por isso, meus companheiros, eu quero dizer a vocês que estamos começando um novo ano, onde o nosso querido Conselho pode prestar mais e melhores informações e sugestões para os debates. Acho que nessa chamada nova política industrial que o Furlan anunciou, aqui, para vocês debaterem, é um momento importante para que os representantes empresariais e os sindicais entrem de corpo e alma para estruturar sem pensar no imediatismo de amanhã ou depois de amanhã. Mas pensar numa coisa que seja sólida, e que cada passo seja plantado com a dureza que nós precisamos.



Se não fosse outra coisa que me desse otimismo, eu queria lembrar a vocês: no ano passado, o BNDES teve 35 bilhões para financiamento, este ano vai ter 47 bilhões e 300, ou seja, 35% a mais do que teve e quero dizer para vocês que se tiver projeto não faltará dinheiro.

Trabalhem com a máxima de que o que faz o dinheiro é o projeto, ou melhor, o que faz o dinheiro é o bom projeto. Se tiver o projeto, tem o dinheiro. Agora, se você tiver dinheiro sem projeto, você pode gastar à toa o dinheiro que tem.

Este ano, certamente, a Caixa Econômica sai do investimento de 5,1 bilhões para 10 bilhões e 700 milhões, ou seja, 101% a mais para investimentos. Vamos ter o dobro do dinheiro que tivemos para saneamento básico e vamos tentar concentrar investimento em saneamento e habitação popular nas grandes regiões metropolitanas, levando em conta o índice de desemprego e o índice de violência, para que possamos tentar enfrentar esses dois problemas com o potencial de investimento que tem a Caixa Econômica Federal.

E o Banco do Brasil, só para investimento, sai de 4,7 bilhões para 7,6 bilhões, mais 62%. Ou seja, são números que demonstram que não há porque a gente não ter confiança de que as coisas vão de vento em popa. Os empregos virão com o tempo, na medida em que a economia comece a crescer.

Há toda uma preocupação, vocês lembram – isso é importante falar porque muitas vezes se trabalha com rebate falso. Aqui no Brasil se vendeu a idéia, no ano passado, de que o Governo estava maravilhoso, na macroeconomia, mas a política social não ia bem e os conselheiros, possivelmente, não tenham essa informação. Aqui no Brasil nós temos planos de política social que dá 7 reais às pessoas. Ou seja, o Vale Gás. Há um tempo, se criou, não política social, se criou política de ministério, muito mais pensando na eleição seguinte do que em política social.



A média de todos os planos, a média de dinheiro de todos os planos sociais do Governo, entre Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Vale Gás e outros vales, era de 22 reais. Nós lançamos o Bolsa Família em outubro. Eu me lembro que era outubro porque o dia do lançamento era no dia do meu aniversário e eu não quis lançar para não combinar com o meu aniversário. E nós chegamos no dia 31 de dezembro com 3 milhões 615 mil famílias dentro do Bolsa Família. Este ano chegaremos, até junho, a colocar mais 901 mil pessoas. E aproveitando aqui a Ana Fonseca, que é a secretária-executiva, quero dizer que nós chegaremos ao final de dezembro com aproximadamente 6 milhões e meio de pessoas no Bolsa Família, e isso irá perfazer quase 25 milhões de pessoas.

Se não bastasse o número de pessoas, nós estamos saindo de uma média de 22 reais para uma média de 72 reais. Ou seja, 3 vezes mais do que o que se pagava em políticas de transferência de renda no país.

Lógico que é pouco. Eu digo sempre que a melhor política de transferência de renda foi aquela que aprovamos na Constituição de 88, que foi a aposentadoria rural. Mas não há recursos para fazer isso. Quem sabe, um dia teremos. E, aí, outra vez, depende da possibilidade de crescimento da economia brasileira.

Por isso, meus companheiros, eu quero pedir a vocês que este Conselho, ao terminar o nosso mandato, tenha passado para a História em função daquilo que tenha feito para o país.

Se vocês vieram aqui só para falar bem do Governo, erraram. Se vieram aqui só para falar mal do Governo, erraram. Se vieram aqui só para se queixar, erraram mais ainda. Este Conselho – foi dito no início e vou repetir agora – é a primeira vez que a sociedade civil organizada, através das suas entidades e das mais diferentes instâncias em que ela se organiza, tem a oportunidade de dizer o tipo de Brasil que a gente deseja e o tipo de coisas que a gente poderia fazer no país.



Então, eu acho que este é o papel de vocês. Não meçam palavras de elogio, não meçam palavras de crítica. Meçam apenas as boas propostas que vocês podem fazer para serem executadas por este ou por outro Governo.

Muito obrigado.

/lrj/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento da “Ação Kalunga”**

Cavalcante - GO, 12 de março de 2004

Meu caro Marconi Perillo, governador do estado de Goiás,
Meu caro prefeito de Cavalcante,
Demais prefeitos das cidades vizinhas, do estado de Goiás,
Meus companheiros ministros e ministras,
Deputados estaduais,
Deputados federais,
Meus companheiros e companheiras da comunidade kalunga,

Não vou ler o pronunciamento que eu tinha que ler. Vou dizer para vocês que, no dia 20 de novembro, quando estávamos participando de uma comemoração, uma homenagem ao Zumbi dos Palmares, no estado de Alagoas, eu conversava com a companheira Matilde sobre a necessidade de se fazer, no Brasil, uma ação política que pudesse atender, de baixo para cima, a parte da população mais necessitada; e que era importante que ela fizesse uma proposta para atender os remanescentes de quilombos no Brasil.

E eu tinha tido a oportunidade de conhecer algumas áreas de remanescentes de quilombos. Eu tinha, em 1994, passado no rio Trombetas, no estado do Pará, e tinha conhecido algumas áreas de quilombos. Depois, eu tinha ido ao estado de São Paulo, no Vale do Ribeira, em Vaporanduva, e tinha conhecido também uma comunidade de remanescentes de quilombos.

E eu dizia para a companheira Matilde que era preciso uma ação. E, pela primeira vez, eu ouvi falar da comunidade de kalunga, uma grande comunidade de quilombolas no estado de Goiás, muito próximo a Brasília, com muita gente. Então, vamos utilizar a proximidade com Brasília e vamos fazer



uma ação que envolva o governo federal, o governo estadual e o governo municipal, que envolva todos os ministérios que tenham alguma coisa para fazer e vamos, numa ação integrada, resolver todos os problemas para que a gente possa mostrar ao Brasil que isso é possível.

E, hoje, estamos aqui num gesto que eu duvido que a maioria de vocês já tenha imaginado, em algum momento que iria acontecer. Ter a presença do presidente, do governador e de tantos ministros, de uma única vez, aqui na região. Aliás, não sei quantas vezes os presidentes do Brasil visitaram um quilombo.

Mas, de qualquer forma, estamos aqui para fazer as coisas que já foram faladas pelo governador, pela ministra, e para atender à tão sonhada reivindicação do nosso vereador, da regularização das terras onde vocês moram. Até porque nós não poderíamos vir aqui anunciar casas, anunciar uma série de coisas, se não tivéssemos a certeza de que iríamos dar, definitivamente, a terra para quem nela tem direito de morar e de trabalhar. Afinal de contas, o governador, eu, os ministros, nós não rasgamos dinheiro e não íamos fazer casas para que depois o povo enxotado pelo dono da propriedade.

Nós viemos para dizer a vocês que o que foi anunciado, aqui, vai ser feito. Nós assumimos o compromisso de levar a luz elétrica no Brasil para 12 milhões e meio de propriedades. O governador disse que – se Deus quiser – no final do ano que vem, o estado de Goiás estará todo eletrificado, numa parceria com a nossa querida Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia do nosso querido país.

Mas eu disse ao companheiro responsável pelo programa “Luz no Campo” que, aqui, não dá para a gente esperar 2005. Aqui, no Kalunga, nós vamos ter que ser mais rápidos para fazer com que as coisas aconteçam com maior fluidez. Afinal de contas, a comunidade de Kalunga é menor que o estado de Goiás, é menor que o espaço no Brasil que nós queremos terminar



em 2006 ou começo de 2007. Portanto, aqui nós temos que fazer ainda este ano, com a pressa que tem que ser feita.

Mas o que mais me emocionou, além desse convívio com vocês, foi a hora em que eu desci do carro para entrar numa escola. Entrar numa escola e ver uma mulher de 39 anos dizer que se sentia como se tivesse 14 anos porque estava recuperando a sua oportunidade, negada durante tantos anos, de aprender a ler, a escrever e, quem sabe, aprender uma profissão no futuro para poder progredir.

Se uma mulher de 39 anos de idade está entrando na escola agora, imaginem o que se cometeu de erros com a comunidade negra neste país, sobretudo, com aqueles que moram mais distantes, longe das capitais.

Eu acho que nós, nesta visita, estamos dando apenas uma demonstração de que é possível fazer as coisas, é possível tornar realidade um sonho das pessoas mais pobres e mais sofridas deste país.

Se não dá para fazer dez coisas de uma só vez, vamos fazer uma. Porque se a cada ano a gente fizer uma, no final de quatro anos você terá quatro coisas feitas. Mas se você ficar tateando e não definir o que quer priorizar, a gente terminará o mandato e vocês continuarão na mesma pobreza e no mesmo abandono com que sempre viveram no nosso país.

O compromisso nosso, aqui, é de dizer que essa época acabou. Agora, um programa de investimentos em todos os quilombos existentes no Brasil é uma das razões pelas quais criamos a Secretaria de Igualdade Racial.

Nós não colocamos uma negra de ministra para ser enfeite lá em Brasília. Nós colocamos uma negra Secretária, com a responsabilidade de ministra, para que ela levante, dentro do Governo, os problemas com os quais vivem os negros e as negras no Brasil, para que a gente possa começar a resolvê-los, senão não os resolveremos nunca.

Sabem por quê? Porque o Estado brasileiro é um Estado que está subordinado àqueles que têm mais poder de fogo, àqueles que conseguem



audiência com o presidente, com os governadores, com os prefeitos e, muitas vezes, àqueles que ganham mais em detrimento dos que ganham menos e que nunca conseguem chegar perto de uma autoridade.

A nossa vinda, aqui, é para demonstrar que os tempos mudaram no Brasil. Já que vocês não podem ir a Brasília, o Presidente pode vir aqui, à comunidade kalunga, olhar na cara de cada um de vocês e assumir compromissos como esses que o governador Perillo assumiu. Compromissos de parceria, compromissos que demonstram que não queremos saber a que partido pertence cada um de nós. Nós queremos saber é se vocês pertencem a um partido chamado Brasil, fazem parte da sociedade brasileira e, portanto, têm que ser tratados com decência e muita dignidade.

É por isso que estão aqui os ministros, para que os ministros cuidem disso. Para que o ministro Humberto Costa cuide bem da Saúde, fazendo os convênios que forem necessários fazer; para que o ministro Miguel Rossetto venha aqui, junto com o Governador, para regularizar, definitivamente, os 100 mil hectares que faltam ser regularizados; para que o ministro Agnelo venha aqui fazer um campo de futebol de verdade, porque aquela quadrinha é para uma pessoa com 58 anos, como eu, jogar. Mas, se for pegar um menino desses que estão aqui, de 10 anos, ele quer um campo de 4 quilômetros de comprimento. Esse aí está bom para mim e para o Governador, pois nós até cansamos se entrarmos em campo por 10 minutos.

O companheiro Olívio Dutra tem a responsabilidade de cuidar do saneamento básico no Brasil, de levar água, de dar tratamento à água, de fazer coleta de esgoto, de lixo, de transporte coletivo, mas, também, de habitação neste país. É por isso que, entre reformar e construir, até o ano que vem, nós vamos construir 400 casas e, me parece, reformar 800 casas aqui.

É possível que nós não consigamos fazer tudo o que precisa ser feito, no tempo que vocês gostariam que fosse feito. Mas nada na vida da gente acontece com a pressa que a gente quer. O que queremos dizer é que essa



nossa passagem por aqui, junto com toda a comitiva do Governador, junto com esse número imenso de prefeitos de outras cidades, dos deputados estaduais e federais, do nosso querido prefeito da capital, nosso companheiro Pedro Wilson, dos nossos ministros, é para dizer para vocês: acabou o tempo em que os remanescentes de quilombos eram tratados como pessoas segregadas.

Vocês são brasileiros e brasileiras, trabalham pela grandeza desta terra e, portanto, cabe ao Estado brasileiro, nas suas mais diferentes instâncias, garantir a vocês o direito de trabalhar, de estudar, de morar, de ter a dignidade que um ser humano precisa ter.

Quero ser testemunha, aqui, de que o governador Marconi Perillo tem sido um parceiro exemplar. Em nenhum momento ele tem se negado a fazer todo e qualquer tipo de convênio junto com o governo federal, para que as coisas comecem a andar, seja diretamente com o presidente da República, seja com os ministros.

E não tenho dúvida nenhuma de que vamos continuar fazendo muitas parcerias, porque o Brasil precisa de homens sérios, o Brasil precisa de gente que tenha coragem, o Brasil precisa de gente que tenha a coragem de olhar na cara do povo e, com a mesma sinceridade que tem para dizer “sim”, também ter para dizer “não”, porque o povo brasileiro não suporta mais mentiras, não suporta mais que as coisas não sejam cumpridas.

Por isso que é bom a gente falar apenas aquilo que a gente pode fazer. E viemos dizer que o que estamos trazendo para vocês pode parecer muito, mas é muito pouco diante do que a gente precisa fazer pelo nosso querido Brasil.

Quero dizer que saio honrado daqui. Honrado por tudo o que eu vi, pela dimensão política das pessoas que vivem nesta comunidade, pelo grau de dignidade que vocês já conquistaram e pela esperança e confiança que vocês estão depositando no governo federal, no governo estadual, no governo municipal, nos nossos municípios.



Mas não poderia deixar de dizer que nós temos que agradecer também à Fundação Roberto Marinho, por ser parceira nossa no projeto desta escola, sobretudo, da educação a distância. Como não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que trabalharam para que este evento acontecesse.

Para mim, para o governador e para os ministros, parece muito fácil. Nós chegamos aqui e já estava tudo montado. Tem gente para nos guiar para ali, para acolá, tem até água para a gente beber. Mas, para isso aqui ficar pronto, para a gente vir aqui, teve muita gente que trabalhou muitas e muitas horas por dia. E quero agradecer tanto às pessoas da comunidade como àquelas do estado, da prefeitura e do governo federal, que nos permitiram passar algumas horas acreditando que, a partir da experiência bem-sucedida de vocês, o Brasil pode e deve ser muito melhor do que é.

Muito obrigado e boa sorte para vocês.

/lrj/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita
à Escola Municipal Joselina Francisco Maia, na comunidade kalunga
Cavalcante - GO, 12 de março de 2004**

Na medida em que a sociedade brasileira é chamada a participar, ela participa. Muitas vezes, ela participa menos porque não existem canais de participação da sociedade.

O que está acontecendo hoje com vocês não é para a gente vir aqui uma vez na vida, esquecer e não acompanhar. A responsabilidade da companheira Matilde é cuidar, sobretudo, não apenas da igualdade racial, para ver se a gente consegue fazer com que a população negra do Brasil tenha as mesmas oportunidades que o restante, que ainda tem poucas. É acompanhar a evolução desta região e deste pedaço de chão do Brasil, extraordinariamente bonito. Acompanhar para ver a evolução dos homens e mulheres aqui do kalunga, para ver como eles evoluíram nessa nova etapa da vida de vocês.

Para cá virá casa, virá energia elétrica, virá a educação, saneamento básico. Vai ter regularização das terras, ou seja, vai acontecer aquilo que poderia ter acontecido há 50 anos. Se não aconteceu, vai acontecer agora. E a Matilde tem que acompanhar isso com muito carinho, pelo Governo Federal.

E nós pretendemos percorrer o Brasil e tentar resolver os problemas de todas as áreas de remanescentes de quilombos, nesse próximo período, porque tem muita gente pobre no Brasil, mas tem gente ainda mais pobre. Então, nós temos que começar com os mais pobres, até chegar nas camadas que já tenham alguma coisa neste país.

Por isso, meus parabéns a vocês.

/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de posse do ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do
Nascimento**

Palácio do Planalto, 15 de março de 2004

Meu caro João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Meu caro companheiro José Dirceu, ministro de Estado, chefe da Casa
Civil da Presidência da República,

Meu querido companheiro Alfredo Pereira do Nascimento, empossado
ministro de Estado dos Transportes do nosso país,

Meus companheiros ministros Gushiken, da Secretaria de Comunicação;
Márcio Thomaz Bastos, da Justiça; Guido Mantega, do Planejamento; Jaques
Wagner, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Marina, do
Meio Ambiente; Matilde, da Secretaria da Igualdade Racial; Álvaro, da
Advocacia-Geral da União; Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União;
Olívio Dutra, das Cidades; Fritsch, da Pesca,

Companheiros senadores,

Meu companheiro Aldo Rebelo, que não está na fila dos ministros ali,
nosso coordenador político,

Companheiro Luiz Dulci, ministro da Secretaria da Presidência da
República,

Meu companheiro Aloizio Mercadante, líder do Governo no Senado,

Meus companheiros deputados, senadores,

Meus queridos companheiros governadores de Estados,

Meu caro Eduardo Braga, governador do Amazonas,

Meu caro Blairo Maggi, governador do estado do Mato Grosso,

Meu caro Marcelo Miranda, governador do estado de Tocantins,

Meu caro Clésio Andrade, vice-governador do estado de Minas Gerais,



Meus amigos e minhas amigas,

Primeiro, quero dizer para vocês que foi com muita alegria que ao receber uma carta do meu companheiro Anderson Adauto, ministro dos Transportes – dizendo que gostaria de ser candidato a prefeito da cidade de Uberaba e, portanto, iria se afastar até o mês de abril –, imediatamente entramos em contato com o companheiro Alfredo Nascimento, por duas razões: primeiro, porque não é sempre que a região norte do país pode ter um ministro de Estado, num país onde, normalmente, predominam os ministros do sul, com exceção da Marina, que é *hors concours* no que se trata de meio ambiente. Segundo, porque o Alfredo Nascimento é um companheiro do PL; terceiro, porque foi um companheiro realmente de primeira hora na nossa batalha para chegarmos à Presidência da República.

E quando eu resolvi escolher o companheiro Alfredo, eu estava convencido que o estava trazendo para dar continuidade a um trabalho difícil, numa pasta não menos difícil, por causa do tamanho do Brasil e do abandono em que se encontrava a malha viária brasileira. E, sobretudo, por causa das carências que nós ainda temos, no Brasil, para fazer a combinação de um sistema intermodal de transporte, que aproveite a nossa capacidade de construir as ferrovias, as rodovias e as hidrovias de que tanto precisa o nosso país.

E o companheiro Alfredo sabe que a tarefa não é fácil. É uma tarefa complicada, porque a demanda é sempre muito maior do que a quantidade de dinheiro disponível para fazermos as obras que precisam ser feitas no Brasil.

Entretanto, todos nós temos consciência que, se o Brasil quer crescer como precisa crescer – tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo, com o crescimento das nossas exportações –, o setor de transporte passa a ser um setor vital e prioritário a qualquer governo, seja ele o Governo Federal, sejam eles governadores dos nossos estados. Se a nossa taxa de



exportação continuar crescendo nos níveis em que estão crescendo, logo nós teremos problemas sérios de exportação dos nossos produtos, por conta da escassez de ferrovias.

Eu dizia, outro dia, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social que, em 1973, eu trabalhava na Villares, que produzia motores de navios e, de repente, a Villares montou uma grande fábrica para produzir locomotivas, na cidade de Araraquara, em São Paulo. Só que não houve nenhuma encomenda de locomotivas e essa unidade fechou em Araraquara. Hoje, nós temos uma demanda extraordinária por locomotivas, por vagões e, pasmem, o Brasil não produz nem trilhos. Um país que na década de 70 se preparava para produzir locomotivas, 23 anos depois, ou melhor, quase 30 anos depois, não produz sequer trilhos. Nós vamos ter que importar trilhos, vagões e locomotivas, porque as fábricas que temos não atendem, hoje, à demanda. Não sei se vocês percebem que, nessa área, nós andamos para trás, nós não evoluímos.

E, hoje, contrariamente ao que se dizia há 20 anos, de que a ferrovia não era o meio de transporte essencial para o nosso país, todos temos consciência de que pensar em construir a ferrovia Norte-Sul, na década de 80, não foi um pensamento de quem tinha megalomania. Isso foi na época em que o Sarney era presidente da República, na época da Constituinte, quando se pensou em construir a ferrovia Norte-Sul. Passados 20 anos, a ferrovia ainda está muito aquém do que deveria estar para transportar os produtos de uma região que cresce de forma extraordinária e que tem, no porto de Itaqui, no Maranhão, o grande desaguadouro de uma parte da nossa produção do Centro-Oeste, do estado de Goiás e de outras regiões do país.

Portanto, a área do transporte ganha uma importância excepcional e o companheiro Anderson trouxe isso para o debate no começo do ano, na primeira reunião ministerial que fizemos para discutir e redefinir as prioridades. Hoje, os dois principais portos de escoamento da nossa produção, seja Santos



ou o Porto de Paranaguá, precisam urgentemente de investimentos de dragagem, porque senão nós não conseguiremos transportar com a facilidade que precisamos, os produtos que todo dia incentivamos os nossos produtores e os nossos empresários a produzirem.

Da mesma forma, nós temos que ter em conta que a nossa marinha mercante foi praticamente destruída. Hoje, nós temos um déficit na balança extraordinariamente alto por conta da contratação de navios com bandeiras estrangeiras para transportar produtos que nós já tínhamos transportado, um dia, com navios de bandeira brasileira.

E tudo isso nós vamos ter que refazer um pouco. Refazer as nossas ferrovias, construir aquelas que faltam, recuperar as que nós temos. Só para se ter idéia, há pelo menos 30 ou 50 anos se fala, no Brasil, da necessidade de integração com a América do Sul para levar os nossos produtos ao Pacífico.

Nós temos uma estrada de ferro que liga Santos a Corumbá e que, portanto, liga Santos à Bolívia. O mais grave é que a estrada na Bolívia está pronta, na Argentina está pronta, no Chile está pronta até o porto de Antofogastas, e o nosso pedaço, aqui dentro, que custa apenas 80 milhões de reais, está paralisado há muito. E nós vamos ter que fazer com que essa ferrovia volte a funcionar. O problema não é muito custoso, trata-se apenas do problema de conserto dos dormentes e de alguns trilhos que se estragaram ao longo do tempo. O que foi grave no Brasil é que não só não se fez as coisas novas que precisariam ser feitas, como não se fez corretamente a manutenção daquilo que precisaria ser feito.

O ministro Alfredo vai perceber, como percebeu o companheiro Anderson Adauto quando se pensou em construir a 163 – e o governador Blairo está aqui e é um entusiasta extraordinário –, que não falta no Brasil quem pense em construir estradas sem levar em conta o que vai ao lado da estrada, sem levar em conta a preservação ambiental.



Pela primeira vez nós fizemos um jogo combinado entre os engenheiros que pensam a obra, que cuidam do meio ambiente, e nós construímos – numa ação que a Marina costuma chamar de “Transversalidade de Ações Governamentais” –, um jogo combinado em que o Ministério Público, o ministério do Meio Ambiente, o ministério dos Transportes, governadores e empresários da região, que estão financiando parte das estradas, conseguissem encontrar um modelo capaz de fazer com que a obra seja construída sem que haja um processo de degradação do meio ambiente, como habitualmente acontece no Brasil.

Você vai se dar conta, meu caro ministro, de tantas e tantas obras que estão paralisadas por ações do Ministério Público, por conta do não atendimento de alguma causa ambiental ou por ações do próprio ministério do Meio Ambiente e do Ibama ou, ainda, pela falta de um projeto executivo que seja condizente com a realidade da obra. Você vai perceber que há obras paralisadas porque em nenhum momento elas foram pensadas para ser feitas, muitas vezes uma obra foi pensada apenas para se disputar uma ou outra eleição.

Você toma posse hoje e sexta-feira já vai participar de uma reunião que eu estou convocando com o ministério de Infra-Estrutura, com o BNDES, com o ministério do Meio Ambiente, com o Ibama, e com o Ministério Público, para que a gente possa tentar resolver todos os gargalos que estão pendentes em obras que, muitas vezes, falta pouco para terminar, mas há um parecer contrário do Tribunal de Contas da União ou uma ação do Ministério Público, ou um parecer contrário do próprio Ibama ou do ministério do Meio ambiente.

E como todos nós temos interesse que o Brasil ande, que o Brasil cresça cada vez mais, nós vamos, numa ação combinada de todos os ministros, ver o que poderemos fazer para que essas coisas comecem a funcionar.

Nós, certamente, contaremos com a compreensão da Câmara dos Deputados, que na semana passada deu uma demonstração extraordinária de



competência e de capacidade para defender os interesses do Brasil, votando coisas extremamente importantes. Nós votaremos o PPP definitivamente e, certamente, vamos provocar empresários brasileiros para que eles possam assumir a responsabilidade de investir dinheiro para construir obras para as quais, possivelmente, o poder público não terá recursos suficientes.

Eu estou convencido, meu caro Alfredo, que a sua experiência como prefeito de Manaus e como coordenador da Suframa, poderá perfeitamente bem, contribuir para que a gente aprimore o trabalho sério, honesto e dedicado que o companheiro Anderson, companheiro do seu partido, vinha fazendo no ministério dos Transportes.

Volto a repetir, é um ministério que tem problemas sérios, é um ministério que, historicamente, deixou a desejar. Você é a esperança de que a gente poderá – dando seqüência àquilo que vinha sendo feito pelo Anderson – colocar em prática as coisas novas que você aprendeu na sua vida administrativa, para que a gente consiga realizar as obras necessárias para desativar os gargalos que, hoje, pedem concretamente o crescimento do país.

Só para você ter idéia, você ainda não era ministro, nós tomamos a decisão de priorizar o término da Fernão Dias, a 381 que liga Belo Horizonte e Minas Gerais a São Paulo, porque não é possível passar mais um mandato com aquela obra parada. Da mesma forma, a BR 116, que liga São Paulo ao Paraná e Santa Catarina. O começo do trecho Florianópolis a Osório, que é a famosa rodovia do Mercosul, e que precisa ser terminada.

São obras caras que muitas vezes têm apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial, mas muitas vezes, nós brasileiros não temos a parte do Governo para poder receber o dinheiro que é portado pelos bancos de investimentos.

Eu só quero que você tenha a clareza de que você não é um ministro novo. Você vai perceber que nós não temos um ministério de pessoas que se conhecem apenas há uma reunião. Você vai perceber que muito mais que um



conjunto de ministros, vai conviver com um conjunto de companheiros da melhor qualidade moral, ética e profissional. E vai perceber que, na primeira reunião, você já irá se considerar um ministro que está comigo no Governo há um ano e três meses.

Eu espero, portanto, no dia da sua posse – uma posse concorrida, não apenas pela presença de muitos ministros e governadores, mas eu penso que o seu prestígio na Câmara do Deputados está muito alto pela quantidade enorme de deputados presentes aqui –, espero que todos eles compareçam ao ato de transmissão de posse, que será feito no ministério dos Transportes, junto com companheiro Anderson, ou melhor, no Denit, ao meio dia. Espero que todos compareçam lá, porque eu acho que é importante não apenas prestigiar o ministro que entra mas, sobretudo, agradecer ao ministro que sai, pela grandeza de comportamento que teve o Anderson nesse um ano e três meses.

Portanto, meu caro, eu só posso dizer para você que muitas vezes iremos festejar, possivelmente, as nossas vitórias, iremos rir juntos, mas é possível que em alguns momentos, tenhamos que chorar juntos.

Eu quero que você saiba que com todos os meus ministros eu trabalho numa relação de confiança entre os seres humanos. Se eu não tivesse confiança, Vossa Excelência não teria se transformado em ministro. Você terá toda mobilidade e toda a liberdade que quiser para montar o seu time, porque o ministério dos Transportes será o seu time. E eu tenho certeza que você terá uma visão de jogo e não deixará que o seu time vire o que virou o meu Corinthians ontem, pois se não fosse o São Paulo, nós seríamos massacrados da primeira divisão do futebol em São Paulo.

Meu caro Alfredo, eu quero te desejar toda sorte do mundo. Quero agradecer e me sinto honrado de você ter aceito essa incumbência, essa tarefa, porque é um desafio muito grande. E eu não tenho dúvida nenhuma de que você dará conta do recado. Eu digo sempre que todo homem só consegue



provar aquilo que tem competência de fazer e aquilo que é, quando for desafiado por desafios às vezes maiores do que o seu próprio tamanho. E ser ministro dos Transportes, no Brasil, é um desafio. E eu desejo a você vitória nesse desafio.

Muito obrigado e meus parabéns.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da 7ª Marcha dos Prefeitos**

Hotel Blue Tree Park – Brasília-DF, 16 de março de 2004

Quero pelo menos cumprimentar o Marcelo Déda antes que ele saia, porque ele não vai ter tempo de me ouvir, vai ter que sair. A festa de Aracaju é amanhã, mas ele já quer chegar lá hoje.

Quero cumprimentar o Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios,

Quero cumprimentar o José do Carmo Garcia, presidente da Associação Brasileira dos Municípios,

Quero cumprimentar o senador Ney Suassuna,

Os ministros que estão aqui – não sei se verei todos daqui: Aldo Rebelo, Miguel Rossetto, Olívio Dutra, Guido Mantega, Tarso Genro, Patrus Ananias, Marina Silva, Humberto Costa, Eunício, Fritsch, Wagner – no dia que vocês, prefeitos, lembrarem o nome de todo os secretários de vocês assim, vocês vão perceber que a coisa está boa.

Queria cumprimentar os prefeitos, as prefeitas,

Os deputados estaduais,

Os deputados federais que estão aqui presentes,

Secretários municipais,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu acho, Déda, que antes de você sair, gostaria apenas de dizer uma coisa que você conhece e que, certamente, os prefeitos, aqui, conhecem, quando você levanta a questão do contingenciamento: eu acho que é sempre importante explicar, porque muitas vezes, somos levados a acreditar naquilo que é mais fácil e mais cômodo para nós e não naquilo que é mais real.



Eu tentei dizer para a imprensa, durante a discussão, que ao invés de falar em corte ou contingenciamento no Orçamento, deveriam ter falado em aumento de 4 bilhões no Orçamento. Por que, o que aconteceu? Nós fizemos um Orçamento de 402 bilhões de reais e mandamos para a Câmara. A Câmara, utilizando seus técnicos e a sua experiência, fez o Orçamento e encontrou mais 11 bilhões no Orçamento.

Ora, a Receita Federal e o Governo, através do Ministério do Planejamento, não acreditavam que pudéssemos arrecadar tudo aquilo que a Câmara previa que arrecadássemos. E não queríamos cometer o mesmo equívoco que foi cometido em 2002, quando tomamos posse e tivemos que cortar 14 bilhões que tinham sido colocados a mais no Orçamento. E, pelo que eu sei, até agora, cegonha nenhuma traz dinheiro, nem para os municípios, nem para os governos estaduais, e nem para o Governo Federal.

O que nós fizemos? Fizemos quase que um passe de mágica para que não ficassem os 402 bilhões que nós tínhamos previsto, e aumentamos para 406, do próprio Orçamento que nós tínhamos feito.

Então, na verdade, nós não fizemos contingenciamento. Nós apenas dissemos que o Orçamento previsto pela Câmara não era a realidade vista pelo Governo. E tentamos fazer um Orçamento mais dentro daquilo que era a visão do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda e do conjunto do Governo.

E a mesma angústia que você, como prefeito, sente, os ministros sentem. E, possivelmente, muita gente sinta, porque o ideal seria que não fossem nem 402, nem 406 e nem 413 mas que fosse 1 trilhão e, quem sabe, nós estivéssemos fazendo a mesma reunião aqui, com os prefeitos, dizendo que precisam de mais verbas – o que eu acho democrático e plenamente normal, numa sociedade que tem, nos municípios, a base concreta de organização da nossa sociedade.

Então, só para ter clareza, o que nós fizemos foi apenas um gesto de



não brincarmos com o Orçamento, de não termos a possibilidade de gastos e que, depois, as pessoas ficassem brigando por emendas, e nós não teríamos o dinheiro para liberar.

Então, entre contar uma pequena mentira em março e desmenti-la em dezembro, eu prefiro contar uma verdade em março e errar para menos. Eu peço a Deus que eu esteja errado sobre a capacidade de arrecadação do Estado e que possamos arrecadar mais, porque todo mundo ganha mais.

Então, eu prefiro ter previsto uma coisa mais justa e arrecadar mais do que ter previsto uma grande arrecadação e arrecadar menos, porque aí a frustração seria muito maior.

A segunda coisa que eu acho importante dizer para vocês – eu poderia repetir aqui as palavras que eu utilizei na 6ª Marcha, depois do discurso do companheiro Paulo. Em 1984, quando o vice-governador de São Paulo era Orestes Quércia e coordenava uma frente municipalista em São Paulo, eu fui convidado a fazer um discurso. E, na época, eu dizia que o ideal seria que boa parte dos recursos ficassem nos municípios, porque é exatamente no município onde a pessoa mora, trabalha, estuda, vai ao médico, tem o seu acesso ao lazer, e portanto, é a coisa mais próxima dele. E dizia também que era muito melhor, era muito mais fácil um município encontrar um prefeito num bar da esquina, num restaurante ou em qualquer lugar, do que encontrar um governador de Estado, um presidente da República, um secretário ou um ministro.

Portanto, o poder de pressão da sociedade é muito maior em cima do município. Ou seja, o primeiro a ser xingado é o prefeito; depois, se xinga o governador; e depois, se xinga o presidente da República. E em outras coisas, se começa pelo presidente da República, vai para o governador, chega ao prefeito, e assim sucessivamente.

De forma que estou aqui mais feliz do que estive em março do ano passado. Primeiro, porque estou cumprindo o compromisso que assumi, de



que viria, neste ano, outra vez, à Marcha dos Prefeitos. E já assumo o compromisso de vir à próxima Marcha dos Prefeitos.

Possivelmente aqui tenha muitos prefeitos que foram reeleitos e que, daqui a alguns anos, não serão mais prefeitos ou não poderão mais concorrer neste ano, não estarão aqui, têm outros que terão direito a reeleição e estarão aqui. Possivelmente tenha muita gente nova na próxima Marcha dos Prefeitos. E com todos eles temos que dizer sempre a verdade, e as coisas que são possíveis de ser compreendidas pelos prefeitos.

Eu disse, na outra vez, aqui, que estava muito à vontade, porque eu estava com três meses de Governo, vocês estavam fazendo reivindicações e eu me transportava para o mundo de vocês, quando tomaram posse há quatro anos; e, no começo, o povo cobrava de vocês aquilo que vocês cobravam de mim.

E estou aqui feliz, Paulo, porque, embora não tenhamos feito tudo aquilo que vocês sonharam, reivindicaram, a verdade é que em nenhum momento da História deste país, fora o momento da Constituição de 1988, os prefeitos nunca tiveram tantas conquistas como estão tendo agora.

Lembro que em 1988, foi o melhor momento da história dos municípios deste país. E, logo depois, já a partir de 1990, começou a acabar. E nós estamos tentando mostrar que, quando ganhamos a Presidência da República, uma prefeitura, o Estado, não deveremos governar apenas pensando no próximo mandato ou pensando em quem será o próximo prefeito. Temos que pensar que o que nós fizemos de bom ou de ruim vai ficar para muitos e muitos anos, e vai ficar não para os outros, vai ficar para os nossos filhos, para os nossos netos e para a nossa História.

Portanto, aquilo que fizemos de bom tiraremos proveito. Aquilo que fizemos de ruim, pagaremos um preço muito caro, não apenas perder uma eleição mas, quem sabe, sermos lembrados a vida inteira pelas coisas ruins que tenhamos feito no Governo federal, estadual e municipal.



Estamos aqui para dizer para vocês que vai continuar a ser assim. Sei que aqui tem muita gente nova. Mas aqui tem gente velha, que já veio aqui e que nunca conseguiu ser atendido pelo presidente da República. Tem gente que está lembrado do tempo em que a Marcha era recebida por cachorros policiais e por policiais. Tem gente que está lembrado do descaso que era feito a vocês, até por ministérios do próprio estado, das cidades a que vocês pertencem. E a ordem, no meu Governo, é que nenhum ministro tem que deixar de vir a qualquer debate que for convidado – qualquer que seja o tema – ele só tem que conhecer o tema para não falar bobagem sobre um assunto que não conhece. E por que ele tem que fazer isso? Porque nós temos uma peça da Federação. E essa peça da Federação tem que trabalhar de forma harmônica com as outras peças que dão a sustentação para fazer do Brasil, definitivamente, uma verdadeira Federação.

Estou feliz de estar aqui porque eu sei que já fizemos muito mais do que muita gente esperava e muito menos do que as pessoas necessitam que a gente faça. Estou aqui com a consciência tranqüila de que não é pouco criar o Comitê, como nós criamos, funcionando na Casa Civil, agora funcionando sob a batuta do companheiro Aldo Rebelo, para não permitir que nenhum prefeito venha a Brasília e volte para a sua cidade sem ser recebido pelo ministro, pelos diretores da Caixa Econômica. Na própria Caixa Econômica, recentemente, participei de uma inauguração – eu acho que o Paulo estava presente – de uma sala específica para que os prefeitos sejam atendidos dignamente quando chegarem à Caixa Econômica Federal, como alguém que conheça os problemas do município, para não permitir que prefeitos fiquem transitando dias e mais dias, às vezes gastando mais de diárias de hotel do que aquilo que é o dinheiro que ele veio buscar em Brasília.

Então fizemos isso não para atender prefeitos desse ou daquele partido político. Fizemos isso porque achamos que é preciso ter uma relação de respeito entre os entes federativos em nosso País. E todos nós, seres



humanos, gostamos de ser respeitados e gostamos de respeitar. Vocês, prefeitos e prefeitas sabem que, às vezes, é duro dizer um não. Mas muitas vezes vocês são obrigados a dizer não. O mais fácil seria dizer todos os sim, que muitas vezes as pessoas pensam que nós podemos dizer. E nós não podemos dizer os sim que as pessoas gostariam. Nós temos que, muitas vezes, apenas dizer os sim que podemos dizer.

Eu digo sempre que governar é a arte de exercer o papel de pai ou mãe de uma quantidade de filhos maiores do que a gente. Porque somente uma mãe ou somente um pai, quando enfrenta uma situação adversa qualquer, tem coragem de olhar no olho e dizer: não vou te dar, você não merece, portanto, você não vai ganhar. Na política, muitas vezes, se prefere o caminho fácil, de fazer as promessas que a gente já sabe antecipadamente que não pode fazer, mas a gente acha que o povo esquece. E nós queremos estabelecer com vocês uma outra lógica.

Por isso é que eu disse, aqui, da outra vez: quero que vocês meçam a nossa relação no final de quatro anos de mandato. Em sua consciência, todos vocês sabem que não podem exigir de mim aquilo que durante anos e anos não foi feito pelos municípios brasileiros. Mas, ao mesmo tempo, vocês podem exigir de mim que a gente possa criar uma relação honesta, uma relação digna, uma relação respeitosa entre a Federação e os municípios brasileiros.

Foi por isso que nós não medimos nenhum esforço para atender parte dos sonhos que vocês trouxeram da primeira vez. E não vou, Paulo, aqui, enumerá-los, vocês já disse alguns, outros ministros vão falar amanhã, mas devo lembrar apenas um, porque também não vimos a coloração partidária e tampouco escolhemos governador do PT ou do PC do B. Ou seja, nós, o ano passado, assinamos um contrato, em dezembro, para a liberação de 1 bilhão, 630 milhões para saneamento básico, contra 262 bilhões liberados em 2002, dos quais apenas 19 foram contratados. E quando fizemos isso, Paulo, descobrimos que não tinha governador do meu partido e que a única pessoa



do meu partido que tinha sido premiada era a prefeita de Campinas, que está aqui presente, numa demonstração que os nossos gestos é que podem dizer se estamos falando a verdade com vocês ou se estamos mentindo.

Se fizermos uma política de prioridade eminentemente eleitoral ou eminentemente partidária, nós sabemos que não iremos contentar a maioria das pessoas, mesmo que um partido político seja maioria. E nós sabemos quantas vezes vocês são vítimas dessas políticas, nos estados de vocês, com governadores marginalizando prefeitos que não pertençam ao seu partido político.

Quero dizer para vocês que nós vamos fazer muito mais. Antes do companheiro Cristovam deixar de ser ministro, eu dizia ao companheiro: a única possibilidade que nós temos de alfabetizar 15 ou 20 milhões de brasileiros que ainda estão sem ser alfabetizados é utilizarmos as prefeituras. Porque, quem sabe onde estão os analfabetos é, efetivamente, o prefeito, o secretário de Educação, que conhece cada rua, cada vila, cada bairro, cada “birosca” do seu município. Portanto, não é o Governo Federal aqui, de Brasília, que vai detectar, pelo IBGE, onde está. Fica muito mais fácil pactuar acordo, fazer transferência de recursos, acompanhar e fazer com que as coisas aconteçam, do que tentar inventar um gesto burocrático de que é o Ministro da Educação que tem que fazer as coisas.

Da mesma forma, a questão do transporte escolar. Nós sabemos quais são as dificuldades dos prefeitos, eu tenho ouvido, e nós vamos caminhando. Não esperem que façamos tudo de uma única vez. Volto a repetir aqui: nós vamos estar juntos, o ano que vem; vamos estar juntos em 2006. Vamos poder conversar para medir, a cada ano, o que que aconteceu, e vocês vão perceber que, no final de quatro anos, vocês tiveram conquistas que muitos de vocês lutaram tantos anos e não conseguiram conquistar.

Afinal de contas, o Brasil não é meu, eu é que sou brasileiro. E eu não quero passar para a História do Brasil apenas com uma foto pendurada num



quadro, num salão do corredor do Palácio do Planalto. Eu quero poder, deixando de ser Presidente da República, andar nas ruas deste país e encontrar com vocês, onde quer que seja, e poder ser tratado como “companheiro” e poder tratar vocês como “companheiros”, independente das disputas que a gente tiver este ano.

Queria dizer aos companheiros e companheiras prefeitos que eu estou, este ano, muito mais otimista do que estive em 2003. Estou otimista porque eu acho que construímos a base para dar o passo seguinte.

Vocês, muitas vezes, ganharam a prefeitura e tiveram que passar um ano, praticamente, tentando consertar o estrago que o antecessor de vocês tinha feito. Quantas vezes, em reuniões, vocês, ao invés de falar das coisas que vocês iam fazer, vocês paravam para xingar o que tinha saído, o que vocês tinham derrotado.

E eu tomei a decisão de que não ia fazer isso. Eu tomei a decisão de que o mandato de quatro anos não me permitia ficar dizendo o que o outro não tinha feito, mas apenas me permitia e me obrigava a trabalhar, de forma incansável, para tentar fazer coisas novas.

E não repetir os números que, também, aqui, já foram ditos. Hoje, nós poderemos, até, pararmos todo mundo e fazermos críticas a alguma coisa do Governo. Mas a verdade é que, hoje, esse país, que estava numa situação quase de UTI, em 2003, é um país que está com todas as condições para ter um crescimento, se não extraordinário, mas que nos permita acreditar que será um crescimento sustentável e que crescerá mais no outro ano e, independentemente de quem seja o Presidente da República, continuará crescendo.

E por quê? Porque tomamos uma decisão de não fazermos nenhum milagre neste país. O Brasil não suportaria mais aquele tipo de tomada de posições em política econômica que parecia um milagre na frente de todo mundo e, seis meses depois, vinha a frustração generalizada. Vocês estão



lembrados do Plano Cruzado. Vocês estão lembrados do Plano Real. Eu lembro do Plano Real... do Plano Real, não, do Plano Collor com algumas pessoas dizendo: “Olhe, o Brasil, agora, está maravilhoso. Eu estou tão rico quanto o Roberto Marinho. Eu só tenho 50 mil numa conta e ele também só tem 50 mil numa conta.”

Nós tomamos a decisão de não fazermos o “Plano Lula”, o “Plano Palocci”, o “Plano Paulo”, o “Plano Tarso”. Não quisemos fazer Plano. Ou seja, precisamos estabelecer como regra que o controle da inflação é uma obrigação de todos e o crescimento da economia é um desejo de todos. Para isso, é preciso que a gente tenha a capacidade – e o dinheiro – de fazer com que aconteçam os investimentos que precisam acontecer. Para isso, é preciso construir os projetos de desenvolvimento regional, que trabalhamos o ano passado inteiro para fazer.

Depois, fizemos o PPA, numa discussão como jamais foi feita na História deste país, Paulo: 2.170 entidades da sociedade civil, pelo Brasil inteiro, participaram da elaboração do PPA, que está no Congresso Nacional para ser votado. E o PPA define os projetos básicos por região. E, dentro dos projetos básicos por região, vamos determinar, agora, com a aprovação do PPP, qual é aquele que vai ter parcerias com a iniciativa privada, qual é aquele que a iniciativa privada vai fazer e qual é aquele que o Estado vai fazer.

Nesta semana, dia 19, terei uma reunião muito importante, aqui em Brasília, com alguns ministros da infra-estrutura, para desbloquear coisas que estão bloqueadas há muito tempo no Brasil, porque vocês já ouviram falar, algum dia, que o Brasil é o paraíso das obras inacabadas. Só para vocês terem uma idéia: de 19 de junho do ano passado para cá, nós desbloqueamos 17 hidrelétricas que estavam paralisadas desde 2001 e, neste ano, vamos ter que desbloquear, até junho, mais 18 hidrelétricas que estão paralisadas. São, ao todo, 35 hidrelétricas que estavam paralisadas desde 2001 e que nós vamos retomar, para que a gente não sofra o “apagão” que sofremos em 2001



e 2002.

Ao mesmo tempo, nós definimos uma política de desenvolvimento que leva em conta a capacidade de investimento do Estado, mas que leva em conta, sobretudo, a capacidade de investimento da iniciativa privada, seja ela brasileira ou estrangeira. Estamos numa situação em que, se a nossa produção continuar a crescer, sobretudo a produção agrícola, nós teremos problemas sérios de exportação dos nossos produtos, seja pelo porto de Paranaguá, seja pelo porto de Santos, seja pelo porto de Sepetiba ou qualquer outro porto, porque quem anda pelo Brasil sabe que as rodovias não andam boas, sabem que as ferrovias, embora privatizadas, foram muitas delas praticamente esquecidas. E nós, agora, queremos, num trabalho de priorização, recuperar esse gargalo, recuperar portos, aeroportos, ferrovias e acabar com os gargalos principais das rodovias brasileiras, para ver se a gente consegue facilitar o escoamento da produção que este país tanto precisa exportar e que tão bem está produzindo.

Ao mesmo tempo, vamos investir – se vocês não ouvirem ainda, vão ouvir amanhã, mas já falo, hoje, pelo Ministério das Cidades – nós vamos ter muito mais dinheiro pela Caixa Econômica para financiar habitação. E a nossa preocupação é que precisamos também definir no prazo menor possível, sobre aqueles cidadãos que não podem pagar a casa, por menor que seja a sua prestação. Tem uma parte que pode pagar. E, para essa, estamos discutindo com a Caixa Econômica Federal, que faça os contratos que puder fazer com empresários, mas que faça, sobretudo, aqueles para que a gente possa, quem sabe, financiar casa para o servidor público municipal, estadual e federal, aquele que pode garantir o desconto em folha e com o qual o construtor não corre nenhum risco de ter o seu investimento perdido.

Estamos, inclusive, estudando a possibilidade de construir casas para a Polícia Militar, porque, muitas vezes, morando onde moram, muitos não podem nem chegar em casa com a roupa, com medo de serem assaltados pelo



primeiro bandido da esquina. Ou quem sabe, mandar a mulher lavar a roupa e esconder dentro do quarto para que ninguém saiba que é policial.

O Olívio Dutra deve ter falado que temos 3 bilhões, fora o orçamento, para investir em saneamento básico. E precisamos começar a discutir onde investir esses recursos, porque nós temos que levar em conta alguns índices que são precários no Brasil: desemprego e violência. E vocês sabem que, muitos deles acontecem em algumas regiões metropolitanas concentradas no Brasil, e se nós não resolvermos esse problema do emprego, e se não resolvermos o problema do investimento em saneamento, essas pessoas nem terão qualidade de vida e nem sairão do fio da navalha para cair na criminalidade.

Portanto, este ano, Paulo, é um ano em que eu diria para vocês: os prefeitos deste país, os governadores e o presidente da República só têm motivos para acreditar que, quando nos reunirmos no próximo ano, não só o artigo XXIII poderá estar totalmente regulamentado, bem definido. O jogo para definir o papel dos entes federativos, o papel de cada um, mas, sobretudo, para que a gente possa medir os avanços dos municípios na área da saúde, da educação, do transporte e da alfabetização. Ou seja, em todas as esferas em que o Governo Federal pode estabelecer essa relação democrática, sadia e próspera com os municípios.

E fazemos isto por outra razão. Vocês sabem que quando termina o mandato de vocês, muitas vezes, continuam morando na mesma rua de quando se candidataram e vão enfrentar as mesmas pessoas, às vezes os velhos amigos voltarão a ser os novos amigos. Eu penso sempre: quando deixar a Presidência da República, vou voltar a morar na Avenida Prestes Maia, em São Bernardo do Campo, no 12º andar de um prédio, e vou ficar da janela olhando se o prefeito fez o asfalto da rua, se o prefeito arborizou a rua, se o prefeito iluminou a rua. É essa a visão que me faz ter proximidade e dar importância às prefeituras brasileiras. Porque elas são a base para que a gente



possa medir a qualidade de vida de um povo. Não é o Estado apenas, é a cidade que determina se a qualidade de vida é boa, se o IDH é bom, se as pessoas moram bem, vivem bem, são exatamente as cidades, por menores que elas sejam. Por isso é que nós temos que dar a importância devida em ter essa relação com vocês, e que nós vamos ter como provar, na prática, que vamos ter.

Eu não quero saber de que partido vocês são. Não me interessa saber. Eu sei que agora vai ter eleição, nós vamos ter um ano complicado, a partir de junho tudo fica mais difícil. Qualquer convênio que a gente faça vai ter problema, qualquer investimento vai ter exploração, não podemos fazer muitos dos contratos a partir de junho. Muitas vezes, o Congresso Nacional não vai funcionar com a totalidade dos seus deputados, porque tem muitos que são candidatos, e assim por diante. E, também, porque vocês estarão preocupados, ou porque são candidatos à reeleição ou porque estarão apoiando um candidato que vocês querem que os suceda.

Então, este ano é um ano atípico na nossa vida. Um Presidente da República, diz a boa política, não pode se meter nas eleições municipais deste país. Essa parece que é a boa política. Então, vocês vão estar muito mais envolvidos do que eu. Muito mais. Possivelmente, muitas vezes, nem se dando conta do noticiário nacional, apenas preocupados com as críticas que recebem ou com as críticas que têm que fazer aos adversários de vocês.

Eu quero pedir a vocês que não esqueçam as reivindicações que vocês fizeram esse ano, outra vez. No ano que vem, vamos batê-las outra vez, aqui, com vocês. E vocês vão perceber que já teve um avanço, e vão perceber que vai ficar cada vez melhor vocês governarem as cidades brasileiras.

Esse é um compromisso do meu Governo, é um compromisso pessoal meu, e eu acho que deva ser um compromisso de todos nós: trabalhar para que os municípios brasileiros possam ser muito melhores do que eles são hoje, mesmo sabendo que nós vamos ter dificuldades.



O Marcelo Déda disse bem, aqui: de vez em quando, um Governo de um país se reúne com o FMI e são técnicos do FMI discutindo com técnicos do Governo do país. Eu resolvi fazer uma inversão: o FMI tem uma orientação política, porque tem países importantes que depositam mais dinheiro no FMI, portanto, têm mais cotas, têm mais votos.

Então, ao invés de ficar esperando que os meus técnicos briguem com os técnicos do FMI, eu resolvi ponderar aos presidentes dos países que têm maior importância no FMI, que é preciso mudar a contabilidade do Fundo, e não levar em conta que cidades que podem tomar dinheiro emprestado, que têm capacidade de endividamento, não podem pegar esse dinheiro porque entram no superávit primário. Muitas vezes, uma empresa pública, que tem saúde financeira, que poderia investir, não pode investir porque tem que entrar no superávit primário. Disse isso a pelo menos sete presidentes de países importantes. E espero que eles levem em conta, porque não é um problema apenas meu. É um problema de todo o Terceiro Mundo e um problema, sobretudo, da América do Sul.

E achamos que eles têm que levar em conta que se, durante 20 anos, a orientação do Fundo Monetário era fazer ajuste fiscal para sanear as finanças dos países em que ele emprestava dinheiro, passados 20 anos, ele já sabe o que isso causou na política mundial e, sobretudo, na política da América do Sul.

Então, a minha tese na discussão com os presidentes é que está na hora de pensar; ao invés de pensar em ajuste fiscal, pensar em crescimento econômico, em desenvolvimento e investimento em infra-estrutura, sem o qual não cresceremos e não crescerão os países da América do Sul.

Portanto, meus companheiros e minhas companheiras, prefeitas e prefeitos do meu Brasil, quero dizer aos companheiros representantes ou pelo menos à direção mais importante de vocês aqui, o companheiro Paulo Ziulkoski e o companheiro José do Carmo, porque o Déda já foi embora: eu penso,



Paulo, que por qualquer lugar deste país que você andar você tem todo o direito, você e o José do Carmo, de fazerem críticas ao nosso Governo. E eu sei da lealdade com que vocês têm se comportado em todos os debates. Não tem nenhum problema se fizerem crítica, viu, Paulo, porque eu já fiz tanta crítica aos outros que, quando fazem a mim, eu já estou calejado para conviver democraticamente com elas.

A única coisa, Paulo, que eu gostaria que você nunca deixasse de reconhecer é que, na História da militância municipalista, nenhum Governo tratou vocês com o respeito e com a decência com que nós estamos tratando, e pretendemos aperfeiçoar muito mais esse relacionamento.

Muito obrigado, gente. Boa sorte a todos os prefeitos.

/mcpro/lrj/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar**

Teatro Guararapes – Olinda, PE, 17 de março de 2004

Meu caro José Mendonça Bezerra Filho, governador em exercício do estado de Pernambuco,

Meu caro Patrus Ananias, ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu caro companheiro Marinho, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e presidente nacional da CUT,

Meu caro Humberto Costa, ministro da Saúde,

Meu caro Eduardo Campos, ministro de Ciência e Tecnologia,

Meu caro Walfrido Mares Guia, ministro de estado do Turismo,

Meu caro Ciro Gomes, ministro de Estado da Integração Nacional,

Meu caro Miguel Rossetto, ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário,

Meu caro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Meu querido companheiro João Paulo, prefeito da cidade de Recife,

Companheira Luciana Santos, prefeita de Olinda,

Minha companheira Nilcéa Freire, secretária especial de Políticas para as Mulheres,

Companheira Matilde Ribeiro, secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no país,

Companheiros parlamentares aqui presentes,

Deputados estaduais, deputados federais,

Companheiros da direção do Consea, companheiras,

Delegações estrangeiras,

Companheiros das várias entidades patrocinadoras deste encontro, e



que têm contribuído de forma decisiva com o programa Fome Zero: Banco do Brasil, Eletrobrás, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Sebrae, Petrobrás, Telemar, apoios institucionais: companheiros da FAO, Unesco, ONG Apoio Fome Zero, Fubra e tantos outros. Meus companheiros da Eletrosul, que estão aqui na pessoa do companheiro Milton Mendes,

Meus companheiros,

Eu quero começar mostrando para vocês que como eu estou com sono, não estou com fome, o meu problema aqui, hoje, é sono zero. Eu estou com um pequeno discurso aqui de uma quantidade de páginas que vai permitir que vocês fiquem acordados por uma meia hora. Mas eu quero, primeiro, agradecer e prestar uma homenagem a um companheiro que está junto comigo há 30 anos. Não sei se ele está junto comigo há 30 anos, se é o mesmo período que eu estou junto com a Marisa, ou se ele está um pouquinho à frente ou um pouquinho atrás, que é o meu companheiro José Graziano Silva, que foi, até um mês atrás, o meu ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

O companheiro Graziano trabalhou comigo antes, durante, e vai continuar trabalhando, sendo ou não ministro, porque eu acho que esse companheiro tem um inestimável serviço a prestar para o nosso país. E não importa ser ministro ou não se as tarefas são para atender aos interesses e à demanda da sociedade brasileira. Portanto, eu acho que o companheiro Graziano cumpriu um papel excepcional no momento mais difícil, porque vocês sabem que quando a Direita conservadora governou o país, ninguém cobrou durante 10, 15, 20 ou 30 anos, resultados políticos da Direita. Mas quando somos nós, desde que ganhamos, eles querem que a gente faça em um ano o que eles não fizeram em 50 anos.

Eu me lembro que quando lançamos o programa Fome Zero, houve farta publicação na imprensa brasileira do fracasso do Programa. Ele não tinha nem



começado e já tinha fracassado. Ou seja, as pessoas incrédulas que não conhecem, não querem conhecer, que não acreditam e não querem acreditar passam a vender o negativismo exacerbado, sem dar tempo para que as coisas aconteçam.

Passados nove meses do programa Fome Zero, nós já tínhamos mais de dois milhões de famílias incluídas; já tínhamos atendido mais de 2.300 municípios; e já tínhamos organizado os Conselhos Gestores. Aí, aqueles que não acreditavam e que escreveram de forma negativa contra o programa Fome Zero pararam de escrever, ou seja, não escreviam nem contra nem a favor. Já que deu certo, para que dizer que deu certo? Como a gente não pode fazer *mea culpa*, fazer autocrítica ou fingir que isso não é conosco, deixa passar.

Então, eu quero, Graziano, aqui na frente dos membros que fazem parte dessa Conferência, dizer que valeu a pena você ser ministro por um ano, na política de combate à fome. E ainda tem coisa para consertar: o Graziano fez vários convênios com prefeituras, com governos para compra de coisas e não pense que aparece o nome do Governo Federal não, viu Graziano; as pessoas pegam o dinheiro do projeto e utilizam como se fosse política do município ou do estado. Não aparece nem o programa Fome Zero nem o Governo Federal, que é uma coisa que a gente vai corrigir porque nós não queremos ter paternidade, nós queremos apenas ser respeitados naquilo que nós estamos fazendo neste país. Apenas isso.

Quero também agradecer ao trabalho do companheiro Frei Beto. Ele é a mais viva experiência – eu acho que nós somos a primeira experiência no Brasil – de um Governo que tem gente para organizar e fazer um trabalho de base, pelo Governo, na população.

O Frei Beto tem feito um trabalho insano tentando organizar o que ele chama de talheres, de garfos, de faca, de prato, de mesa, tem viajado por este país, tem feito debate, tem enfrentado desafios e a cada dia que passa ele está mais animado porque está fazendo aquilo que ele sempre sonhou fazer, ou



seja, fazer as coisas que ele acredita para parte da população brasileira, na coordenação de um Governo que foi eleito para cumprir os compromissos que assumiu historicamente com a sua população.

Frei Beto perdeu o seu parceiro – porque eu tinha o Frei Beto para organizar a parte mais pobre da população, a parte ligada ao movimento social - e tinha o Oded Grajew para organizar os empresários. O Oded Grajew achou que poderia ajudar organizando o Ethos, onde ele era presidente, saiu e voltou para lá, e eu estou somente com o Frei Beto. Agora, vamos discutir com o companheiro Patrus se compensa remontar a equipe para que tenhamos o mesmo trabalho aprimorado que nós tivemos no começo do ano. Por isso Beto, minha gratidão e meu reconhecimento pelo trabalho prestado até agora.

Quero agradecer aos companheiros do Consea. A todos sem distinção, pela dedicação, pela preocupação com o tema antes do Governo, antes de eu ser Presidente. A maioria das pessoas que compõem o Consea são companheiros que, já em 1990, estavam trabalhando conosco na perspectiva de construir um projeto de política de segurança alimentar, sob a batuta do maestro José Gomes da Silva, pai de José Graziano – nosso companheiro que organizou o primeiro programa de segurança alimentar no Brasil – que foi entregue, em março de 1993, ao presidente Itamar Franco. Foi quando se criou o Consea, sob a batuta do dom Mauro Morelli e do companheiro Betinho, e que funcionou até 1994. Sobre a dúvida do Marinho, que perguntou: “Por que não houve a segunda Conferência?” É porque houve um Governo, entre o Governo Itamar Franco e o meu Governo, que não entendia que era necessário combater a fome, porque, para combater a fome, ou as pessoas têm compromisso e solidariedade com os outros ou as pessoas já tiveram experiência, porque nem todo mundo que toma café da manhã, almoço e janta todo dia é obrigado a reconhecer que tem que se preocupar com aqueles que têm fome.

E não aconteceu a Conferência. Nós poderíamos estar fazendo aqui a



quinta, a quarta, a sexta Conferência. Estamos fazendo a segunda e não temos por quê reclamar. Vamos fazer a terceira, vamos fazer a quarta e vamos fazer quantas conferências forem necessárias neste país, até que a gente ganhe uma organização como tem, hoje, a chamada Conferência Nacional da Saúde, que é, pela experiência e pela tradição da sua origem, a mais organizada de todas as conferências que temos no Brasil. E, portanto, espero que a gente chegue a isso.

Quero cumprimentar os companheiros dos Conselhos Gestores que foram criados por milhares de municípios neste país. Pessoas que não têm notoriedade, que nunca saíram na imprensa, que nunca apareceram em fotografias, nunca deram entrevista na televisão, nem, quem sabe, se aproximaram do Presidente da República. Poucas vezes conseguiram chegar perto do ministro, mas são pessoas que acreditaram que, para fazer o bem ao seu semelhante não precisavam ser amigos do Presidente, devem apenas acreditar na causa. E a causa é justa, é nobre e merece o trabalho de todos.

... eu não sei o que falei, mas eu tentei falar alguma coisa para ela. Até porque todos nós somos seguidores de uma pessoa que escreveu um livro chamado Geografia da Fome, um ano depois que eu nasci. Eu acho que foi depois que nasci que ele foi inspirado a escrever a Geografia da Fome, porque eu me lembro da minha mãe brincando comigo, dizendo que eu tinha as perninhas finas, a barriga grande e verme que não acabava mais. Então, não sei se foi coincidência, mas a Geografia da Fome foi escrita exatamente em 1946. Eu nasci em 1945. Portanto, eu tenho muito a ver com a Geografia da Fome.

Eu acho que o fato de Josué de Castro ter tocado nesse assunto muito antes de 1946, é porque, quando ele escreveu o livro, ele já tinha um conhecimento acumulado do problema muito grande. O dado concreto é que, se formos analisar concretamente, pouca coisa foi feita para combater a fome desde que Josué de Castro produziu a sua grande teoria da Geografia da



Fome.

A fome, como a miséria no país, muitas vezes, é utilizada apenas como um instrumento, um recurso de oratória para arrancar aplausos no final de um grande comício. Mas, depois do comício, as pessoas não sabem o que é sentir fome, nunca passaram fome e, portanto, dizem: “não é meu problema, é problema de quem passa fome. Eu estou longe e fora disso”. É assim que funcionou a cabeça de muita gente neste país, durante séculos e séculos.

E a nós, foi dado o gostoso desafio de enfrentar todas as dificuldades e provar que nós temos competência para fazer as mudanças que, quem sabe, Josué de Castro tanto queria que acontecesse há mais de 50 ou 60 anos. E mais fácil ainda, é porque o problema da fome no Brasil – diferentemente da fome de outros países que não produzem os alimentos per capita, para sua população consumir – nós produzimos alimentos suficientes para contemplar a nossa população com as calorias e com as proteínas necessárias.

O nosso problema é outro. Uma grande parcela da sociedade não tem renda para comprar alimentos e, portanto, não tem acesso. E um outro problema muito sério é que, muitas vezes, no Brasil, quem tem fome não tem coragem de dizer que tem fome.

Eu me lembro que, quando eu era sindicalista, a gente ia fazer comício na periferia e eu ia visitar a casa de companheiros, e eles tinham vergonha quando a gente ia visitá-los. E eu costumava dizer na porta de fábrica: olha companheiros, a gente não pode comer mortadela e arrotar peru, a gente tem que comer mortadela e dizer que comeu mortadela, porque somente assim a gente vai tentar consertar as coisas. Se vocês mentem para mim dizendo que vocês estão tendo acesso a coisas que vocês não têm, eu serei enganado, mas vocês serão mais enganados do que eu.

Eu não me esqueço nunca. Eu passei um período muito difícil na minha vida, e dentre tantos períodos difíceis que eu passei, tem um, que eu me lembro. Nos idos de 1965, eu era adolescente, já tinha 20 anos idade, já tinha o



diploma de torneiro mecânico na mão e estava desempregado. Eu morava numa rua chamada Frei Padre Mororó, na Vila São José, em São Caetano do Campo, nº 1146. Nunca tinha havido enchente naquela rua, só no outro lado, porque eu morava na Ponte Preta. O meu irmão, Frei Chico, veio passear em Garanhuns, teve um bingo – eu proibi, agora, a existência de bingos – e ganhou, em 1946, um jipe junto com um primo meu. Ele chegou em São Paulo, vendeu esse jipe e nós compramos uma casa na vila que não enchia de água. No primeiro ano – nós mudamos em junho – em dezembro, teve uma enchente de um metro e meio dentro de casa. Era uma loucura.

Eu estou dizendo isso porque eu me lembro que era um sábado, a gente estava em casa e não tinha o que comer. E não ter o que comer – muitas vezes, a gente nem sabe o que é – é não ter o feijão com arroz para colocar no fogo; é, às vezes, ter o feijão, o arroz e água pura, e você saber que não tem sequer uma batata ou um ovo para fritar ou jamais sonhar que vai comer carne naquele dia. E, ainda hoje, no Brasil, milhões de pessoas passam o domingo sem comer um pedaço de carne, um pedaço de frango e, muitas vezes, não têm coragem de falar.

E eu me lembro que, na segunda-feira, dentro da fábrica, era o dia em que a gente comia melhor, ou seja, comia quem podia, porque era o dia em que a gente levava a sobra do domingo na marmitta. Não sei se aqui as pessoas já comeram de marmitta, se já levaram marmitta para dentro da fábrica. Mas a marmitta, Ciro, quando se leva um ovo frito, quando chega a hora do almoço, o bicho parece um olho de peixe morto, a gema já ficou esmaecida, está quase pedindo água de tão branca e a clara já ficou invisível. E eu me lembro que quando a gente tinha um ovo para levar na marmitta já era uma alegria. Mas a segunda-feira era o dia em que as pessoas levavam coxa de frango, macarrão, bife à milanesa. Hoje, posso comer quantos bifés eu quiser. Mas, naquele tempo, tinha vontade de comer um por mês e não tinha.

Eu me lembro que, numa segunda-feira, eu cheguei com a minha



marmita, botei a bicha no marmiteiro para esquentar, ela esquentou. A gente sempre se senta com um grupo de amigos, não é? Quem está acostumado a comer de marmita sabe que a gente se senta sempre com os mesmos amigos. Parece uma confraria, é que nem os dominicanos, Beto, para almoçar. Eram as mesmas pessoas, um de frente para o outro, o mesmo assunto – futebol, não-sei-o-quê. E eu me lembro, como se fosse hoje, que todo mundo abria a marmita, um tinha um bife desse tamanho, um tinha uma coxinha de frango desse tamanho, outro tinha não-sei-o-que-lá. E eu, como não tinha tido muita coisa para comer no domingo, pensei comigo: “Vou abrir devagar a minha marmita, para só eu ver o que tem”. Aí, fui levantando a tampa da marmita, fui levantando e olhei: só feijão e arroz, não tinha mistura. Aí, peguei e fechei.

E um companheiro, daqueles desagradáveis, falou assim para mim – me chamavam de Taturana: “Ô Taturana, você não vai comer?” Eu falei: “Não. Eu não estou com fome.” “Ah, então, me dá a tua carne!” Eu não tive coragem de falar que eu não tinha carne e falei: “Não. Vou deixar para comer depois.” Aí, levei a marmita para o meu armário e, enquanto todo mundo estava trabalhando, eu ligava o torno – quem é torneiro aqui, sabe - dava um passe, ia até a gaveta, abria, comia a minha comidinha... porque a gente tem vergonha de reconhecer que é pobre, miserável. A gente gostaria de ser melhor.

É por isso é que o Joãozinho Trinta definiu, de forma extraordinária, que quem gosta de miséria é intelectual. O pobre, na verdade, se puder, se veste bem, come bem, tem um bom carro, tem uma boa casa.

Eu acho que, neste país, poucas vezes se cuidou desse assunto com a nobreza que ele precisava ser cuidado. Eu me lembro que eu era muito pequeno e, quando chegava um pobre – que chamávamos de mendigo, não chamávamos de bandido, não, era mendigo – na porta da nossa casa, a nossa mãe abria a porta, chamava o mendigo para dentro de casa e ele comia junto com os filhos da minha mãe, à nossa mesa, era tratado como um ser humano, com respeito.



Hoje, se chegar um mendigo na porta da casa da gente, as pessoas batem a porta e não querem saber se ele está com fome ou se está doente. Estamos com medo, estamos assustados e estamos aprendendo a construir uma sociedade onde nós somos o centro do mundo e não precisamos ajudar ninguém, porque nós não temos problemas. E, se não temos capacidade moral e ética de ajudar alguém que está precisando, pode ser que um dia precisemos e os outros nos tratem do jeito que nós os tratamos, quando eles mais precisaram de nós.

Vocês sabem que não estou dizendo isso para vocês, porque se vocês fossem assim, não estariam aqui. Vocês fazem parte daquele grupo de pessoas, que ainda tem muito no Brasil que, se tiverem um prato de comida são capazes de repartir para que a pessoa tenha metade do prato. Eu acho que combater a fome é uma coisa sagrada, porque o direito de comer é o direito mais elementar que existe na espécie humana.

A pessoa pode não ter ido à escola, pode não ter ido ao dentista, pode não comprar uma roupa nova mas tem que ter direito a comer porque, se não comer, não sobrevive; e se sobrevive sem comer, vai sobreviver com seqüelas profundas. Quem é médico, aqui, sabe que se uma criança não se alimenta corretamente até os seis anos de idade, poderá ter seqüelas incuráveis e, possivelmente, faça parte daqueles dados que a Organização Mundial da Saúde fala e que me assustam, quando diz que no Brasil tem 15 milhões de pessoas com algum problema de deficiência mental.

Se as pessoas tem algum problema de deficiência mental, justifica-se o discurso de que todos nós somos um pouco loucos. É preciso apenas a gente torcer para que a loucura não desperte em algum momento e a gente faça as loucuras que acontecem no nosso querido país, como a violência, a criminalidade e a marginalidade.

Então, essa política de combate à fome, para mim, é uma coisa sagrada. É mais do que uma política de Governo, pois a política de Governo termina



quando sai o Governo, porque, se o outro não concorda, pára. Essa tem que ser a chamada política da moral, da ética, da dignidade, onde todos nós, independentemente de sermos Governo, temos que estar comprometidos em levar essa política para frente.

É por isso que eu estou aqui, orgulhoso, nesta II Conferência, com o coração palpitando de alegria pelo que nós conseguimos até agora. Não pensem que foi pouco, não sejam humildes. Vocês que trabalham no Consea, no programa “Fome Zero”, vocês têm que bater no peito e dizer: nós temos orgulho do que nós já fizemos.

Quem é que não lembra a compra de alimentos que nós fizemos no semi-árido nordestino, pela primeira vez garantindo que aumentasse o preço da safra dos produtores de feijão do Nordeste, porque nós garantimos o preço para eles? É só acompanhar a parceria que nós fizemos com estados e municípios.

O que é verdade, nua e crua, é que se nós tivermos humildade para reconhecer, como foi reconhecido pela FAO, um dos melhores programas de nutrição deste país foi o programa de leite, feito pelo então presidente José Sarney, que acabou sem nenhuma explicação, porque tinha uma comunidade que roubava. Ora, quando há uma entidade qualquer que desvia alguma coisa, nós temos que punir aquela entidade e não acabar com um programa todo.

Quantos milhões de crianças vão dormir neste país e acordam sem poder tomar um copo de leite? Eu acho que nós temos que ter orgulho, pois até agora, nós já chegamos a 3 milhões 615 mil famílias. O importante é que a média da transferência de renda, feita no Governo passado – que tinha criado políticas de transferência de renda muito mais para eleger ministro, deputado federal –, era de apenas 22 reais. Nós não só já atingimos 3 milhões e 600 mil famílias, recebendo em média 73 reais, portanto, três vezes mais do que se recebia há algum tempo atrás, como vamos chegar em julho a colocar mais 901 mil famílias da região metropolitana deste país, e vamos chegar a



dezembro com 6,5 milhões de famílias recebendo, em média, os 73 reais.

Quando eu chegar, no dia 31 de dezembro de 2004, atendendo 6,5 milhões de famílias, meu querido Graziano e meu querido ministro Patrus, já teremos ultrapassado mais da metade da quantidade de famílias que nós nos propusemos a atingir em quatro anos. Portanto, estejam tranqüilos de que nós vamos cumprir a meta. Deus queira que a gente não atinja 11 milhões de famílias, que metade delas consigam sobreviver sem precisar da política de transferência de renda do Governo. Mas se não conseguirem, o dinheiro chegará na sua casa com um cadastro honesto, feito com fiscalização, coisa que não é fácil, controlar 11 ou 12 milhões de famílias. Mas vamos fazer com seriedade.

O que é importante, meu companheiro Graziano, meu companheiro Patrus, meus companheiros, é que nós conseguimos transformar a fome num problema mundial, não num problema nacional. E tudo isso começou quando eu fui a Davos, no dia 25 de janeiro de 2003. Depois fui a Evian. E em todas as reuniões eu vou colocando o problema da fome. E eu coloco com muito carinho, porque nenhum presidente de um outro país é obrigado a ter passado pela vida que eu passei, portanto, eles não são obrigados a ver o problema como eu vi. E, portanto, eu não tenho que forçá-los a aceitar o que eu quero. Eu tenho que convencê-los.

Quando eu era mais ignorante do ponto de vista político, eu achava que eu tinha a verdade absoluta, então, o que eu falasse, os outros tinham que seguir. Mas você vai ficando velho, amadurecendo, apanhando, aí percebe: “espera aí, eu não tenho a verdade, eu tenho a minha verdade. Eu preciso submeter a minha verdade a outras”. E aí a gente vai construir uma verdade que nem é a minha, nem é a sua, é a nossa. Aí passa a ter o sentido da verdade, porque é o resultado coletivo de uma decisão e de um pensamento. Então, estamos tentando conversar com todas as pessoas.

Eu fui conversar com o presidente Bush, que estava preocupado com a



guerra do Iraque. Ele falou, e falou da guerra do Iraque. E eu disse: presidente Bush, a minha guerra é outra, a minha guerra, no Brasil, é contra a fome, não é contra os iraquianos.

Agora, fizemos um protocolo com o presidente Chirac e com o presidente Lagos. Criamos dois grupos técnicos para discutir uma proposta de criação de um fundo internacional, que eu não sei se vai ser uma espécie de CPMF internacional, não sei se vai ser uma taxa cobrada sobre o comércio de armas, sobre um comércio internacional, não sei se vai ser uma taxa cobrada sobre o dinheiro existente no paraíso fiscal. O dado concreto é que nós precisamos criar um fundo de desenvolvimento que possa ajudar os países mais pobres, não a receber cesta básica, mas a receber assistência técnica, conhecimento e financiamento para que possam produzir o seu próprio alimento, gerar empregos e fazer a distribuição de riqueza e de combate à fome.

Estamos marcando para dia 20 de setembro – quando se dará a abertura da Conferência das Nações Unidas – um encontro muito grande com os presidentes dos países mais importantes, onde a questão da fome será colocada na pauta. Nós vamos colocando e as pessoas vão ficando sensíveis. Vejam, eu aprendi uma coisa na minha vida: nem todo mundo é 100% bom, e nem todo mundo é 100% ruim. Eu acho que entre o bom e o ruim, você vai encontrar células de gente boa, uma parte boa. Você tem que aproveitar e, se a pessoa der apenas aquela parte que tem, já vai contribuir de forma decisiva.

Esta semana, outra vez, eu liguei para vários presidentes. Estou mandando uma carta para cada Presidente da República dos países do mundo inteiro. Falei com o Marinho: nós temos que mandar uma carta para o movimento sindical do mundo inteiro. Falei para as ONGs: nós temos que mandar uma carta para as ONGs do mundo inteiro, porque nós só vamos resolver o problema quando a gente transformar a fome num problema político. Ele, hoje, é só um problema social, a gente sabe que ele existe. Um problema



político é quando as pessoas que vivem o problema social estão em ebulição, estão se movimentando, protestando, gritando, exigindo. Aí as pessoas percebem: “espera aí, tem gente nova no pedaço”.

Quando aquelas pessoas que não estão organizadas em sindicato, que não lêem jornal, que não vêem televisão, que, muitas vezes, não escutam rádio, que nem sabem que tem CUT, que tem PT, PSB, PC do B, PMDB, e cuja única preocupação é sobreviver, quando elas aprenderem que têm força e começarem a se manifestar, aí todo mundo, a imprensa toda começará a escrever sobre elas, e os políticos começarão a se preocupar. Aí a própria Esquerda vai tratar de se organizar e tentar criar um grupo, porque é preciso organizar essa gente também. Aí estará dada a situação e, nós começaremos a resolver o problema da fome.

O mundo desenvolvido tem nos ajudado, sobretudo, o Banco Mundial e a FAO. As instituições têm nos dado uma mão muito grande, eu tenho recebido muita solidariedade. E logo as pessoas vêem que eu não passo fome, pela minha estatura aqui, e as pessoas vão falar: “Esse baixinho não passa fome.” Mas é importante que elas estejam preocupadas com a fome, porque eu já passei e sei como é que as pessoas se sentem.

E nós vamos conseguir criar um movimento, porque os países ricos, falam: “Nós já damos alimentos.” Vejam, isso é muita esperteza, porque muitas vezes os países ricos dão alimentos para justificar o subsídio que eles dão para os seus produtores. E como nós não queremos subsídios para os seus produtores, queremos que os países em desenvolvimento coloquem os seus produtos agrícolas dentro dos países desenvolvidos, pois nós queremos mais liberdade. Então, ao invés de dar esmola, vamos criar um fundo que pode ser organizado e dirigido por uma instituição multilateral da ONU. Um fundo que não esteja na mão de ninguém, e que também não caia na mão de nenhum governo corrupto, porque está cheio de gente passando fome no mundo e está cheio de governantes com conta na Suíça e nos paraísos fiscais espalhados



por esse mundo afora.

Nós não queremos dinheiro não, nós queremos é que os projetos sejam dirigidos para gerar aumento de crescimento econômico e produção nos países mais pobres. E eu tenho dito, o Brasil não precisa desse fundo. O Brasil tem condições de, internamente, resolver o seu problema. Mas há países muito pobres que não sobreviveriam sem esse esforço.

Eu, portanto, gente, quero dizer a todos que o que nós fizemos vai ser avaliado por vocês nesta Conferência. Não tenham medo de fazer autocrítica, se não fizeram as coisas corretas, ou se erraram tentando acertar. A autocrítica, muito mais do que uma punição, é um gesto de humildade, da gente reconhecer que não fez aquilo que pensou que poderia fazer, no tempo pequeno que a gente teve para isso.

O que eu posso dizer para vocês, que se dedicaram esse tempo todo acreditando nisso é que tenham certeza de que vamos cumprir as metas que nos propusemos, compreendendo que o programa Fome Zero, a política de Combate à Fome e a política de transferência de renda não são um fim em si mesmos. Na verdade o que nós queremos é que cada homem e cada mulher, neste país e no mundo, possam tomar café, almoçar e jantar todo dia, às custas do seu trabalho, porque é isso que dá dignidade e respeitabilidade ao ser humano. Mas isso não justifica a gente não fazer nada.

Eu me lembro que quando eu comecei a minha militância política, a gente dizia: “nós vamos fazer tal coisa, vamos organizar um partido, vamos organizar o sindicato, vamos fazer uma Central”. As pessoas diziam: “Não, só vamos resolver o problema quando o socialismo chegar.” Então, tudo se resumia na construção do socialismo. Havia alguns que falam assim para mim: “Por que disputar eleição agora? Vamos construir, primeiro, uma sociedade socialista, depois a gente disputa.” E eu comecei a pensar nos anos que eu tinha, nos anos que faltavam. E eu falei: Se ficar esperando esse tal de socialismo, eu morro e não chego a Presidente da República. Eu vou é chegar



a Presidente da República para facilitar as coisas para o povo brasileiro.

Essa política de Combate à Fome é isso. Tem muita gente que diz: “Mas isso é proselitismo”. É proselitismo para quem está com o buquinho cheio. Eu me lembro, Ciro – você que é nordestino, um paulistano naturalizado cearense – que uma vez eu vim a um estado do Nordeste e não vou dizer qual, nem para falar mal, nem falar bem, e fui discutir a questão de uma vaca mecânica para produzir leite de soja numa cidade pobre. Aí, me apareceu um monte de nutricionistas de uma universidade importante, também aqui, do Nordeste, e disseram assim para mim: “Mas, companheiro Lula, você precisa levar em conta os hábitos alimentares dessas crianças.” Eu falei: “Mas, desgraça, essa criança não tem hábito alimentar, está morrendo de fome.” Que hábito alimentar tem essa criança? Hábito alimentar temos nós, aqui, que podemos comer. Mas uma criança de quatro anos, que tinha um braço da grossura do meu dedo... Coitada, não comia a língua porque não podia e a gente diz que tem hábito alimentar?

Então, precisamos parar de ser tão exigentes e tentarmos fazer as coisas que estão ao nosso alcance, no momento em que podemos fazer, sem deixar de brigar pelas mudanças estruturais. Eu fico olhando a cara de vocês e fico vendo: vocês são parte da parte boa deste país, da parte nobre deste país.

Eu queria só dizer para vocês, para terminar – não li o discurso, falei mais do que estava escrito aqui, sem precisar ler – eu queria dizer para vocês, sobretudo à nossa querida filha do Josué de Castro que o nosso companheiro Márcio Thomaz Bastos – e estou anunciando isso aqui oficialmente para vocês – e nós estamos trabalhando, no ministério da Justiça, a apresentação de um processo para que possamos garantir anistia política póstuma, a ser concedida pelo Estado brasileiro a Josué de Castro.

Acho que o mínimo que o Estado brasileiro pode fazer por este grande brasileiro é reconhecer, muitos anos depois da morte dele, que ele não era nenhum bandido, que ele não poderia ter sido jogado no esquecimento da



História do Estado brasileiro porque tinha discordâncias políticas de quem governava o país. Então, para recuperar a cidadania política do Josué de Castro, mesmo depois de morto, eu acho que vale a pena reconhecemos que um brasileiro como ele nunca deveria ter sido punido, mas premiado pelo Estado brasileiro, porque se preocupava com uma coisa com que o Estado deveria se preocupar. Por isso, vamos fazer esse reconhecimento histórico.

Quero terminar desejando que vocês sejam iluminados por Deus, que todos os santos possam iluminar vocês e que vocês possam tirar daqui as mais extraordinárias decisões. Eu dependo muito das decisões que vocês tomarem e, mais do que eu, o povo brasileiro depende da competência de vocês nas grandes decisões que vocês tomarão aqui, entre amanhã e depois de amanhã.

Muito obrigado. Boa conferência. E que Deus abençoe vocês.

[/rss/cms/lrj](#)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da campanha “Cresce Nordeste” do Banco do Nordeste

Fortaleza,CE, 17 de março de 2004

Meu caro Lúcio Alcântara, governador do estado do Ceará,
Meu caro Humberto Costa, ministro da Saúde,
Meu caro Eunício de Oliveira, ministro das Comunicações,
Meu caro Walfrido Mares Guia, ministro do Turismo,
Meu caro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,
Meu caro Olívio Dutra, ministro das Cidades,
Meu caro Cássio Cunha Lima, governador do estado da Paraíba,
Meu caro Wellington Dias, governador do estado do Piauí,
Meu caro Antonio Jácome de Lima Júnior, vice-governador do Rio Grande do Norte,
Meu caro Ronaldo Lessa, governador do estado de Alagoas,
Meu caro Marcos Cals, presidente da Assembléia Legislativa do estado do Ceará,
Senhores embaixadores,
Meu caro Roberto Smith, presidente do Banco do Nordeste,
Minha cara senadora Patrícia Gomes, senadora da República, vice-líder do governo,
Meu caro João Alfredo, deputado federal,
Meu caro Roberto Pessoa, deputado federal,
Meu caro Leônidas Cristino, deputado federal,
Meu caro Marcelino Fraga, deputado federal,
Meu caro José Pimentel, deputado federal,
Caro deputado José Guimarães, em cujo nome saúdo os demais



deputados estaduais,

Prefeitos,

Meu caro Juraci, prefeito de Fortaleza,

Senhores prefeitos, prefeitas,

Meu caro Oséas, eu pensei que iam citar o seu nome aqui, não citaram,

Meus companheiros do Banco do Nordeste,

Empresários, sindicalistas,

Cantadores do Piauí,

Eu já tinha ouvido o Hino Nacional de todo tipo, mas nunca tinha visto o Hino Nacional cantado por vaqueiros típicos do Nordeste e do Piauí.

O programa “Cresce Nordeste”, que estamos lançando hoje, aqui, vai permitir investimentos de mais de 3 bilhões de reais, o que, teoricamente, poderá gerar quase 1 milhão de novos empregos em uma das regiões mais carentes e de maior potencial de riqueza do nosso país.

O Fundo Constitucional do Nordeste vinha de uma trajetória já citada pelo ministro Ciro Gomes. Só para vocês terem idéia da situação, enquanto no ano passado, aqui no nordeste, nós não conseguimos os projetos para liberar os recursos disponíveis, fomos obrigados a tirar 1 bilhão de reais do FAT para emprestar para os estados do Centro-Oeste, tal era a quantidade de projetos de desenvolvimento que tinha a Região Centro-Oeste do país. Por isso, apenas 254 milhões foram financiados aqui. É quase que uma vergonha, só 15% dos recursos disponíveis, numa região pobre, numa região onde poderia faltar até dinheiro, mas o que não deveria faltar era projeto para discutir financiamentos, com uma taxa de 46% de inadimplência.

O Banco do Nordeste, na prática, não cobrava as dívidas e, a cada ano, emprestava menos. Eu me lembro quando tive a primeira conversa com o Roberto Smith, ele me contava a situação do Banco do Nordeste, onde tinha gente que havia tomado dinheiro emprestado, que não tinha sequer assinatura



de contrato. E ao tentar cobrar, as pessoas diziam que não deviam porque não tinham assinado. Ou seja, porque muitas vezes a coisa pública foi tratada, no Brasil, como se fosse uma coisa de amigos, como se fosse um clube de amigos e não uma coisa pública de verdade.

E esse trabalho para mudar a situação do banco não foi uma tarefa fácil. Uma determinação do Governo com a ousadia do ministro Ciro Gomes e com a competência do Roberto Smith e a direção do Banco do Nordeste, vocês haverão de, no final da gestão de vocês – quem sabe lá para o final de 2006 – numa plenária como esta, ter o orgulho de virem se sentar aqui, convidarem todos os cearenses e nordestinos que puderem, e prestar contas do que era o banco quando vocês tomaram posse e o banco que vocês deixarão para o futuro Governo.

O Ciro também disse aqui que, em 2003, o volume de recursos aplicados já chegou a 1 bilhão de reais, ou seja, quatro vezes mais do que no ano anterior e, eu diria, o maior dos últimos 10 anos.

Veja que o Banco do Nordeste, em 10 anos, não conseguiu aplicar o que foi aplicado apenas o ano passado, numa demonstração inequívoca de que faltou seriedade no trato do dinheiro público no nosso país. Ou faltou seriedade ou, quem sabe, teve aqueles que sempre acham que são mais espertos do que os outros, que tentam se aproveitar da coisa pública para si próprio ao invés de pensar no conjunto das pessoas que deveriam ter acesso ao dinheiro público.

O final evidente é que o Banco do Nordeste, sob a orientação do ministério da Fazenda, retomou sua missão central como banco de desenvolvimento regional, e o resultado desses investimentos foi a criação de mais de 726 mil empregos diretos e indiretos no ano passado.

Só em janeiro deste ano, o Banco já aplicou três vezes mais do que o aplicado no mesmo período do ano passado, numa demonstração de que eu quero desafiar vocês aqui. Quero dizer para vocês que dinheiro para investimento e financiamento não é problema, há 300 projetos e se os projetos



tiverem em condições legais de serem aprovados, não faltará dinheiro.

Eu tenho dito desde o dia da posse: o que faz o dinheiro é o bom projeto, ou seja, não é o dinheiro que faz o projeto, é o projeto que faz o dinheiro. Portanto, se tiver dinheiro, podem apresentar projetos, pois o limite do banco, hoje, é de 3 bilhões, mas pode crescer se houver projetos que justifiquem a necessidade dos investimentos, a criação de empregos para o Nordeste e a melhoria da qualidade de vida do pessoal do Nordeste.

Os governos estaduais e municipais e as entidades representativas dos trabalhadores e dos empresários foram chamadas a planejar, junto com o ministério da Integração e o Banco do Nordeste, a aplicação do fundo de 2004, ajudando, especialmente, a definir as cadeias produtivas prioritárias para receber recursos.

O programa “Cresce Nordeste” vai financiar vários segmentos produtivos, em especial de pequenos e médios empreendimentos, como a apicultura, artesanato, floricultura, comércio e serviços, fruticultura, turismo e piscicultura entre outros. Os juros serão mais baixos, em torno de 6% ao ano, e os prazos para pagamento mais longos, até 12 anos, com carência de 4 anos. E aquele que pagar em dia, preste atenção, aquele que pagar em dia, se for do semi-árido, receberá um desconto de 25% nos encargos dos empréstimos contraídos.

Estes, certamente, são os recursos mais baratos disponíveis no nosso país, hoje. Os três contratos de financiamento que acabam de ser assinados aqui, para uma unidade industrial, uma microempresa e uma associação de agricultores assentados, são exemplo da rica diversidade da economia regional e da importância de créditos específicos para cada empreendimento.

Além disso estamos, sob a coordenação do ministério da Integração Regional, tomando medidas para dotar o Banco do Nordeste de mais recursos e de meios para a retomada do desenvolvimento regional. Acabamos de instituir linha de crédito específica para capital de giro. São 380 milhões só para



o ano de 2004, para atendimento de uma das reivindicações mais urgentes das empresas da região.

Estamos criando, também, uma linha de crédito com recursos do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – para investimento em infra-estrutura nas áreas rurais, conjuntamente com os municípios, atendendo a uma antiga demanda dos agricultores.

O programa “Credi-amigo”, do Banco do Nordeste, já presente em mais de 640 municípios nordestinos, é o maior de microcrédito na América do Sul e o segundo da América Latina. No “Credi-amigo” a taxa de juros é de 2% ao mês para operações até 2 mil reais. O Credi-amigo não é tão amigo assim, não é Roberto, porque esses dois poderiam virar 1,5%. Quem sabe vamos caminhar para isso.

Em 2003, a taxa média de inadimplência em toda a região ficou em apenas 2,26%, sendo que em três estados, foi inferior a 1%. E essa não é uma iniciativa isolada, é o exemplo do novo posicionamento dos bancos oficiais em relação aos pequenos negócios.

Estamos empenhados na retomada do crescimento econômico com distribuição de renda e crédito. Estamos caminhando, eu não tenho dúvida nenhuma, na direção certa, com os passos muito equilibrados e com a cabeça no lugar. E o Banco do Nordeste do Brasil tem um papel fundamental na promoção desse desenvolvimento, que é bom para o nordeste e, certamente, muito bom para o Brasil.

Tenho certeza, o perfil humano do nosso desenvolvimento econômico e social, será obra de toda a nossa gente. Se nós, juntos, não fizermos, a pergunta é: quem o fará por nós? Esse é um desafio a ser enfrentado não só pelo Governo, mas por toda a sociedade brasileira.

Meus amigos e minhas amigas do meu querido Nordeste, eu penso que vou enviar uma medida provisória para ser transformada numa lei, para garantir o seguinte: todo governador que deixar o governo, o prefeito ou o presidente da



República, terá que prestar duas horas de depoimento sobre como – no seu modo de ver – ele deixou o governo. E todo aquele que entrar, três meses depois irá prestar um depoimento de duas horas para ver como ele encontrou o governo. E assim sucessivamente. E no final dos tempos, nós vamos avaliar o país de quem estava governando e o país de quem entrou. E depois de quatro anos, vamos ver aquele que prestou depoimento no começo, prestar o depoimento no final.

Porque eu estou dizendo isso? Eu tenho clareza da angústia dos nossos governadores. Eu tenho clareza do sofrimento dos governos dos Estados, dos poucos recursos que têm os estados e os municípios brasileiros. E vejo isso com uma certa tranqüilidade, porque dinheiro nunca é demais. Eu não conheço nenhum ser humano que se contente com o salário que tem. Se se contentasse, a Polícia Federal não estaria em greve, e não estariam reivindicando o que estão reivindicando, porque sabem que é totalmente irreal. Eu, de vez em quando, sou obrigado a brincar com os meus companheiros e dizer que, se eles fossem fazer as reivindicações para eles mesmos atenderem, já o fariam sabendo que não poderiam atender às reivindicações.

E o governo estadual, o governo municipal, é mais ou menos a mesma coisa. Se nós tivéssemos um PIB americano, ainda assim não conseguiríamos atender a demanda que é sempre muito maior do que a nossa disposição.

Entretanto, o dado concreto é que os governadores, os prefeitos e o Governo Federal são sempre vítimas do que aconteceu no Brasil ao longo dos anos que se passaram. E a mim não cabe, nem tampouco a um governador ou administrador público, ficar se queixando das coisas que não aconteceram antes dele ser governo.

Nós somos eleitos para governar por um mandato de quatro anos, o que é muito pouco, e eu acho que, ao invés de ficarmos chorando aquilo que recebemos, nós temos que nos propor a fazer aquilo que nós acreditamos e aquilo que nós prometemos fazer para a sociedade brasileira.



Tem muita gente no Brasil que não se dá conta do atraso do desenvolvimento de uma região como o nordeste brasileiro e cada um joga a culpa em cima de quem quiser. O dado concreto é que uma única vez neste país, em que foi dada a chance ao Nordeste, através de uma agência de desenvolvimento regional como a Sudene, de se autodesenvolver, a região cresceu de forma extraordinária, se bem que ainda com muita deformação na utilização dos recursos públicos.

Nós anunciamos aqui, no ano passado, a criação da Sudene, que possivelmente será aprovada esta semana no Congresso Nacional, e vamos ter que trabalhar a realocação de fundos para que a Sudene possa elaborar os seus projetos; e assim, vamos garantindo, com passos muito sólidos, aquilo que o nordeste brasileiro nunca deveria ter perdido, que é a sua capacidade e a sua chance de desenvolvimento.

Obviamente que não existe como fazer milagre, se assim pudesse ser feito, nenhum de nós teria problema, e muito menos, o Brasil. As coisas têm que ser feitas no tempo que podem ser feitas, com os recursos com que podem ser feitos e com a cautela que nós temos que ter.

Se não fosse assim, a ferrovia Transnordestina não estaria paralisada há tantos anos neste país. Ela precisa ser retomada, mas para ser retomada, nós temos que combinar: ao mesmo tempo que pensarmos em recuperar a ferrovia, nós teremos que pensar em um modelo de desenvolvimento que possa dar sustentabilidade econômica à existência da Transnordestina. Não é apenas fazer a ferrovia, como muita gente faz no Brasil, que constrói uma ponte e depois não descobre porque vai utilizar essa ponte. Ela vai ligar o quê a que?

Então, é preciso pensar de forma responsável o projeto, para que dê sustentação e viabilidade econômica a uma ferrovia como a tão sonhada transnordestina de muitos e muitos ilustres nordestinos. Da mesma forma que nós temos que pensar na BR 101 não apenas em fazer uma estrada como



qualquer outra, mas discutir quais os projetos de turismo que estarão acoplados e ligados ao desenvolvimento de uma rodovia que vai ligar praticamente todo o nordeste brasileiro.

Somente a estrada pela estrada não trará os resultados e os benefícios que todo mundo pensa que vai ter. Eu me lembro, companheiros governadores, que quando o nordestino discutia o problema da região dentro das fábricas ou nos sindicatos lá em São Paulo, a coisa mais comum era dizerem que o Nordeste está sob um mar de água subterrânea, que em qualquer lugar que se cavar, terá água para abastecer um mundo inteiro. E essa fantasia é vendida ainda hoje. As pessoas não se dão conta de tratar de coisas importantes com soluções fáceis, muitas vezes inexecutáveis, e nós temos que pensar no Nordeste com projetos que mexam com a estrutura dessa região.

Eu me lembro que quando vim aqui para inaugurar a Sudene, eu falei que nunca tinha assumido o compromisso em relação às águas do rio São Francisco, para a região mais pobre. Nunca ninguém me ouviu falar em discurso sobre a transposição das águas. Nunca falei. Entretanto, nós vamos fazer. E se todos nós estivermos certos, se Deus quiser, no meio de 2006 nós estaremos inaugurando a primeira etapa para trazer a água para uma região pobre deste país.

E não vamos fazer nenhum projeto onde o Ministério Público possa, amanhã, entrar com uma ação para embargar. Também não vamos fazer nenhum projeto onde, amanhã, o Tribunal de Contas encontre irregularidades e o faça parar. E não vamos fazer, também, nenhum projeto para, depois de pronto, ouvirmos o IBAMA dizer que não dará o licenciamento. É por isso que estamos trabalhando com muita tranquilidade, envolvendo o Ministério Público, o IBAMA, o Tribunal de Contas, o Ministério do Meio Ambiente para, quando o projeto executivo estiver pronto, estejam prontas todas as condições para que possamos começar a trabalhar.



Nós não podemos continuar a ser o país das obras paradas. Só hidrelétrica neste país, tinham 35 paradas, desde 2001. Nós, de junho a novembro, começamos a tocar 17 e até junho agora, se Deus quiser, tocaremos as outras 18. E estavam paradas por irresponsabilidade, parada por que, em algum momento da História, alguém pensou que era possível chegar numa tribuna, fazer um discurso para poder ganhar uma eleição, e depois não concluir as obras. Eu acho que o Brasil precisa dar uma chance a si mesmo. E para dar uma chance a si mesmo é preciso trabalhar com muita seriedade e com muita responsabilidade.

Eu sempre digo que responsável é aquela pessoa que, ao tratar uma febre, não mate o paciente com um choque anafilático, é aquela que cuida com a dosagem certa e com o carinho certo. É assim que nós, inclusive, estamos cuidando da economia brasileira.

Eu vejo esse debate todo, dentro e fora do meu Partido, dentro e fora do Governo, de que o grande problema do Brasil é que é preciso baixar os juros mais rápido e muitas vezes, as pessoas que falam não têm noção se é possível baixar com rapidez ou não. Eu disse, outro dia, no Conselho de Desenvolvimento Econômico, que quem mais quer baixar os juros é o ministro da Fazenda, é o presidente do Banco Central, é o presidente da República, são os ministros que estão aqui.

Entretanto, nós temos que ter uma responsabilidade em não permitir que um gesto fora de hora, impensado, possa trazer uma repercussão negativa para um país que estava tão sem credibilidade, que a dívida interna foi praticamente dolarizada, porque ninguém acreditava mais nas altas taxas de juros que o Governo oferecia. E nós agora estamos, com muito cuidado, fazendo o que tem que ser feito, comprando os nossos títulos em dólares, para não ficar dependente nem vulnerável, tentando fazer com que as dívidas se tornem pré-fixadas, para que o governo não tenha que correr atrás. E tudo isso leva tempo. As coisas não são feitas num toque de magia, leva um tempo. E



vai levar o tempo necessário para que a gente possa dar ao Brasil a sustentabilidade de que ele precisa para fazer as reformas profundas, inclusive na linha de financiamento da nossa produção.

Quero dizer para vocês que o problema, hoje, do Brasil, não é falta de dinheiro para investimento. Se nós analisarmos o dinheiro que tem na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil e no BNDES para financiar, nós ultrapassaremos os 100 bilhões de reais. O importante é saber quais os projetos que têm sustentabilidade para serem financiados e que vão resultar em benefícios depois. Porque nós não vamos “rasgar nota de 100” financiando projetos que são inexecutáveis do ponto de vista prático e do ponto de vista das atividades econômicas. E, da mesma forma que eu disse para o companheiro Roberto Smith, que não tenha medo, com o mesmo orgulho que apresentou a sua Diretoria, aqui, hoje, daqui a quatro anos você irá trazê-los, convocar esse público e dizer: nós queremos prestar contas do que fizemos no Banco do Nordeste e queremos medir com o que nós encontramos.

E é disso que eu sinto orgulho, porque cada ministro meu, ao terminar o seu mandato, vai poder prestar contas da diferença entre o que ele vai deixar e o que ele pegou, porque somente assim nós vamos aferir o que aconteceu neste país. Somente assim vamos medir concretamente o que está acontecendo e o novo papel que os bancos públicos estão cumprindo. Diziam que a gente não poderia reduzir a taxa de juro para crédito, nós chamamos o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, o Banco do Nordeste e o Basa, e começamos a fazer empréstimos a 2% para descontar em folha. Logo, logo, todos os bancos se prontificaram a fazer, pela primeira vez na história do Brasil, acordos com o movimento sindical para emprestar dinheiro aos trabalhadores e descontar em folha.

Está certo que 2% ainda é muito alto, o ideal seria que o juro fosse de 0,1%, ou fosse zero, mas nós não temos que medir com aquilo que sonhamos, temos que medir com o valor do juros do crédito aí fora, ao qual o povo estava



submetido quando ia comprar uma geladeira ou uma televisão e tinha que pagar 150, 160% de juros ao ano.

Isso foi feito. Agora vamos fazer o mesmo para os aposentados. Os 19 milhões de aposentados vão poder tomar dinheiro emprestado a juros bem baixos para pagar em tempo alongado, para que não fiquem todo ano indo à Caixa Econômica Federal, levar o seu relógio para penhorar.

Nós vamos criar condições para essas pessoas terem acesso ao crédito e vamos criar condições para o Brasil crescer do jeito que precisa. Mas não criaremos nenhum projeto faraônico, daqueles que a gente anuncia e 30 anos depois descobre que nem estava pronto. Nós não temos que ter duas caras na política, nós temos que ter uma. É melhor dizer um não, é melhor mostrar as dificuldades e não fazer, do que vender facilidades e depois não fazer.

Eu estou dizendo isso porque conheço as angústias dos governadores e conheço as angústias dos prefeitos, e me lembro que nós tivemos uma eleição em 2002, e fico imaginando os debates dos quais eu participei na televisão. A coisa estava tão arranjada no Brasil que não ia ter problema. E vocês hoje sabem o tamanho do problema que vocês, que eu e que os prefeitos herdarão ainda este ano.

O Lúcio foi constituinte junto comigo e foi exatamente na Constituinte de 88 que nós fizemos com que os municípios brasileiros tivessem a maior participação na distribuição da renda no Orçamento da União. De lá para cá, os municípios vieram perdendo, ano após ano, porque na política deste país, a concepção é de que prefeitos e estados não podem ter dinheiro porque é conveniente, do ponto de vista político, estarem todo mês em Brasília com o chapéu na mão, dependendo do favor do presidente da República ou de um ministro que libera ou não libera, de acordo com a sua conveniência ou com as possibilidades dos recursos que tem.

O ideal seria que a política de distribuição fosse de uma justeza tal, que a gente passasse os quatro anos se encontrando para discutir o desenvolvimento



do país, para comemorar alguma coisa positiva e não nos encontrando todo santo dia para discutir a falta de recursos, a falta da estrada, a falta da ponte, a falta do açude, a falta da escola, a falta não sei do quê. E falta muita coisa no nosso país.

E qual é o desafio que está colocado para nós? Afinal de contas, nós temos um mandato que começou junto, no dia 1º de janeiro, e terminará junto, dia 31 de dezembro de 2006. O desafio que nós temos não é, nem eu e nem vocês, ficar olhando para quem veio antes de nós, depois de nós, e ficar xingando e jogando a responsabilidade da desgraça.

O desafio para nós, governadores, companheiros prefeitos – este ano tem eleição para prefeito – é sentar e ver o seguinte: que Brasil poderemos construir para os próximos 20 anos? Qual a qualidade deste país? Como será o Nordeste daqui a 20 anos? Como será o país como um todo? Como será a qualidade da educação deste país daqui a 20 anos? Como será a qualidade da saúde?

Hoje nós vamos a Sobral lançar o Plano de Políticas de Saúde Bucal. Porque no Brasil até frieira no pé é tratada como uma questão de saúde pública. A boca não é tratada como uma questão de saúde pública. É indescritível você perceber que, num país como o Brasil, você está com um problema de bicho-de-pé, você se trata onde você quiser, e isso é visto como uma questão de saúde pública, mas se você está com dez dentes estragados na boca, isso não é uma questão de saúde pública, e muitas vezes a rede pública não dá a assistência que as pessoas precisam. Nós pretendemos, até 2006, criar 400 centros para tratamento da saúde pública bucal neste país, não apenas para tratar os dentes. Pretendemos chegar a 16 mil grupos, como têm os grupos dos médicos de família, para garantir que a parte mais pobre da população não perca o direito de sorrir aos 14 anos de idade, aos 15 anos de idade.

E isso só pode ser feito se houver uma determinação do Governo de não



se subordinar à orientação das grandes indústrias que cuidam da saúde no Brasil, ou das grandes indústrias que cuidam dos remédios. Se pensa que foi feito por um Governo que antes de qualquer coisa, nós temos que cuidar do serviço que temos que dar à sociedade brasileira.

E podem ter certeza de uma coisa – que eu digo aqui o disse da outra vez: eu durmo toda noite sem esquecer de nenhum compromisso que assumi durante a minha vida inteira, não para uma campanha eleitoral, sem esquecer das coisas que eu sei que têm que ser feitas neste País. E podem ficar certos, com a cautela que eu tive na minha vida o tempo inteiro, que nunca dei passos que não pudesse alcançar chão firme quando o pé batesse no chão. Nós vamos fazer, porque tenho um compromisso, historicamente assumido. Temos uma definição das prioridades e vocês vão perceber que os nossos adversários são aqueles que torcem tanto para que as coisas não dêem certo, até porque neste País deve ter muita gente torcendo: “Não pode, esse Lula não pode dar certo.” É como um ex-marido que não quer que a ex-mulher seja feliz. “Tomara que não dê certo”. Ou seja, também vale para uma ex-mulher que não quer que o ex-marido seja feliz.

Tem gente que diz: “Será possível, nós vamos deixar um torneiro mecânico? É certo que nós, que estudamos tanto, possamos deixar! Mas isso não pode!” E eu vou fazer. E sabe por que eu vou fazer? Porque não é um livro que ensina a arte de governar. Vou fazer porque tenho mais compromissos e porque acredito nas pessoas que trabalham comigo. E vou fazer porque tenho certeza que eu não posso trair a expectativa que, durante tantos anos nós geramos na sociedade brasileira. Mas vou fazer com uma responsabilidade que foi me dada.

Todo mundo sabe que eu fui o dirigente sindical mais importante da História deste País. Eu comecei a minha vida sindical gritando: “83% ou nada”. Conclusão: fiquei sem nada, porque, em algum momento, faltou bom senso para eu perceber que entre o nada e o 83 tinha 82 números, e que eu poderia



ter colocado minhas reivindicações com outras palavras.

Mas nós vamos tratar esses problemas com carinho e com habilidade. Lúcio, acho que na História republicana do Brasil nunca teve, no Governo, metade dos dirigentes sindicais que estão hoje no Governo. É impressionante. O presidente da República foi sindicalista; o ministro da Fazenda foi sindicalista; o ministro das Cidades foi sindicalista; o ministro da Secretaria de Comunicação foi sindicalista; o ministro do Trabalho foi sindicalista; o secretário-geral da Presidência da República foi sindicalista; o Humberto Costa, não, foi só por um ano; esse aqui foi pouquinho tempo; o presidente da Petrobrás foi sindicalista.

Portanto, nós não deixaremos de tratar a questão relacionada ao servidor público com o carinho que precisa ser tratado. Não deixaremos de tratar com carinho mas, também, não deixaremos de tratar com a responsabilidade necessária. Isso vale dentro de casa e vale para fora de casa.

O país está começando a crescer. Os empregos que nós tanto queremos criar vão ser criados neste país. A política de juros vai baixar, vai ter mais investimento. Agora, tudo isso não acontecerá porque alguém gritou mais alto.

Eu me lembro que, um dia, um jornalista importante deste país queria criar um jornal. E, ao querer criar um jornal, pediu uma reunião comigo e eu perguntei quanto tempo ele precisaria para saber se o jornal iria dar certo ou não. Ele falou: “Olha, eu preciso de, pelo menos, um ano. Pelo menos um ano para saber se o jornal vai conquistar mercado e vai se manter”.

Pois bem, meu caro Roberto, você está há apenas um ano no Banco. E você, em pouco tempo, já provou que esse Banco, se viesse cumprindo, ao longo desses últimos anos, as funções para as quais foi criado, certamente o Nordeste brasileiro seria melhor do que é hoje. E eu não tenho dúvida de que, no final da sua gestão neste Banco, haverão os nordestinos de reconhecer que o Banco do Nordeste voltou a justificar a sua criação e voltou a cumprir com a



sua função.

O trabalho de vocês, diretores, não é ficar sentando em cima do dinheiro, olhando se a nota de 100 é melhor que a nota de 50. O trabalho de vocês é criar todas as facilidades mas, também, com toda a honestidade exigida, criar a possibilidade de emprestar dinheiro a quem queira investir no nosso país.

Muito obrigado e boa sorte para todos vocês.

[/rss/cms/mcpro/vpm](#)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Saúde Bucal**

Sobral-CE, 17 de março de 2004

Meu caro governador do estado do Ceará, Lúcio Alcântara,
Meu caro companheiro ministro da Saúde, Humberto Costa,
Meu caro Eunício Oliveira, ministro das Comunicações,
Meu caro Walfrido Mares Guia, ministro do Turismo,
Meu caro companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,
Meu caro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,
Meu querido companheiro prefeito Cid,
Meu caro deputado Marcos Cals, presidente da Assembléia Legislativa
do Ceará,

Nossa querida vice-líder do Governo no Senado, Patrícia Sabóia
Gomes,

Meus caros companheiros deputados Inácio Arruda, João Alfredo, José
Linhares, José Pimentel, Leônidas Cristino, Marcelino Fraga e Roberto Pessoa,

Meus caros prefeitos que estão aqui – eu vi o Dedé, de Capuí, e o
Hilário, de Quixadá, que eu conheço bem pessoalmente – mas eu quero,
também, agradecer a presença de todos os prefeitos ,

Meus companheiros secretários de Estado que estão aqui presentes,
Secretários municipais,
Secretários e secretárias do município da cidade de Sobral,
Senhor Expedito Santos, presidente do Conselho Municipal de Saúde,
Meu companheiro Odorico; onde a gente souber que tem uma boa
política de saúde funcionando, pode saber que o Odorico está por trás.

Eu, antes de ler um pequeno pronunciamento, quero dizer uma coisa



para vocês: desde a campanha de 1989 eu tive a primeira briga, enquanto candidato, por conta da saúde bucal no Brasil.

Eu não sei se todo mundo sabe, quando fui presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, nós tínhamos um departamento médico razoável. Nós tínhamos 16 dentistas, nós tínhamos vários médicos. E, naquele tempo, não se oferecia nenhum tratamento, a não ser obturação e extração. E eu contava para o Humberto que, às vezes, o trabalhador faltava na segunda-feira, ia no sindicato e falava: “Me arranca um dente”. E pegava um atestado para ganhar o dia. Muitas vezes, os dentistas obedeciam porque era a vontade da pessoa e, também, porque não tinha muita coisa para fazer.

Eu sempre fiquei indignado, porque as empresas importantes do país, quando fazem convênios com empresas prestadoras de assistência médica, não incluem a odontologia nos contratos que fazem com essas empresas, com os sindicatos e com os trabalhadores. Nunca consegui entender.

Eu nunca consegui entender como é que enquanto há um país como o nosso, Humberto, que, possivelmente, tem os melhores dentistas do mundo, tem países de Primeiro Mundo onde a pessoa estuda medicina e, depois, faz um ano de aperfeiçoamento em odontologia. Por isso é que muitos dentistas brasileiros, quando vão trabalhar em alguns países do mundo são contratados como “bagrinho”, mas quem faz o trabalho de ponta do consultório é exatamente o dentista brasileiro, que é explorado por quem pode exercer a função no seu país. E digo isso porque saí em defesa dos dentistas brasileiros em Portugal, em 1989.

Mas o mais grave de tudo, Humberto – porque você ainda é muito menino, eu e o governador somos os mais velhos aqui, eu tenho 58, ele deve ter uns 48 – o que é mais grave é que, no nosso querido Brasil, há 40 ou mais anos, as crianças pobres nas escolas públicas tinham dentista. As crianças pobres, Humberto, nas escolas públicas, pelo menos onde eu estudei, em Santos ou São Paulo, tinham atendimento odontológico. Uma vez por mês, o



dentista ia lá, visitar as crianças. Hoje não tem. Hoje, as crianças da periferia, do centro-sul, do Nordeste brasileiro e do Norte, se precisarem de um dentista e tiverem que pagar 80, 70 ou 100 reais por uma obturação, vão deixar o dente apodrecer, porque não têm dinheiro para pagar, mesmo que seja 30 ou 40 reais. Às vezes, só vai ao dentista quando a dor é insuportável ou já se matou de tanto colocar álcool na boca para ver se passava a dor de dente.

E por que a saúde bucal nunca foi tratada como uma questão de saúde? Porque a questão da saúde bucal é uma doença de pobre, não é uma doença de rico. Rico começa a tratar o dente ainda quando tem dente-de-leite. Pobre só começa a tratar o dente quando os dentes começam a cair ou a doer demais. Então, por ser uma doença de pobre, o tratamento odontológico nunca foi colocado nos grandes planos de saúde como uma coisa necessária e importante para o nosso país.

E é por isso que sinto orgulho de ver o meu ministro da Saúde me convidar para vir à cidade de Sobral lançar esse programa. Não é um programa qualquer. É um programa de respeito àquilo que temos de mais sagrado, que é a dignidade humana.

E por que isso? No Brasil já tem fazendeiro, meu caro Humberto Costa, que está colocando prótese nas suas vacas de raça, nos seus bois de raça. E o coitado do pobre brasileiro, às vezes com 14 anos de idade, aqui no Nordeste, meninas e meninos, às vezes, não podem dar um sorriso porque já perderam metade dos dentes que têm na boca. E, se não puderam fazer uma obturação enquanto tinham dentes, muito mais difícil será essas crianças poderem fazer uma cirurgia e um implante dentário.

Portanto, o que está sendo feito aqui, hoje, Humberto, não pela quantidade mas pela qualidade do tratamento, é uma coisa que vai passar para a História. Levar a sério a saúde bucal do nosso povo, porque, no Brasil, lamentavelmente, qualquer parte do corpo humano sempre foi tratada como uma questão de saúde pública, mas a boca, por onde entra tudo que a gente



come, nunca foi tratada com o menor respeito por todos aqueles que pensam em saúde neste país.

Portanto, eu quero te dar os parabéns, Humberto, porque eu disse a você, companheiro, quando o convidei para ser ministro da Saúde: Humberto, não temos que construir mais nenhum hospital, não temos que fazer grande coisa. Nós temos que fazer funcionar as coisas que existem no Brasil. Não é que o pobre não tenha aspiração de ser rico, mas a coisa mais comum que ouvimos da mãe da gente, quando somos pequenos, é que “se a gente tiver saúde, o resto a gente resolve. Agora, sem saúde, a gente não resolve problema nenhum.”

E o bom tratamento de saúde começa pelo atendimento, pelo respeito ao ser humano que está doente, quando procura um ambulatório, porque é um momento em que ele está mais fragilizado do ponto de vista psicológico, é um momento em que ele está quebrado e é o momento em que ele tem que ser mais respeitado. Por isso, nós vamos cuidar para que as pessoas sejam tratadas com respeito.

E este Centro, que leva o nome de um dos mais importantes sanitaristas deste país, o companheiro Sérgio Arouca, que foi deputado Constituinte junto comigo, vai dar os sinais agora. Por que agora? Porque as pessoas que moram em 20 ou 24 cidades que vão fazer parte desse Centro, que vai atender 500 mil pessoas, não vão precisar vir, aqui, e ficar numa fila. As pessoas que moram nas cidades vizinhas, que o Ciro costuma chamar de Grande Sobral, que pertencem a este Centro – pois vamos criar 400 no Brasil inteiro, para atender grande parte da população brasileira – a pessoa não vai ter que sair de casa de madrugada, pegar um ônibus, vir para cá para ouvir um funcionário, muitas vezes mal humorado, dizer: “Olhe, meu filho, não tem vaga, volte no mês que vem”; sem perguntar se ele quer um café e muito menos se ele tem o dinheiro da passagem de volta, ou se veio a pé para cá, quando vierem aqui, pois vão estar com uma consulta marcada por telefone e não virão



aqui para perder tempo. A pessoa virá aqui para ser tratada com dignidade e respeito, e não apenas para arrancar dentes – eu sou do tempo em que se amarrava o dente numa linha, amarrava-se a linha numa porta e puxava-se a porta. A pessoa virá aqui para fazer um tratamento para recuperar o dente, e o dente só será arrancado em última hipótese, quando não tiver mais conserto. É assim que deve funcionar a odontologia brasileira, porque ela tem competência para isso, e é assim que o povo pobre tem que ser tratado.

Então, meus companheiros e companheiras, eu acho que não vou ler mais o meu discurso. Eu queria dizer essas coisas, porque são elas que dão sentido ao trabalho que a gente faz.

Eu dizia para o Humberto Costa: aqueles “negócios” que se coloca na boca – porque eu estou vendo que está cheio de meninas com aqueles “negócios” de aço na boca para corrigir os dentes – aqui, no Brasil, ainda é artigo de luxo. Lá, em Cuba, qualquer criança pobre pode colocar aquilo. Então, nós vamos ter que evoluir para que os pobres tenham o direito de fazer a correção nos seus dentes. Não é possível que a gente dê tanta importância a algumas coisas e não a isso, e todo mundo sabe que corrigir os dentes é importante. Muitas vezes, uma pessoa está com dor de cabeça, chega até a dizer que é porque não tem óculos, mas não sabe, muitas vezes, que uma correção na arcada dentária poderia acabar com a sua dor de cabeça eterna. E não vamos fazer isto por favor, vamos fazer por obrigação.

Mas eu quero agradecer, ainda, à mãe do Cid e do Ciro Gomes, porque estavam preparando um almoço, e a minha delegação não comeu ainda para a gente almoçar na sua casa, Cid. Mas eu ainda tenho que ir a Olinda, para o encontro que vai discutir a segurança alimentar. Amanhã, de Olinda, nós vamos a Belo Horizonte. Então, eu confesso à senhora que vou embora frustrado, porque fico imaginando a qualidade da carne de sol e da farofa que eu ia comer. Oh, Cid, guarda para a próxima vez, ou faz uma marmitta e manda para mim, lá em Brasília, que eu agradeço.



Quero agradecer, aqui, o carinho que o governador Lúcio tem tido comigo. Nós somos de partidos diferentes, mas o governador Lúcio Alcântara tem me tratado com uma dignidade excepcional, com respeito, e tem sido aliado do Governo Federal na construção das possibilidades que estamos construindo para tirar este país da situação em que ele se encontra.

Da mesma forma, quero dizer que eu duvido que, na História do Estado, o Ceará já tenha dado para um só Governo, ao mesmo tempo, dois ministros, como tenho o Ciro Gomes, na Integração, e o Eunício, na Comunicação.

Segunda coisa, meus companheiros e companheiras: quero agradecer a todos vocês. Quero agradecer, porque acho que Sobral merece, acho que é uma cidade de destaque no Nordeste brasileiro e acho que esse Centro não poderia ser inaugurado numa cidade com maior potencial. E vamos inaugurar outra onde? Em Juazeiro do Norte, também no Ceará. Estou falando para o Humberto Costa para ele tomar cuidado, porque temos que inaugurar um em Pernambuco, porque, senão, não é possível. Tudo para o Ceará e nada para Pernambuco?

Mas eu quero, Humberto, te dar os parabéns, porque eu acho que você vai perceber – com um gesto simples de ensinar uma pessoa pobre a escovar os dentes, de ensinar as prefeituras a colocarem flúor nas águas – o quanto de doença a gente pode diminuir neste país. A gente vai perceber que cuidar da saúde, a médio prazo, fica muito mais barato, porque evitar que as pessoas fiquem doentes sempre é mais barato do que cuidar delas depois.

Muito obrigado. Meus parabéns, Humberto. Meus parabéns, prefeito Cid.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de convênio entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Universidade de Pernambuco

Recife, PE - 18 de março de 2004

Meu caro companheiro Eduardo Campos, ministro de Estado da Ciência e Tecnologia,

Meu caro companheiro João Paulo, prefeito de Recife,

Meu caro professor Amaro Henrique Pessoa Lins e toda a Universidade Federal de Pernambuco,

Meu caro companheiro Humberto Costa, ministro da Saúde,

Minha querida companheiro Nilcéa, secretária especial de Políticas para Mulheres,

Eu queria, Nilcéa, que você se levantasse para as pessoas saberem quem você é. Vocês que são pesquisadores, sabem que a Nilcéa foi reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O companheiro Olívio Dutra, ex-governador do Rio Grande do Sul, ex-prefeito de Porto Alegre e ministro das Cidades. Levante Olívio, para as pessoas te verem.

Nosso companheiro Sérgio Rezende, presidente da Financiadora de Estudos e Projetos,

Meus companheiros deputados federais e estaduais,

Meu caro companheiro Arraes,

Meu caro companheiro Carlos Wilson, presidente da Infraero, que está fazendo um trabalho extraordinário nos aeroportos brasileiros.

Eu estava rindo, ali, quando o nosso chefe do cerimonial estava fazendo a apresentação, José Maria, porque, em poucos segundos, a minha cabeça voltou ao ano de 1973, a primeira vez em que eu fui falar em público na minha



vida. Nós íamos inaugurar, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, uma escola para supletivo e eu era o diretor da escola, que chegou a ter 1.900 alunas.

Eu passei o sábado inteiro pensando no que ia falar no domingo, na inauguração da escola. Rascunhei tudo que eu tinha direito para fazer o meu discurso e, quando cheguei no sindicato, no domingo de manhã, havia mais de 100 pessoas na assembléia do sindicato e eu, com o meu papelzinho escrito, enquanto o cidadão que foi falar antes de mim era um exímio orador.

A impressão que eu tive é que ele viu tudo que eu tinha escrito e falou tudo que eu ia falar. Depois que ele falou tudo que eu ia falar, ele disse: “agora eu passo a palavra para o primeiro secretário do sindicato”. Eu disse: muito obrigado, mas ele já falou tudo que eu ia falar. E por que eu pensei nisso? Porque eu tinha anotado, aqui, os projetos, mas o meu companheiro José Maria já citou todos, até os centavos dos projetos, então, não vou utilizar aqui as minhas lembranças.

Hoje eu quero dizer uma coisa para vocês. É certo que nós precisamos fazer uma revolução no campo da ciência e da tecnologia no nosso país. E fazer uma revolução no campo da ciência e da tecnologia não é inventar nada novo, é apenas trabalhar com a humildade de que já temos, no Brasil, os cientistas competentes e capazes de fazerem o que o Brasil precisa. E a grande revolução é estabelecer uma nova relação, um novo padrão de relacionamento entre o Governo e a comunidade científica.

Estabelecer canais de discussão para definir os bons e os melhores projetos que temos que investigar neste país e criar mecanismos para que vocês não sejam apenas coadjuvantes do processo ou apenas os pesquisadores anônimos, mas que sejam capazes de, junto com o ministério da Ciência e Tecnologia, e com toda a comunidade científica, estabelecer um novo padrão de investigação que temos que criar para o nosso país.

Vou dar um exemplo para vocês. Nós estamos, neste momento, com uma vontade imensa de fazer o experimento do biodiesel da mamona, pelo



menos no semi-árido nordestino, e, quem sabe, do coco, em outras regiões do Brasil, para ver se a gente consegue acabar com o sofrimento secular de uma parte do povo do nosso território, sobretudo, do semi-árido nordestino e do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, que são duas das regiões mais empobrecidas do país.

E temos vários centros de pesquisa estudando a potencialidade de transformar isso em algo que se possa produzir em escala suficiente para garantir aos produtores e, ao mesmo tempo, atender ao mercado interno e, quem sabe, ao mercado externo. Se for assinado o protocolo de Kioto, pela Rússia, a gente vai ter possibilidade de fazer, para que o nosso álcool e, quem sabe, o biodiesel, possam entrar no mercado internacional com uma força excepcional.

Isso ainda parece um sonho, mas que já começa a se tornar um pouco realidade. Nós temos a Petrobrás pensando nisso, nós temos o ministério da Ciência e Tecnologia pensando nisso, temos a Embrapa pensando nisso, temos o ministério de Minas e Energia, o ministério da Agricultura, e temos alguns governadores de Estado pensando nisso. Ou seja, nós fizemos uma reunião, juntamos uma série de pessoas e decidimos criar, sob a coordenação da Dilma, da nossa ministra de Minas e Energia, um grupo interministerial para tentar unificar todos os pensamentos até agora existentes no setor, para ver se conseguimos sair da teoria e entrar na prática, plantando mamona e produzindo o biodiesel.

Obviamente que, para fazermos isso, precisamos resolver dois problemas. Primeiro, precisamos ter mercado para consumir o óleo que vamos produzir. Segundo, tem um problema levantado pela Embrapa, não menos relevante: me parece que a massa da mamona tem uma enzima, tem uma toxina que, do jeito que ela sai, não pode ser transformada em forragem para os animais. É preciso, então, concluirmos a pesquisa, para ver como transformamos isso em alimento para os animais, porque, aí, mataríamos a



fome e a vontade de comer com o projeto do biodiesel.

O dado concreto é que estou convencido de que esse projeto pode ser o começo de uma nova era para os nossos companheiros, irmãos e irmãs do Nordeste, do semi-árido que há tantos e tantos séculos são penalizados pelas intempéries nem sempre muito favoráveis ao pessoal que mora nessa região.

E esse tipo de pesquisa é uma demonstração do quanto podemos fazer daqui para a frente. Ou seja, nós não queremos mais que a ciência seja utilizada a serviço dos cientistas, que a ciência seja uma coisa discutida apenas pelos doutores cientistas do Brasil, das universidades. É preciso fazer com que isso se transforme numa decisão que envolva mais gente da sociedade, até porque, dentro desse contexto, Amaro, vamos ter que, cada vez mais, ir discutindo também qual o compromisso que as universidades têm com a sociedade e com os problemas sociais existentes no Brasil. Como é que a universidade pode, efetivamente, contribuir para entender que o problema da miséria estabelecida numa cidade não é um problema apenas do prefeito, do governador ou do secretário? Qual é o papel que uma universidade pode jogar para tentar ajudar a encontrar soluções para aqueles problemas que parecem insolúveis?

Eu acabo de ter uma experiência extraordinária: em 1994, fui a Belém, visitar uma área muito empobrecida, de palafitas, atrás da Universidade Federal de Belém. Era uma fedentina insuportável, a água era totalmente podre, parecia um rio de petróleo ou piche derretido, e as pessoas viviam ali. E, graças a um trabalho conjunto entre a prefeitura, governada pelo companheiro Edmilson, e a Universidade, foi feito um trabalho para baratear o problema de drenagem e de tratamento de esgoto. E eu tive o prazer de, agora, inaugurar o primeiro trecho dessa nova tecnologia, pensada pela Universidade e executada pela prefeitura de Belém.

Então, acho que discutir a questão da ciência e tecnologia no Brasil pressupõe discutirmos também o papel da universidade e o papel dos



pesquisadores, não apenas em função da sua pesquisa. Eu sei que as pessoas, os cientistas das universidades não gostam muito de discutir esse tema, mas eu vi, na China, uma experiência em que voltei pensando; e, como vou à China, agora, em maio – vamos fazer grandes acordos, e, certamente, você irá junto – nós vamos ver a combinação entre a universidade e as empresas.

Está certo que, na China, o regime político é outro, o papel do Governo é outro, quem sabe o papel da universidade tenha algo diferente do nosso aqui. Mas o dado concreto é que as pesquisas são transformadas em produtos e em resultados concretos, porque não há o problema constante que há aqui, de ficar na dependência de que o Estado tenha sempre poder de financiar uma coisa que nós sabemos que o Estado não tem. Para que pudéssemos atender todos os desejos de dinheiro que as pessoas precisam, nós precisaríamos, com a população que temos, ter um PIB mais ou menos como o PIB americano, e não temos.

Não é bom que o Estado possa fazer tudo, é importante que o Estado tenha competência em fazer parcerias, na própria iniciativa privada, que possam ajudar a financiar determinadas pesquisas que são de interesse não apenas da nação brasileira, mas também de setores empresariais, que terão muito a ganhar com as pesquisas e com o seu resultado.

Eu digo sempre que eu não tenho como não fazer as coisas que prometi porque eu, possivelmente, seja o presidente da República que mais tenha assumido compromissos com a ciência e a tecnologia, porque participei de quase todos os encontros da SBPC, e em todos os encontros eu levei meus compromissos por escrito, assinados e entreguei à direção da SBPC. Portanto, amanhã, qualquer um pode ir à SBPC pedir cópia do documento que eu assinei e cobrar: “escuta aqui, presidente, quando você era chamado só de Lula você se comprometeu com tudo isso aqui. Vai cumprir ou não vai?”

Na verdade, aqueles compromissos que eu assumi, não eram fruto de



um pensamento em momento eleitoral, eram compromissos a respeito de uma coisa que eu acredito: que se não investirmos muito mais do que se investe em pesquisa no país, a chance de sairmos da situação de um país em vias de desenvolvimento é muito menor.

É por isso é que eu assumi o compromisso de que nós pretendemos dobrar os investimentos em ciência e tecnologia e em pesquisa, no meu mandato. Se não conseguirmos fazer, é porque não há dinheiro suficiente para fazer. Mas vocês vão perceber, ao longo desses três anos que faltam para o nosso mandato, que nós não nos negaremos a fazer os investimentos que forem necessários, dentro da pobreza orçamentária que temos, para que possamos fazer com que a ciência seja um instrumento de melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira, de geração de riqueza e de valor agregado aos produtos que nós, brasileiros, tanto queremos produzir para o consumo interno e externo.

Eu quero dizer a vocês que este ato é uma coisa simbólica, 4 milhões e pouco, tem até a sutileza dos centavos todos. Esse negócio de centavo me lembra o Olívio Dutra; eu morei de parceiro com o Olívio Dutra durante dois anos em Brasília, como deputado na Constituinte, e o Olívio administrava a renda da casa; tinha um cunhado dele que cozinhava para nós e, quando chegava o final do mês, em que ele ia prestar contas, se faltasse uma moeda de 50 centavos era uma briga até às duas da manhã entre o Olívio e o cunhado dele.

Não sei como é que o Eduardo Campos vai fiscalizar todos esses centavos que entraram aqui, neste convênio. Mas de qualquer forma, isso demonstra mais seriedade. Isso aqui parece aquelas lojas de final de festa que ao invés de colocarem 1, colocam 99 centavos, e ao invés de colocarem 2, colocam 1,99.

Mas, de qualquer forma, um projeto que envolve 4 milhões 565 mil reais é muito pouco para as necessidades dos pesquisadores brasileiros, mas é um



bom início, e eu acho que disso aqui podemos extrair muito mais para o ano que vem, até porque o dinheiro do ministério da Ciência e Tecnologia e do ministério da Saúde são dois dinheiros que vocês conseguiram transformar em um dinheiro em que ninguém pode mexer. Ou seja, pode ter um cara morrendo, ali do lado, mas esses dois dinheiros são sagrados porque foram garantidos na Constituição e é importante que seja assim, embora os outros ministros todos reclamem: como é que pode o Humberto Costa ter tanto dinheiro e não poder mexer? Como é que pode o Eduardo ter tanto dinheiro?”

Mas de qualquer forma, foi uma conquista sagrada da força que vocês têm na sociedade brasileira. É bom que seja assim e é bom que continuemos aprimorando, não apenas o espaço político de participação de cientistas nas decisões de Governo mas, sobretudo, que continuemos discutindo a colocação de mais dinheiro para essa área.

Porque sem essa área nós não sairemos disso, não deixaremos de ser tratados como um país de Terceiro Mundo ou como um país eternamente em desenvolvimento. Eu fico feliz porque estou aqui em Pernambuco participando da assinatura desses convênios; fico feliz, porque não sei que outro momento histórico deve ter havido, em que Pernambuco tenha tido a primazia de ter dois ministros em dois cargos tão importantes no Governo. Os dois ministros são importantes, mas as pessoas são muito mais importantes.

Vamos pegar como exemplo o presidente da INFRAERO, que tem um orçamento maior do que a maioria dos ministérios. Eu acho que o Nordeste nunca teve tanta gente participando. Todo mundo sabe os compromissos que eu tenho no Nordeste; e não é o compromisso de um sulista com pena do pobre povo nordestino que foi para o sul construir casas. Quando se fala assim, pensa-se que nós só sabemos ser pedreiros ou ajudantes de pedreiro. Nós fomos ajudar a construir outras coisas lá e eu acho que nós temos a chance de fazer pelo Nordeste brasileiro aquilo que é reclamado há séculos e séculos pelo povo nordestino.



Eu dizia para o doutor Arraes agora há pouco: eu quero ver se nesses três anos eu faço três obras que eu sei que são necessárias para o desenvolvimento do Nordeste. Eu tenho a esperança de inaugurar no meu Governo ainda, a questão das águas do rio São Francisco para uma parte do Nordeste brasileiro; pelo menos a primeira parte nós vamos inaugurar, ainda nesse mandato.

Nós temos a questão da Transnordestina, é uma vergonha que esta ferrovia esteja como está. É preciso fazer parcerias ou convênios, porque ela está privatizada, para que essa ferrovia volte a funcionar não apenas para carga, mas também para passageiros. Se a gente fala tanto em transporte e em turismo, uma boa viagem de trem já é uma grande viagem turística que se faz, se o trem for confortável e se andar numa velocidade razoável.

E uma outra coisa, pensando também no desenvolvimento do Nordeste, é a BR 101, que vai ligar vários estados do Nordeste, e nós pretendemos duplicá-la. Ontem, acabamos de aprovarmos o PPP na Câmara dos Deputados. É bem possível que tenha trechos dessa rodovia que despertem interesse para a parceria público-privada mas, se não despertar interesse, o Estado brasileiro vai ter que fazer.

Quais são os cuidados que estou tendo? Os cuidados que estou tendo é que eu quero tentar acabar com essa história de que o Brasil seja o paraíso das obras inacabadas. Só para vocês terem uma idéia, no ano passado recuperamos a capacidade de funcionamento de 17 hidrelétricas brasileiras, que estavam paralisadas desde 2001, por conta dos “apagões” e por conta de problemas ambientais.

Amanhã tenho uma reunião, à tarde, com vários ministérios, para discutir como desobstruir coisas que estão emperradas ou no Ministério do Meio Ambiente, ou no Ibama, ou no Ministério Público, ou no Tribunal de Contas da União. Por quê? Porque se trabalhava assim: se pensava a obra, se contratava a obra e, depois que estava tudo pronto, ia-se atrás do



licenciamento. Aí, o ministério do Meio Ambiente, que não tinha sido consultado, não dava o licenciamento. Aí, passava-se a jogar contra o ministério do Meio Ambiente, contra o Ibama. Quando o Ibama, muitas vezes, concorda, uma pessoa qualquer da sociedade entra com uma reclamação, o Ministério Público entra com um pedido de embargo, e a obra é embargada. Ou, muitas vezes, a obra começa sem nenhum critério, vai o Tribunal de Contas lá, depois de estudar o projeto, e fala: “Olhem, esse projeto aqui está com suspeita de superfaturamento” e paralisa a obra.

Então, queremos fazer uma reunião envolvendo todos esses setores, para que possamos desobstruir algumas estradas importantes que estão paralisadas, mais 18 hidrelétricas que também estão paralisadas e resolver o problema das grandes hidrelétricas que precisam ser construídas no Brasil, porque, se não as fizermos e a economia brasileira voltar a crescer ao ritmo que todos nós desejamos, daqui a quatro ou cinco anos nós podemos correr o risco de estarmos, outra vez, voltados à idéia do “apagão”.

Estamos fazendo uma interconexão entre todo o sistema elétrico brasileiro. É uma novidade excepcional. Já fizemos a concorrência de sete linhas de transmissão, para que a gente tenha o sistema elétrico brasileiro todo interligado, porque, quando faltar água no Nordeste e aqui não houver condições de produzir energia, você poderá transferir do Norte ou do Sul do país para cá e vice-versa, para que a gente possa ter o nosso sistema todo interligado e aproveitar o tamanho do Brasil e as épocas diferentes de chuvas, para não termos mais problema de energia.

E queremos fazer tudo isso sem ter que começar uma obra e parar depois. A coisa mais fácil é um político começar uma obra: ele faz um projeto, contrata uma consultoria, vai lá e lança a pedra fundamental. Se lançasse só a pedra fundamental era menos mau, porque pelo menos não gastava o dinheiro. O duro é que as pessoas começam a obra sabendo que ela vai parar. Neste momento, temos, nós no Brasil, o metrô de Recife, o metrô de Fortaleza, o



metrô de Salvador, o metrô de Belo Horizonte, o metrô de Porto Alegre e tem mais outro metrô, todos, praticamente, sem dinheiro. Ou seja, o dinheiro está saindo na base do conta-gotas para não parar a obra. Mas é preciso que a gente encontre uma solução. Estamos discutindo como viabilizar os metrôs que já existem e tentar só começar outros quando a gente tiver dinheiro para começar e terminar ou, pelo menos, deixar comprometido o dinheiro necessário para que outros governos venham a fazer.

Então, vamos trabalhar nisso com carinho este ano, para que a gente possa cumprir alguma coisa de infra-estrutura, sem a qual não daremos o passo que precisamos dar.

Queremos, ainda, no campo da ciência e tecnologia, aumentar, de forma substancial, a relação das nossas universidades com as universidades parceiras, aqui, na América do Sul. Durante muito tempo se falou em integração da América do Sul. Não há um político que não tenha feito, ao longo deste século e do século passado, um discurso de integração. Mas, na hora de querer tomar conhecimento de alguma coisa, preferia viajar para Paris ou para Nova York do que para a América do Sul.

Eu acho que a integração da América do Sul é uma coisa muito forte, que precisa da integração física, pois sem aviões, sem portos, aeroportos, rodovias ou ferrovias, não há integração. Se um empresário de Quito, para vir ao Brasil, tiver que ir a Miami, ele já faz negócio em Miami. Para que, então, ele vai vir aqui, ao Brasil? Estamos trabalhando, não é Carlos Wilson, para que haja a volta dos vôos que interligam todas as capitais da América do Sul. Também estamos fazendo isso com os nossos queridos irmãos da África, para tentar recuperar os vôos com a África do Sul. E vamos recuperar os vôos também com alguns países árabes. Vamos fazer com que os nossos cientistas possam interagir de forma mais forte com os cientistas desses países, para que a gente possa encontrar soluções para problemas que somente nós temos, pois o Primeiro Mundo, por mais evoluído que seja, não tem a vivência que têm



os cientistas que vivem na América Latina e na América do Sul.

Portanto, quero dizer a vocês que fiquem tranquilos porque muita coisa vai acontecer nesse campo. Espero que vocês continuem acreditando que um outro Brasil será possível de ser construído. É difícil, a tarefa não é fácil – vocês sabem disso – até porque governar é tão difícil quanto pesquisar, mas a nossa disposição é total e absoluta.

Ontem, fui com o companheiro Humberto Costa lançar o Centro de Saúde Bucal na cidade de Sobral. Vamos criar 400 centros de saúde bucal porque, no Brasil, a boca nunca foi tratada como um problema de saúde pública. Ou seja, se trata até da unha encravada do dedinho mindinho como saúde pública, mas a boca não. Os convênios não pensam em odontologia. E o Humberto está fazendo uma revolução nessa área. Só para se ter uma idéia da dimensão do Centro de Sobral, ele vai atender 24 municípios da microregião de Sobral, aproximadamente 500 mil pessoas. E as pessoas atendidas no Programa Saúde Família, quando tiverem que fazer algum tratamento especial – vamos pegar, por exemplo, um tratamento de canal – vão ligar para o Centro, com horário marcado e não vão precisar pegar fila, nem perder tempo. Eles vão telefonar, vão ter um horário marcado pelo próprio pessoal do Programa. E essas pessoas irão ao Centro para fazer o tratamento que tiverem que fazer, por conta da seriedade que nós queremos dar a isso.

Então, essas coisas vão acontecendo. E, como é possível acontecer na saúde, é possível acontecer da mesma forma na questão da ciência. Ou seja, ciência e tecnologia são palavras muito bonitas que todos nós gostamos de falar. É chique se falar em ciência e tecnologia. Agora, para que essa ciência ganhe a força que precisa e para que a gente tenha os resultados dos avanços tecnológicos que precisamos ter, é necessário ir transformando os poucos as nossas teorias em prática, para que apareça o resultado.

Meu querido Eduardo, meus parabéns. Amaro, meus parabéns. Sei que você está há apenas quatro meses como reitor da Universidade, sei quanto



tempo a oposição brigou para ganhar uma eleição nessa Universidade. De qualquer forma, eu desejo a você toda a sorte do mundo, meu caro. E lembre-se de uma coisa: embora você seja reitor, a Universidade não é tua. Você que é da Universidade.

Muito obrigado e meus parabéns.

/lrj/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura de convênios**

Palácio da Liberdade – Belo Horizonte-MG, 18 de março de 2004

Excelentíssimo governador do estado de Minas Gerais, Aécio Neves,
Excelentíssimo prefeito de Belo Horizonte, Fernando da Mata Pimentel,
Meu caro companheiro ministro de Estado Patrus Ananias,
Meu caro companheiro Ciro Gomes,
Meu caro Luiz Furlan,
Meu caro Walfrido Mares Guia,
Meu companheiro Luiz Dulci,
Meu caro Clésio Andrade, vice-governador de Minas Gerais,
Meus queridos deputados e deputadas estaduais e deputados federais
aqui presentes,
Secretários de Estado e secretárias,
Meus amigos e minhas amigas,

O que nós presenciamos, aqui, na assinatura desses acordos entre o
Governo Federal, através do ministro do Turismo e do presidente da Infraero
com o governador de Minas Gerais e com o prefeito de Belo Horizonte, é uma
prática política que precisa existir, independentemente das possíveis
divergências políticas entre os administradores públicos brasileiros.

Até porque os investimentos públicos, feito por pessoas honestas, não
são dirigidos para beneficiar os governantes, mas para beneficiar a população
da cidade e do estado que venham a receber o benefício.

Eu acho que tudo o que nós fizemos por Minas Gerais é pouco, pelo
que todos nós, brasileiros, devemos a Minas. A importância econômica de
Minas, a importância cultural e, sobretudo, o que Minas representou para a



nossa independência política, merece que todo e qualquer governante que esteja no Palácio do Planalto olhe para Minas Gerais com carinho especial por um estado que sempre terá muito a receber do Governo Federal.

Minas Gerais não pode e não deve, pela sua importância política, ser tratado como um estado qualquer, como um estado sem importância. Muitas vezes, uma divergência, mesmo que conceitual, ou uma divergência em função de uma tese qualquer, pode fazer com que um presidente da República não faça acordos com Minas Gerais ou que um governador não queira fazer acordo com o presidente da República. E esse procedimento, na verdade, faz com que quem saia perdendo seja o povo de Minas.

E nós, aqui, estamos dando apenas uma demonstração de que não custa nada e é muito importante para o Brasil fazermos política da forma mais civilizada possível que um ser humano possa fazer. Até porque divergências existem dentro das nossas famílias, entre os nossos filhos, entre os torcedores de futebol. Não poderia deixar de ser diferente na política.

Agora, divergências à parte, nós não fomos eleitos para divergir, nós fomos eleitos para governar. E o mandato é de apenas quatro anos, e nem governador, nem prefeito, nem presidente da República tem tempo de brincar. Nós temos é que trabalhar o máximo possível, com a maior seriedade para que, no final do mandato, possamos colher os melhores frutos possíveis.

Eu penso que é isso que norteia a cabeça do governador Aécio Neves e do prefeito Pimentel. E, aqui, eu quero retribuir os elogios, porque eu tenho tido, do governador de Minas Gerais, um apoio mais que político, eu tenho tido um apoio de companheiro, um apoio de irmão, em todos os momentos.

Está certo que ele sempre consegue organizar os governadores para tirar um pouco de dinheiro da União. E nós, de forma muito carinhosa, como uma mãe, quando o filho pede um dinheiro para sair à noite e ela diz que não tem, mas, depois, termina cedendo e dá um pouquinho, porque qual é a mãe ou o pai que não quer ver os seus filhos felizes?



Então, o que nós fizemos ontem, no Congresso Nacional, foi uma demonstração que já tínhamos feito na Constituição de 88, quando possivelmente tenhamos feito a mais democrática Constituição do ponto de vista da distribuição do bolo da arrecadação da União, fortalecendo municípios e estados. E quando você dá mais um pouco para o estado, nas perspectiva de que cuide da sua malha viária, na verdade não estamos fazendo nenhum favor, mas apenas facilitando para que o dinheiro chegue mais rapidamente ao seu endereço final. E o que nós temos que fazer daqui para frente é trabalhar junto com os governadores, para que não só o dinheiro chegue rapidamente, mas que as obras saiam ainda mais rapidamente ou tão rápido quanto a chegada do dinheiro.

Quero dizer para vocês que, além desses protocolos, desses convênios, o governador Aécio Neve, outro dia, numa viagem que fizemos aqui, em Minas Gerais, me dizia da importância que teria para Minas o aeroporto Carlos Prates, se a União pudesse fazer concessão para que o estado fizesse ali um centro de administração da envergadura do estado. Já conversei também com o presidente da Infraero, Carlos Wilson, e eu quero dizer ao governador Aécio que nós não mediremos esforços legais para fazer a concessão, para que Minas tenha um centro administrativo à altura da importância política e econômica do estado.

E, para terminar, eu queria dizer aos secretários e aos empresários aqui convidados: eu sou um vendedor de otimismo exagerado. E eu queria dizer aos empresários, aos secretários e aos políticos que, mesmo quando vocês estiverem naquele dia de pessimismo, os cruzeirenses magoados, porque o Cruzeiro perdeu, ou os atleticanos magoados, porque o Atlético perdeu, ou os torcedores do América magoados, porque o América perdeu – eu só conheço o Dulci com torcedor do América, aqui, em Minas Gerais – eu quero dizer que, mesmo quando vocês acordarem com esse pessimismo todo, não percam nunca a esperança, porque para mim é certo que o crescimento da economia



brasileira é irreversível no ano de 2004, no ano de 2005, no ano de 2006. Porque o que estamos fazendo é para que a economia brasileira tenha um crescimento com sustentabilidade e mais duradouro.

Nós, quando tomamos posse, tivemos a iniciativa de não fazer nenhum plano econômico daqueles que todo mundo gosta de fazer: o plano Lula, o plano Palocci, o plano Ciro Gomes ou o plano Furlan. Não. Nós entendemos que o plano que nós temos que fazer é reconquistar a seriedade e a credibilidade que um país do tamanho do Brasil jamais deverá perder na sua relação com outros países e, sobretudo, nas relações com a economia estrangeira e a economia interna.

Ontem eu disse, lá em Pernambuco, e queria repetir aqui: não há empresário neste país que tenha um projeto para a implantação de algum pólo de desenvolvimento, para gerar empregos e riqueza, que precise de financiamento, para o qual seja negado o financiamento. Eu vou repetir: dinheiro existe para fazer financiamento. Eu só espero que este ano as pessoas não fiquem reclamando muito e apresentem os seus projetos ao BNDES, porque o BNDES está ávido para emprestar dinheiro para o crescimento econômico deste país.

Agora, os projetos têm que ter duas coisas básicas: primeiro, o projeto tem que ser altamente viável; segundo, tem que levar em conta os cuidados que nós temos que ter, sobretudo, na questão ambiental.

Porque, quando nós tomamos posse nós tínhamos, no Brasil, 35 hidrelétricas paralisadas, por conta de problemas, ou no Tribunal de Contas ou no Ministério Público ou no ministério do Meio Ambiente. Dezesete delas já foram reativadas, entre junho e novembro e, agora, queremos, até o meio deste ano, reativar a construção das outras 18 que estavam paralisadas desde 2001.

Porque nós sabemos que o crescimento que nós queremos para o Brasil precisa de muita energia. E muita energia significa fazermos o que tem que ser



feito no Brasil, tanto na energia produzida pela hidrelétricas como pelas termoelétricas que nós ainda temos que fazer funcionar e por muitas que já estão prontas, no Nordeste, onde ainda não chegou o gás.

De forma que o desafio está colocado. Ontem eu disse que o Brasil tem mais de 110 bilhões de reais para financiamento. A Caixa Econômica tem muito dinheiro para financiar habitação. Nós tomamos uma medida muito séria para o setor imobiliário não ficar mais preocupado em fazer casa para a população e para que os banqueiros tenham instrumentos para ganhar dinheiro sem que seja a compra de títulos do governo brasileiro, mas investir em habitação, dando maior garantia ao consumidor e, também, dando garantia ao construtor. Vocês acompanharam a medida. É uma novidade excepcional, que pode ativar, de forma extraordinária, o setor imobiliário brasileiro.

A Caixa Econômica tem muito dinheiro, e nós temos certeza que se nos dirigirmos para públicos determinados, o governador Aécio Neves e o prefeito Pimentel podem fazer um grande acordo com a Caixa Econômica Federal para que seja financiada habitação para os funcionários públicos, tanto estaduais quanto federais, para desconto em folha, sem nenhum problema.

Da mesma forma que poderemos dirigir projetos habitacionais para a polícia militar, já que estamos assistindo na televisão um policial levando a sua farda escondida numa sacola, para que os bandidos não saibam onde mora. Então, também não vamos construir um conjunto todinho só para a polícia, porque aí os bandidos os cercam e eles vão ficar numa situação difícil. Mas poderemos criar uma espécie de carta de crédito, para que eles possam comprar ou construir as suas casas onde bem entenderem.

Então, a verdade é que nós temos o dinheiro. E eu vou repetir uma coisa que eu dizia o ano passado: quem faz a economia crescer não é apenas a quantidade de dinheiro, são os bons projetos. Se nós tivermos bons projetos não faltará dinheiro.

E vocês sabem que se a nossa exportação continuar crescendo como



está crescendo, certamente ultrapassaremos os 80 bilhões de dólares este ano, quem sabe chegaremos a 85 ou 86 bilhões. Estamos muito perto de chegar aos 100 bilhões de dólares, e vamos chegar a isso até o final do nosso mandato, meu caro governador Aécio Neves – o do Pimentel termina este ano. Mas nós vamos ter que arrumar o Brasil, porque nós temos uns gargalos nos nossos corredores que são muito delicados.

Nós tomamos a decisão de terminar, com uma certa urgência, a Fernão Dias. Tomamos uma decisão de terminar, com uma certa urgência, a BR-116. Estaremos, amanhã, numa reunião de infra-estrutura, para desobstruir todos os gargalos que estão impedindo determinadas obras acontecerem. E, sobretudo, a questão da ferrovia, que nós precisamos fazer voltar a funcionar com um pouco mais de rapidez, para baratear o custo daquilo que exportamos.

De forma que o jogo, na minha opinião, está mais ou menos como o jogo do Cruzeiro, ontem. O jogo está para ser ganho. E, aí, há uma outra coisa que eu queria dizer aos empresários. Eu acho que, muitas vezes, com ou sem razão, os empresários brasileiros ficam reivindicando juros. Eu acho que todo mundo sabe, aqui, porque que os juros no Brasil são altos, todos aqui têm conhecimento de porquê o juro é alto. O juro, ele será mais alto quanto menos credibilidade tiver o país para com os seus investidores ou seus credores. No que a gente atingir a credibilidade que entendemos que um país tem que ter, os nossos juros serão mais baratos, nós iremos controlar a inflação e a economia brasileira vai voltar a crescer muito mais rapidamente.

Então, eu acho que é importante nós termos em conta o seguinte: ao invés de ficarmos reclamando aquilo que nós não temos, por que não utilizarmos todas as nossas energias positivas para fazer aquilo que podemos? E nós podemos fazer muitas coisas.

Imaginem vocês se o agronegócio tivesse ficado chorando nesses últimos anos? Imaginem vocês se nós não tivéssemos acreditado que as exportações brasileiras poderiam ser um caminho para que construíssemos um



superávit comercial extraordinário, como fizemos ano passado?

Então, o desafio que está sendo colocado para vocês é o seguinte: quem tiver projeto, pode ter a certeza que terá dinheiro. E quem tiver projeto, poderá concretizar esse projeto, porque o Governo irá fazer o que tiver ao seu alcance para que os bons projetos, geradores de riquezas e de empregos neste país, sejam aprovados o mais rapidamente para que a gente possa ver as fábricas brasileiras voltarem a funcionar em sua capacidade total e absoluta.

Portanto, meu caro Aécio, mais uma vez muito obrigado a você, ao Pimentel e aos mineiros pelo carinho dedicado a mim e ao meu Governo. Vocês perceberam que a relação do Aécio com os ministros é quase uma confraria, de tão amigos que eles são. Por isso ele consegue tanta coisa para Minas Gerais.

Eu acho que nós temos muito o que fazer. E este gesto de hoje me dá alegria, porque demonstra o seguinte: que se nós quisermos trabalhar pensando no Brasil, não há fronteira ideológica, não há fronteira partidária, não há fronteira de preconceito que evite que a gente repita centenas de vezes gestos como esses que foram feitos aqui.

Muito obrigado a vocês



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia oficial de entrega do cartão Bolsa Família**

Auditório do Palácio das Artes

Belo Horizonte-MG, 18 de março de 2004

Meu caro companheiro Aécio Neves, governador do estado de Minas Gerais,

Meu caro companheiro Fernando da Mata Pimentel, prefeito de Belo Horizonte,

Meu caro Dom Serafim Fernandes de Araújo, presidente da Sociedade Mineira de Cultura,

Senhor Vincenzo Petrone, embaixador da Itália no Brasil,

Meu caro Patrus Ananias, nosso companheiro ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu caro companheiro Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Meu caro companheiro Walfrido Mares Guia, ministro do Turismo,

Meu caro companheiro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,

Meu caro companheiro Luiz Soares Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu caro Nilmário Miranda, secretário especial dos Direitos Humanos,

Companheiros deputados estaduais, deputados federais,

Meu caro José Luiz de Cerqueira César, vice-presidente do Banco do Brasil,

Senhor Graciano dos Santos Neto, presidente da Cobra Tecnologia S.A.,

Meus companheiros e minhas companheiras,

Mulheres, homens e crianças do nosso querido Brasil, que estão



presentes neste ato,

Vocês, tão condescendentes, meus queridos companheiros da imprensa mineira, fotógrafos e jornalistas,

Eu queria dizer para vocês que estou com um discurso escrito, aqui. Porque esse negócio de falar de improviso, para mim, tem dois problemas: primeiro, o medo de ficar emocionado e, segundo, o medo de perder o controle do tempo, porque a gente vai se emocionando, vai procurando palavras, vai encontrando assuntos e, daqui a pouco, a gente não termina mais.

Mas eu queria, companheiro Carlão, dizer algumas coisas: primeiro, agradecer ao companheiro Virgílio Guimarães que, quando vereador desta cidade, acho que foi o Virgílio que meu deu o título de Cidadão de Belo Horizonte. Portanto, eu sou mineiro de Belo Horizonte. Não estou, aqui, falando como um intruso, estou aqui como mineiro das alterosas, aqui, da querida Belo Horizonte.

Segundo, dizer que é uma alegria vir aqui. Eu não tenho dúvida nenhuma que, se for necessário um dia, o governador Aécio Neves fazer críticas a mim, como presidente da República, eu não tenho dúvida de que ele as fará. Da mesma forma que, não tem dúvida o Aécio, que se for necessário fazer crítica por erros cometidos pelo governador de Minas Gerais, eu as farei.

Entretanto, só é possível fazermos política com ética se a gente compreender o momento histórico que estamos vivendo, exercendo as nossas atividades políticas, e se a gente compreender que o mandato é muito curto, que as horas de trabalho são muito longas, que o dinheiro também é curto e que se a gente não trabalhar de forma irmanada, de forma companheira, a gente produzirá muito menos.

E eu quero, nesta oportunidade, dizer ao povo de Minas Gerais que o Aécio Neves tem sido um grande companheiro nessa arte de fazer política combinada e de trabalhar junto com o Governo Federal.



Eu penso que se todos os governadores do Brasil tivessem o comportamento que tem o Aécio Neves, certamente nós não teríamos problemas entre o presidente da República e os governadores. Ele me ajudou de forma extraordinária nas reuniões com os governadores nas reformas tributária e na reforma da Previdência. Se bem que ele está sempre tentando puxar um pouquinho mais de dinheiro para Minas Gerais, e ainda tem como cúmplice o Pimentel, que está sempre articulando para ver se consegue um pouco mais de dinheiro para Minas. O que não é ruim para o povo mineiro.

Da mesma forma, eu quero começar dizendo ao companheiro Pimentel que – o Patrus já foi prefeito, tem muita gente boa que já foi prefeito – que eu penso que, pela qualidade técnica e intelectual do companheiro Pimentel, poucas vezes Belo Horizonte teve um prefeito com a magnitude intelectual e a competência administrativa que ele tem.

E, hoje, o Pimentel me deu uma demonstração, que eu e o Aécio estávamos comentando na mesa. Para um cidadão da aristocracia política do nosso estado, uma pessoa refinada intelectualmente como o companheiro Pimentel, que nós chamamos da boa e saudável burocracia e tecnocracia brasileira, fazer o discurso que ele fez aqui, hoje, demonstra que houve uma evolução e que o tecnocrata está se tornando popular, um grande prefeito popular aqui na nossa cidade. Meus parabéns, companheiro Pimentel, sobretudo pela competência e pela humildade de um companheiro que poderia ter sido candidato a prefeito algumas vezes, aqui, pelo PT. Mas ele preferiu ser vice de outros companheiros, como o Patrus, como o Célio, ao invés de ser candidato. E eu acho que como Deus protege os humildes, eu creio que logo estará chegando a sua vez de ser prefeito, eleito democraticamente pelo povo de Belo Horizonte, certamente com o apoio de Dom Serafim. E se as forças divinas o permitirem, com o apoio do Aécio Neves também.

Mas como a gente não pode falar em campanha política, porque ainda não está cumprindo a legalidade da legislação eleitoral, eu quero dizer que foi



com muita alegria que entreguei o cartão 50 mil para dona Ilza Soares de Lima. E foi com muito orgulho, porque o Bolsa Família ainda está longe de ser o programa que nós queremos criar para fazer política social no Brasil. Mas, sem dúvida nenhuma, é uma das mais felizes idéias de política social já implantada no Brasil.

E é importante a gente lembrar que, muitas vezes, as pessoas criticam esse tipo de política de transferência de renda, porque a quantia em dinheiro nunca é suficiente para atender as nossas necessidades. Mas vamos lembrar como que era o Brasil. O Brasil tinha vários programas separados entre si. Nós tínhamos o Bolsa Alimentação, que dava 30 reais para cuidar da nutrição das crianças, via Ministério da Saúde. Nós tínhamos o Bolsa Escola que dava 15 reais por cada criança, até no máximo três crianças, portanto, quem recebia mais, recebia 45 reais. E nós tínhamos o Vale Gás, que dava sete reais, quando o botijão de gás custava 30 reais. E nós criamos o Cartão Alimentação do Programa Fome Zero, que eram mais 50 reais. Acontece que nem todo mundo recebia dois, nem todo mundo recebia três, havia uma pessoa que recebia o Vale Gás, tinha uma outra que recebia o Bolsa Escola, tinha outra que recebia o Bolsa Alimentação, uma outra pessoa que recebia apenas os 15 reais porque tinha apenas uma criança. O que nós fizemos? Depois do sucesso do Fome Zero, quando em apenas um ano nós conseguimos atingir 12 milhões de famílias e 2 milhões, 339 municípios das regiões mais pobres do país, nós resolvemos unificar todas essas políticas de transferência de renda num único programa, para que a gente pudesse ter um único cadastro para fazer fluir com mais facilidade esses recursos. Estamos unificando aos poucos.

É importante lembrar que o máximo gasto com todos os programas sociais até 2002 tinha sido assim: em 2001, todos os programas sociais gastaram 891 milhões de reais. Em 2002, todos os programas sociais gastaram dois bilhões de reais. Em 2003, nós já pulamos para quatro bilhões e 300 milhões de reais, ou seja, nós duplicamos, praticamente dobramos os valores



dos gastos em política social. Agora, já estamos gastando 5 bilhões e 300 milhões e vamos gastar, até o final do ano, por volta de quase 800 milhões de reais. Como disse o Patrus, em junho nós vamos colocar mais 901 mil famílias no Bolsa Família, de preferência nas regiões metropolitanas das grandes cidades brasileiras, para que a gente possa fazer com que o nível de desemprego e o grau de violência seja a razão pela qual escolheremos uma cidade para fazer esses investimentos.

Eu disse ao companheiro Patrus que, até dezembro, nós precisamos chegar a praticamente 6 milhões e 500 mil famílias, o que vai perfazer, praticamente, um total de 25 milhões de pessoas beneficiadas. E nós vamos atingir mais de 50% do nosso objetivo no segundo ano de Governo. E até o dia 31 de dezembro de 2006, eu acho que bem antes disso, nós vamos atingir a totalidade das 11 milhões de famílias brasileiras que ganham abaixo da linha da pobreza, que vivem da forma mais pobre no País.

E vamos fazer isso sem muito esforço. Vamos fazer isso porque estamos convencidos que a economia brasileira vai crescer muito e estamos convencidos que o Estado vai arrecadar mais para que a gente possa fazer mais políticas sociais. Qual é a importância desse plano? A importância desse plano é que existe uma certa obrigatoriedade, uma cumplicidade entre os estados, os municípios e o Governo Federal. Já estamos fazendo parceria com 14 estados, se Deus quiser, nós vamos fazer parceria com os 27 estados e com os municípios maiores do Brasil, para que a gente possa aumentar, inclusive, a renda que as pessoas recebem.

É importante lembrar que a renda média distribuída, até 2002, era de apenas 22 reais por mês. E hoje a renda média distribuída por família é de 72, 2 reais, portanto, nós estamos distribuindo três vezes mais renda do que era distribuído há dois anos para as pessoas pobres do nosso Brasil. Tem pessoas que recebem 95, tem pessoas que recebem 90, tem pessoas que recebem 60 reais, porque há pessoas que não têm nenhum filho, então não recebem a



Bolsa Escola. Mas, de qualquer forma, a média é de 72 reais, significando três vezes mais aquilo do que se recebia em 2002.

Eu acho que é possível fazer mais. Na hora em que a gente fizer o jogo combinado com os governadores de estado, que eles puderem dar uma parte, que a gente tiver o jogo combinado com os prefeitos que puderem dar uma parte, nós poderemos sair de 75 para cento e poucos reais por família. E eu sei que isso não é nada. Mas, certamente, quem não tem nada e vai receber 75 reais no final do mês e para levar a comida para casa, sabe a importância disso. É pouco, mas é o máximo que já se fez de política social e de transferência de renda no Brasil.

Eu também estou convencido – e é importante vocês saberem – que Belo Horizonte é a capital que tem a maior cobertura do Bolsa Família. Praticamente 69% das pessoas pobres, da cidade de Belo Horizonte, já estão cobertas pelo Programa. Portanto, é a capital. Nós, agora, queremos chegar a cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife, porque nós queremos atacar os grandes centros metropolitanos, onde a nossa juventude está mais vulnerável a cair na criminalidade, na violência e numa série de infortúnios que não interessam a nenhum pai e a nenhuma mãe.

Da mesma forma, nós estamos pensando em fazer um grande programa de investimento habitacional e queremos fazê-lo, também, nas regiões metropolitanas.

Eu vou contar uma coisa para vocês porque, muitas vezes, ou a imprensa não retrata direito, porque as pessoas não compreenderam o que a gente falou e, muitas vezes, como o Patrus disse há pouco, se fala uma coisa, as pessoas entendem outra, ou se queria dizer uma coisa e as pessoas entenderam outra.

Eu queria dizer para vocês que em 2002 foi colocado à disposição, para saneamento básico, 1 bilhão e 400 milhões de reais. Foi muito dinheiro, em 2002. Acontece que só foram contratados 262 milhões desse 1 bilhão e 400. E



só foram liberados 19 milhões.

Eu me lembro que numa conversa que tive com o presidente Fernando Henrique Cardoso, eu perguntei para ele como é que ele podia ter liberado 1 bilhão e 400, só ter contratado 262 milhões e só ter saído 19 milhões. Bem, ele disse que, muitas vezes, a burocracia complica um pouco.

Eu tomei posse no dia 1º de janeiro. Em março, teve um grande encontro de prefeitos onde quase todos os ministros, aqui, estiveram presentes. Eu estava na mesa e recebi um comunicado do presidente da Caixa Econômica Federal de que eu poderia anunciar, em março, que nós iríamos liberar 1 bilhão e 700 milhões para saneamento básico. Vocês sabem que todo político gosta de dar boas notícias, não é? As más notícias vocês, da imprensa, dão; as boas, nós damos.

Aí, eu anunciei a liberação de 1 bilhão e 700 milhões. Qual não foi minha surpresa, pois o tempo vai passando e você vai se preocupando com outras coisas quando, um belo dia, eu estou conversando com o presidente da Caixa Econômica e eu perguntei: “Já liberou aquele 1 bilhão e 700 milhões?” Ele falou: “Não posso liberar”. “Ah, porque não pode liberar?” “Porque certas prefeituras não têm capacidade de endividamento, então eu não posso dar o dinheiro”. Eu falei: “Mas, escuta aqui: você pediu para eu anunciar.” “É, eu pedi, mas não dá para liberar”.

Eu me lembro que eu chamei o presidente da Caixa Econômica, chamei o Palocci, e falei: “Olha, eu não sei qual é a mágica que vocês vão fazer. O que eu sei é que este ano, até o dia 31 de dezembro, eu quero liberar 1 bilhão e 700 milhões, porque foi um compromisso assumido com os prefeitos brasileiros.” Não é possível! Porque, se um presidente da República anuncia e, depois, não acontece, eu fico imaginando os que estão abaixo do presidente da República.

E eu comecei a compreender, Aécio, uma entrevista que eu li, do Sarney, na revista Veja. A princípio, eu não compreendi aquela entrevista, mas



eu vi o Sarney dando uma entrevista nas páginas amarelas da Veja em que ele dizia: “Muitas vezes, a gente toma uma decisão e, três ou quatro meses depois, a gente vai olhar, a decisão está parada em um burocrata, lá, em qualquer banco, em qualquer Ministério, não andou.” Então, você vai ter que montar uma equipe de “robozinhos” para ir atrás de cada decisão, cobrando a cada cinco dias.

Bom, o que eu sei é que, no dia 12, no dia 8 de dezembro, nós, finalmente, assinamos os contratos com os governadores e com os prefeitos e liberamos até um pouco mais de 1 bilhão e 700 reais para saneamento básico no Brasil, o que vai começar a gerar empregos agora, porque você contratou, em dezembro, e os governos dos estados e as prefeituras vão fazer licitações para que as obras comecem exatamente nessa época do ano, até junho.

Para este ano nós temos, além do dinheiro do Orçamento, mais 3 bilhões de reais para investir em saneamento básico. Possivelmente, nos últimos 10 anos não tenha havido tanto dinheiro para investir nessa área.

Porque muita gente nem compreende o que que é isso. Investir em saneamento básico é garantir que as pessoas recebam água com qualidade, é as pessoas perceberem que a gente está tratando de fazer a coleta dos esgotos das suas casas, levando isso para o reservatório, tratando, que é o ideal, para jogar esse esgoto, já, como água tratada, nos rios menos poluídos.

Por que estou falando isso para vocês? É porque o Programa Fome Zero não é o Bolsa Família. Não é dar um vale de 75, de 100 ou 200 reais. O Programa Fome Zero tem como objetivo fazer as mudanças estruturais que o Brasil precisa, para que a gente possa garantir que cada homem e cada mulher, se estiverem na plenitude da sua saúde, possam levar o alimento para casa; vestir as suas famílias às custas do seu salário e não ficar dependendo de favor nem de prefeito, nem de governador, nem de presidente da República. Este é o objetivo final do nosso projeto, num jogo combinado com a política de reforma agrária; num jogo combinado com política de incentivo à agricultura



familiar; num jogo combinado de incentivo ao fortalecimento da nossa indústria, da micro, pequena e média empresa.

É por isso que nós tomamos algumas decisões para colocar dinheiro em circulação. É por isso que nós fizemos um acordo com a CUT, com todas as Centrais Sindicais, para que os trabalhadores de uma fábrica possam tomar dinheiro emprestado no banco, em qualquer banco, a juros de 1,75% ao mês, a juros de 2% ao mês, para não ficarem no cheque especial, pagando 10%, ou no cartão de crédito pagando 12%.

É por isso que nós vamos anunciar para os 19 milhões de aposentados brasileiros a possibilidade deles tomarem dinheiro emprestado a juros de 1,5%, a 2% nos bancos, para não ficarem penhorando o seu relojinho de pulso, a sua aliancinha de ouro, para poder pegar 30 ou 40 reais emprestados.

Tudo isso está ligado ao Programa Fome Zero e à Política de Renda Mínima. Ou seja, nós queremos que essa política de transferência vá combinando, até a gente gerar emprego. Quem sabe a gente não precise atingir 11 milhões de pessoas, porque as pessoas vão arrumar emprego e não vão precisar.

Mas, enquanto as pessoas não tiverem essa possibilidade, nós temos que fazer isso que estamos fazendo. Nós temos que garantir que as pessoas possam levar para casa o mínimo necessário. E, aqui, tem muita gente que sabe o que é passar uma semana inteira sem ver uma nota de um real na mão. Tem gente que sabe, gente, aqui.

Para alguns, 75 reais são gastos em meia hora de uma boa noitada, num bom bar de Belo Horizonte. Para outros, 75 reais significa a possibilidade de garantir que as crianças possam comer 30 dias por mês, tomar um café minimamente decente ou comer um feijão com arroz.

Essa é a razão pela qual nós vamos atingir todas as pessoas que são mais pobres no nosso país. Deus queira que ainda no meu Governo, ou Deus queira que daqui a alguns anos, qualquer outro presidente da República não



tenha que ter essa política, porque as pessoas vão estar trabalhando e vivendo condignamente.

É esse o nosso desejo, é esse o nosso compromisso e é essa a nossa busca incessante. E o Bolsa Família é o primeiro passo. E como toda grande caminhada – como dizia Mao Tse Tung – começa pelo primeiro passo, nós estamos dando o primeiro passo, depois vamos dar o segundo, depois vamos dar o terceiro. Até que, um dia, a gente tenha atravessado toda a caminhada que queremos atravessar. Por isso, meu companheiro Patrus, não poderia ser melhor a escolha de um mineiro, com a sua sensibilidade social, por seus compromissos sociais, para dirigir um ministério novo, criado a partir da sua indicação.

O companheiro Patrus é essa pessoa que a gente vê pela cara. Se ele tivesse feito Teologia, possivelmente teria ficado no seminário muito tempo, já seria Bispo na Igreja Católica Brasileira – Cardeal ainda não – um pouco mais devagar, pois, para ser Cardeal tem que se andar um pouco mais, não se poderia chegar tão novo como ele.

Mas o dado concreto é que ele é uma pessoa adequada para essa função. O Patrus é capaz de ser duro nos seus discursos, é capaz de ser erudito nos seus discursos, de falar tão difícil que a gente não entende muito bem o que ele está falando. Mas ele é capaz de chorar falando com o povo pobre deste país. E essa combinação de qualidades, permeada pela sensibilidade do coração desse nosso companheiro Patrus é que me dá a certeza e a garantia de que nós atingiremos todas as metas que queremos atingir com a nossa política social.

Por isso companheiro Patrus e povo de Minas Gerais, muito obrigado por vocês me darem o Patrus como ministro do Desenvolvimento Social. E muito obrigado a todos vocês. E eu espero que vocês contribuam para que a gente possa ter mais sucesso do que estamos tendo até agora.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia oficial de inauguração do Restaurante Popular da Coca-Cola
Belo Horizonte, MG, 18 de março de 2004**

Agora que eu sei porque o América não tem muitos títulos de campeão mineiro. É porque utiliza toda a sua força para fazer política social, então, não consegue.

Vocês estão percebendo, pela minha fisionomia, que estou reivindicando mais sono zero do que fome zero, agora. Ou seja, todos nós precisamos ir para o hotel tomar um banho para ver se a gente consegue ficar algumas horas mais novos.

Quero, em primeiro lugar, pedir desculpas aos companheiros que estão organizando este evento, porque o nosso governador Aécio Neves não pôde vir aqui, porque está preparando uma recepção que vamos ter daqui a pouco com alguns empresários num jantar e nós nos atrasamos muito para chegar aqui.

Segundo, quero dizer que o meu vice-presidente, José Alencar – que tanto eu gostaria que viesse para cá – não veio, Pimentel, porque ele sofreu uma cirurgia, recentemente, e não pode ficar perambulando de avião para cima e para baixo, pois isso dificulta a recuperação. Mas, certamente, ele está espiritualmente envolvido, junto conosco, pela causa junto conosco nesta batalha.

Eu não sei se o Patrus conhece aqueles três personagens ali da frente: o Camargo, o Toninho Trevisan e o José Carlos Burlai. Vejam que nós precisamos de três pessoas para substituir o Oded, que era a nossa grande relação com os empresários para ajudar o programa Fome Zero. Eu quero, ao invés de cumprimentar o Pimentel, cumprimentar a Taís, porque, talvez, ela seja a responsável pelo fato do Pimentel andar com a cara tão boa ultimamente.



Quero agradecer à direção da Coca-Cola, através do senhor Brian Smith, presidente da empresa. Nós tivemos um primeiro encontro em Brasília – me parece que em agosto do ano passado – quando eles foram me comunicar sobre o restaurante que tinham inaugurado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. E naquele momento eles assumiram um compromisso comigo que, em todas as cidades onde a Coca-Cola tivesse uma fábrica, eles estariam dispostos a montar um restaurante popular, para servir a mesma comida, com a mesma qualidade que eles servem aos funcionários que trabalham na Coca-Cola.

Eu disse para eles que na hora em que eles fossem inaugurar o primeiro restaurante eu queria estar presente. Eles cumpriram a palavra de fazer este restaurante, aqui, em Belo Horizonte, e eu estou cumprindo a minha, de estar na inauguração do primeiro restaurante feito depois do nosso encontro.

O restaurante comunitário, Prato Popular, é o resultado da parceria entre a prefeitura de Belo Horizonte e a fábrica da Coca-Cola na cidade. Todo mundo sabe que a prefeitura de Belo Horizonte criou em 1994 o primeiro restaurante popular, pioneiro no Brasil, que serviu de referência e inspiração para projetos semelhantes de outras cidades e até de outros países.

O restaurante da prefeitura serve seis mil refeições diárias e cobra apenas 1 real pelo almoço e 50 centavos pelo jantar. Eu acho que, se o restaurante for bem, a gente diminui um pouco no jantar, serve o jantar também. E se continuar indo bem, a gente pode até fazer um *happy hour*, aqui, à noite, no restaurante popular. Afinal de contas, as pessoas têm direito a algo mais do que comer.

A iniciativa de instalar nacionalmente o Prato Popular – o primeiro restaurante funciona em Porto Alegre desde abril do ano passado – surgiu, na verdade, porque a Coca-Cola ficou sensibilizada com o programa Fome Zero e se dispôs, através da sua Direção, a ver o que era possível fazer.

O presidente da Coca-Cola me disse, agora há pouco, que ele está



impressionado com a capacidade de assimilação dos empresários brasileiros, porque com todas as pessoas que ele tem conversado sobre o trabalho que a Coca-Cola vem fazendo nessa área, ele disse ter ficado surpreso em ver como os empresários ficam sensibilizados e como querem contribuir ou criar alguma coisa semelhante para ajudar a população.

Quem me acompanha de perto sabe que há muito tempo eu digo que a solução dos problemas do Brasil não será obra apenas do Estado brasileiro. Ou a sociedade brasileira se conscientiza que a situação à qual nós chegamos é da responsabilidade de todos ou nós iremos continuar como se vivêssemos num país em que tivéssemos castas: aqueles que podem mais ou menos e aqueles que não podem nada, como uma grande parte da nossa população. Como todos nós sonhamos com um cantinho no céu, é bom a gente fazer as coisas boas agora, enquanto podemos fazer, porque depois pode ser que o Homem não queira mais nos receber. Então, vamos tratar de sermos bons, solidários, de estender a mão para aqueles que não tiveram a mesma oportunidade. Por isso eu fico feliz de estar aqui, feliz por esse gesto.

Eu passei tanto tempo da minha vida, achando que ser antiamericano era não beber Coca-Cola. Depois eu fui ficando mais maduro e percebi que, quando a gente levanta de madrugada, e tem uma Coca-Cola gelada na geladeira, não tem nada melhor. E ainda mais quando você percebe que a Coca-Cola assumiu uma cara mais social, uma cara voltada para contribuir num país que, certamente, tem dado uma contribuição significativa na conta da empresa, nos seus lucros. Eu acho que essa cumplicidade entre o ganho e os empregos que a Coca-Cola oferece no Brasil e, ao mesmo tempo, a devolução de uma parte disso em política social, é uma coisa extraordinária. E eu acho que a gente vai conseguir fazer muito mais com outros empresários também.

É importante lembrar que a prefeitura está concluindo o seu segundo restaurante popular, que vai funcionar na região hospitalar da cidade e terá capacidade para atender 5 mil pessoas diariamente. Isso não é mais um



restaurante, é um shopping de guloseimas.

O ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome liberou, no dia 19 de março deste ano, cerca de 1 milhão e 400 mil reais para a prefeitura concluir a construção e comprar os equipamentos do novo restaurante popular. Se não chegar, cobrem, porque já foi anunciada a intenção. Até julho deste ano, a Coca-Cola inaugurará outros restaurantes, em Jabotão dos Guararapes, em Pernambuco, em João Pessoa e Manaus.

Agora, vejam que interessante, aqui – e eu vou cobrar, Brian – não me prometa, porque eu cobro. Um dia me prometeram que eu poderia ser Presidente da República, eu cobrei tanto que terminei conseguindo. O Brian está prometendo, aqui, que até o final de 2004, a Coca-Cola vai oferecer 500 mil refeições. Por favor, registrem aí, porque cada vez que eu telefonar para ele eu vou perguntar: quantas refeições já está servindo? Eu acho que se outras empresas brasileiras assumirem essa responsabilidade, nós estaremos perto de cumprir os nossos objetivos.

Eu queria lembrar que, poucas vezes na História do Brasil, um programa teve a capacidade de sensibilizar a sociedade brasileira como teve o Programa Fome Zero. Ou seja, empresas multinacionais, empresas nacionais, pessoas de classe média, pessoas pobres, é uma infinidade de pessoas que querem contribuir, e, muitas vezes, nós não temos estrutura ou capacidade de organizar toda sociedade brasileira que quer contribuir.

Todo mundo sabe que eu assumi o compromisso que, se até o final do meu mandato, todos os brasileiros, sobretudo, os pobres, tiverem tomando café, almoçando e jantando todos os dias, já valeu a pena ter passado pelo Governo brasileiro. E eu estou certo de que nós iremos conseguir esse objetivo até o ano de 2006.

Meus parabéns à Coca-Cola, meus parabéns à prefeitura de Belo Horizonte, meus parabéns a todos os nossos contribuintes anônimos que tanto têm nos ajudado a vencer essa batalha da fome. Podem ficar certos que hoje



tem alguém nesta cidade que está com as calorias e as proteínas de que o corpo humano necessita já ingeridas, e essas pessoas serão eternamente agradecidas àqueles que um dia tiveram a graça de se lembrar que as palavras solidariedade, respeito e ética não saíram do dicionário e, muito menos, do nosso vocabulário.

Muito obrigado e boa sorte para todos nós.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração da Maternidade de Ibura**

Recife, PE - 18 de março de 2004

Meus companheiros e minhas companheiras,

O fato de estarmos participando da inauguração desta maternidade significa dizer que, mais uma vez, a parceria entre os poderes da União, que vai da prefeitura ao Governo Federal, dá muito mais condições de podermos executar as obras que, até então, pareciam impossíveis de serem executadas.

Este bairro talvez seja, possivelmente, uma das regiões mais populosas de todo o Recife. Aqui, o nosso companheiro prefeito começou a sua militância política. Esta clínica começou a ser construída ainda na administração do Roberto Magalhães, quando ele era prefeito da cidade. E não é pelo fato de ter começado na administração de alguém que é nosso adversário político que a gente deixaria de reconhecer que foi ele quem começou e terminar esta obra, porque o Brasil precisa parar de ser o paraíso das obras paralisadas, começadas e não terminadas.

A segunda coisa, é um recado que vai ao secretário da Saúde Municipal, e ao meu companheiro ministro Humberto Costa: não basta inaugurar uma clínica. É preciso fazê-la funcionar com a maior competência possível. E fazê-la funcionar significa melhorar a qualidade do atendimento que as pessoas têm. Não há nada mais triste do que uma pessoa doente chegar a um hospital – no momento em que está doente, ela está mais alquebrada, muito mais debilitada – e não ser tratada com dignidade.

Portanto, os funcionários, dos médicos às atendentes, precisam entender que, em nome do bom serviço público, atender as pessoas não é apenas dar a injeção, o remédio. Às vezes, a cara com que nós atendemos a



pessoa é que permite que ela seja efetivamente tratada com respeito.

Então, eu fico feliz, porque Pernambuco me deu não apenas o ministro da Saúde, que foi secretário aqui, em Recife, mas porque o Humberto Costa é um dos companheiros que, neste país, tem a maior competência para tratar da área da Saúde. Desde o início, eu disse ao companheiro Humberto Costa – e isso fez parte da minha propaganda eleitoral –, que muito melhor do que construir um novo hospital é fazer funcionar perfeitamente bem os que já existem.

Ao mesmo tempo, nós temos consciência, e o Humberto tem consciência de que precisamos evoluir, porque uma pessoa pobre, quando procura um médico, não o procura para pegar uma receita. Uma pessoa pobre, quando procura um médico, o procura para ter a solução para a sua cura. E, muitas vezes, a sua cura é um remédio, que, normalmente, as pessoas não têm dinheiro para comprar. Nós vamos evoluir não apenas para estender a quantidade de remédios que já tem na rede pública, mas, sobretudo, para consolidar a nossa proposta de criar farmácias populares, para que as pessoas possam comprar os remédios – pelo menos aqueles de uso continuado – mais baratos, e não sejam obrigadas a guardar a sua receita na cabeceira da cama e morrer sem poder tomar o remédio, porque não podem pagar o seu preço.

Eu acho importante estar aqui, fazendo esta inauguração. E é importante lembrar que o companheiro João Paulo telefonou para o deputado Roberto Magalhães, convidando-o para vir ao ato de inauguração, para demonstrar que nós podemos ter divergências políticas, mas somos seres humanos civilizados e queremos manter as relações mais democráticas com todos os setores da sociedade.

Eu pensei que esta nossa querida companheira fosse ser a primeira paciente da clínica, porque ela está com a barriga bem grande, mas está, ainda, só com sete meses. Não será ela a primeira paciente a ser atendida, mas, quando for, espero que você me telefone, dizendo qual foi a qualidade do



tratamento que você recebeu aqui.

Para terminar, meus companheiros, eu queria aproveitar que estou numa maternidade para dizer uma coisa: eu tenho andado pelo Brasil inteiro e tenho visto o maior número de faixas que um político pode ver. E acho isso uma parte importante da democracia. As pessoas querem mais casas, querem mais transporte, mais energia, mais empregos, mais salários. E vejam, eu só queria dizer para elas que eu, particularmente, não me incomodo com isso, porque fiz isso a minha vida inteira, levantando faixas e protestando contra os governos.

Quero dizer para as pessoas que vejo isso com a maior naturalidade. Acho importante as pessoas se levantarem para dizer: “Eu existo.” Acontece, gente, que eu estou numa maternidade e isso serve de exemplo. Não adianta, quando uma mulher engravida, o marido querer apressar o nascimento do filho, porque não vai acontecer. O máximo que se pode fazer é abortar a criança, é não ter a criança. Então, não adianta o pai ficar agarrado na saia da mãe: “Por que não nasce logo? Já está grávida há um mês, já está grávida há dois meses. Por que não nasce logo?” Não nasce! Tem um tempo para nascer, e ela vai nascer. E nós temos que trabalhar com cuidado, para que ela nasça com saúde. Depois que nasce, o pai fica que nem um tonto: “Ah, fala o nome de papai. Fala o nome de mamãe, fala.” E a criança também não fala. Ela tem um tempo para falar. O que nós precisamos é ter paciência para fazer as coisas certas, para que a criança aprenda a falar e aprenda a andar.

Governar também é isso. Ou alguém tem dúvida de que neste país eu quero gerar empregos? Agora, o que eu não posso, gente – e eu queria pedir aos companheiros da Força Sindical, aos companheiros dos bingos – é, em nome de gerar empregos, legalizar o crime organizado, a lavagem de dinheiro. Não posso! Porque, se eu fizer isso, amanhã alguém vai pedir para o Governo legalizar a prostituição infantil em nome da criação de empregos. Eu não posso e não vou fazer isso.



Nós estamos preparando este país para a economia voltar a crescer e gerar os empregos formais e normais – todo mundo com carteira profissional assinada, recebendo aquilo que tem direito. Isso leva um tempo, não acontece do dia para a noite, porque, se acontecesse, outros já teriam feito.

As pessoas têm que lembrar que estamos há pouco mais de 14 meses no Governo e que nós apenas fizemos o alicerce. Para fazer a casa, tem que se levantar a parede, colocar o emadeiramento, colocar a telha, fazer o acabamento. Nós estamos na primeira fase, ou seja, preparando as estruturas para que o Brasil dê o passo seguinte. E vamos dar. E vamos dar com a certeza de que vamos gerar empregos neste país. Mas não me peçam para cometer ilegalidades.

“Ah, é verdade, mas tem gente mais velha que gosta de jogar bingo.” Ora, meu Deus do céu, não é porque uma pessoa mais idosa gosta de ir ao bingo! Vamos fazer como se fazia antigamente: vamos jogar bingo entre os companheiros e as companheiras, vamos fazer uma festa dentro de casa, vamos às igrejas, mas eu não posso legalizar a bandidagem por causa de alguma coisa assim. Não vou!

Podem ter certeza de uma coisa, gente: eu sai de Garanhuns com sete anos de idade. Não foi fácil conquistar, neste país, o direito de andar de cabeça erguida. E eu conquistei. Conquistei e quero sair do Governo e andar de cabeça erguida, como eu andava antes de ser Presidente da República, porque essa relação com a sociedade eu não perco.

Ontem, fomos inaugurar, em Sobral, no estado do Ceará, o primeiro Centro de Tratamento de Saúde Bucal do país. Aqui, no Nordeste, vocês sabem que as meninas e meninos de 14 ou 15 anos de idade já não podem mais sorrir, porque, muitas vezes, falta a metade dos dentes na boca. E eu disse, ontem, que a saúde bucal nunca foi levada a sério, porque dor de dente é coisa de pobre, não é coisa de rico. Rico desde que nasce já vai ao dentista. Pobre morre sem poder entrar no consultório de um dentista.



Vamos criar 400 Centros pelo Brasil, onde as pessoas vão poder não apenas arrancar um dente, mas fazer tratamentos especializados, como o tratamento de canal. E se a pessoa precisar de uma prótese, vamos fazer as próteses. E as pessoas vão ser atendidas com horário marcado, para a gente respeitá-las. Não é só rico que telefona e marca horário. No nosso Centro, o pobre também vai poder marcar a consulta por telefone.

E vamos fazer muito mais, porque tenho certeza de que os ministros que tenho, cada um é mais competente que o outro. Vamos fazer as coisas, mas temos que fazer isso no tempo certo.

“Quem tem muita pressa come cru”. E eu sei que, ao comer um angu quente demais, a gente não tira o bom proveito que ele tem. Eu demorei muito para chegar à Presidência. Eu perdi três eleições. Eu falo sempre que apanhei como cachorro magro por este país afora, fiz todos os protestos que as pessoas estão fazendo, e acho isso saudável para a democracia.

Agora, que eu cheguei lá, vou fazer as coisas que sonho fazer, as coisas que tenho consciência de que posso fazer. E vou fazê-las com a tranqüilidade de quem sabe o que quer, sem dar o passo maior do que as pernas, porque a gente pode quebrar a perna e não prosseguir na caminhada. E a minha caminhada não é apenas de quatro anos. A minha caminhada, eu espero que ela seja de quatro séculos para o povo brasileiro, para que os trabalhadores aprendam que eles podem governar este país por muito e muito tempo.

Muito obrigado e meus parabéns, companheiro João Paulo. Meus parabéns, Humberto Costa. Parabéns ao vice-governador, ao secretário de Saúde do estado de Pernambuco.

E desejo toda sorte do mundo à nossa futura paciente da maternidade do Ibura. Que possa ter um filho maravilhoso e que, depois, possam, quem sabe, me telefonar para falar: “Presidente Lula, foi o melhor tratamento que uma mulher poderia receber num parto”.



Até outro dia, se Deus quiser, meus companheiros.

/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à
fábrica da Fiat Automóveis em Betim/MG**

Betim, MG, 19 de março de 2004

Meu caro amigo, governador de Minas Gerais, Aécio Neves,
Senhor Vicenzo Petrone, embaixador da Itália no Brasil,
Senhor Giuseppe Morchio, superintendente mundial da Fiat,
Meu caro companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome,

Meu caro Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior,

Meu caro Walfrido Mares Guia, ministro do Turismo,

Meu caro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,

Meu caro senhor Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da
Presidência da República,

Meu caro Fernando da Mata Pimentel, prefeito de Belo Horizonte,

Meu caro Carlaile Pedrosa, prefeito de Betim,

Está aqui também o nosso companheiro Carlos Wilson, presidente da
Infraero,

Meus amigos da Direção da empresa,

Deputados, prefeitos, convidados,

Meus companheiros e companheiras trabalhadores e trabalhadoras da
Fiat,

Eu dediquei parte da minha vida a uma fábrica, vestido de macacão
como vocês estão.

Foi dentro de uma fábrica que eu adquiri consciência política para
compreender que a política precisava de mudanças no nosso país. Foi a partir



de uma fábrica que eu virei dirigente sindical e tive o prazer e o orgulho de viver o melhor momento da História do movimento sindical brasileiro, sendo, depois, presidente do sindicato.

Vivi no sindicato numa época em que a palavra desemprego não era utilizada. Vivi no sindicato numa época em que o máximo que nós discutíamos era a palavra rotatividade de mão-de-obra, era o trabalhador que saía de uma empresa e logo entrava em outra, porque tínhamos muito emprego. Hoje, vivemos uma situação mais difícil, o emprego já não é tão abundante como naquela época, e é preciso que saibamos que, além das questões econômicas do país, além do pouco dinheiro para investimento, nós temos os avanços tecnológicos que são imensos e que, muitas vezes, faz com que uma fábrica produza muito mais, precisando de menos trabalhadores.

E não podemos reclamar, porque durante muito tempo, eu me lembro quando foi implantado o primeiro robô na indústria automobilística, no ABC paulista, a nós quase fizemos guerra para combater o robô. O robô venceu e, hoje, está implantado em toda a indústria automobilística, melhorando, possivelmente, até a qualidade dos produtos que fabricamos e, muitas vezes, tirando o trabalhador de atividades que não são condizentes com a própria saúde do trabalhador brasileiro.

Quando eu entrei na Fiat, disse à direção da empresa e aos trabalhadores que me receberam que há uma mudança excepcional entre o tempo que eu vivi dentro de uma fábrica e o tempo que vocês estão vivendo agora.

A gente percebia o orgulho com que os trabalhadores falavam do trabalho deles na Fiat, de saberem que estão trabalhando, que têm parentes seus aqui dentro e, por isso, conquistaram a cidadania de ter um emprego com carteira profissional assinada e todos os seus direitos respeitados.

No meu tempo não era assim. No meu tempo – e já faz muito tempo – havia muito mais confronto das duas partes. Não que os trabalhadores fossem



melhores e, os empresários, piores. Havia um antagonismo estabelecido no cotidiano da nossa relação.

E quando eu chego, aqui, na Fiat, e encontro algumas crianças vestidas com uma camisa “Esportista Cidadão” e percebo a quantidade de projetos sociais com os quais a empresa está envolvida, e percebo o carinho com que os trabalhadores olham os produtos que eles produziram – que são os carros – eu chego à conclusão de que o mundo mudou para melhor. De que o mundo mudou para ser mais civilizado e permitir que as pessoas convivam com muito mais liberdade e com muito mais tranquilidade.

Quando assumi a Presidência da República, eu tinha clareza dos compromissos que assumi com a sociedade brasileira e, sobretudo, com os trabalhadores brasileiros. E cada vez que eu tenho uma dificuldade, eu fico rememorando o que aconteceu na minha vida ao longo de tantos anos.

Eu me lembro que quando casei com a minha mulher, Marisa eu disse a ela que um ano depois eu iria comprar uma casinha, mesmo que fosse pequena, e quando venceu o ano eu não tinha ainda, tido dinheiro para comprá-la. Eu disse para minha mulher: não perca a esperança que daqui a pouco a gente vai ter o dinheiro para comprar essa casinha. Seis meses depois eu tinha o dinheiro para dar entrada numa casinha não diferente da casa que moram muitos de vocês, com 2 quartos, cada um com 2x3. Muitas vezes ficava difícil colocar o guarda-roupa e a cama dentro do mesmo quarto.

Mas era o maior orgulho da minha vida ter conseguido aquela casa, como eu sei que é o orgulho de todos vocês poderem ter a sua casa e dar tranquilidade à família de vocês. Morar perto de uma escola, perto de um supermercado, num lugar em que vocês possam viver condignamente. Mas mais importante, eu sei, é a importância que vocês dão ao emprego que têm. E essa é uma tarefa e uma obsessão que nós vamos perseguir até o último dia do Governo e, porque não dizer, até o último dia da nossa vida.

O que dá dignidade a um ser humano não é receber um favor do Estado,



o que dá dignidade a um ser humano, seja homem ou mulher, é trabalhar e, com o resultado do seu trabalho, receber o seu salário e poder comprar para si e para sua família as coisas que necessitam, sem precisar ficar na fila de uma prefeitura, do governo estadual ou do governo federal, às vezes por horas e horas, esperando um favor do poder público.

Enquanto a sociedade for dependente, nós teremos pouco orgulho de estarmos sendo governantes nas nossas cidades, nos nossos estados e nos nossos municípios.

Queria dizer aos trabalhadores da Fiat que essa visita para mim, hoje, é histórica. Ela é histórica, não porque seja a primeira vez que eu venho à Fiat, pois já conheço muito de perto as linhas de montagem da indústria automobilística brasileira, que é histórica, mas porque eu pude comprovar que é verdade que a Fiat tem investido em tecnologia; é verdade que a Fiat é uma empresa que está em vários países do mundo; é verdade que a Fiat é uma empresa que produz produtos de qualidade. Mas eu queria dizer que é verdade também que, em poucos lugares do mundo, a Fiat encontrou uma classe trabalhadora com a dedicação e a competência dos trabalhadores brasileiros.

Eu duvido que haja algum país do mundo onde os trabalhadores tenham a paixão pelo que fazem, como os trabalhadores brasileiros.

Eu, esses dias, em Genebra, participei de uma reunião com 224 empresários de mais de 24 países. E ouvi o depoimento de um empresário de uma empresa multinacional no Brasil. No discurso que fez, ele fez questão de ressaltar que nem no país dele, que é um país de primeiro mundo, os trabalhadores tinham a capacidade de produzir produtos de qualidade, de competitividade, e com a capacidade de produção que ele tinha na sua fábrica, no Brasil.

Quando eu entrei aqui, conversei com os três representantes dos trabalhadores que me esperavam, e senti que cada vez que eles olhavam para um carro na linha de montagem e falavam daquele carro, eles estavam falando



de uma coisa que tinham ajudado a produzir, que tinha o dedo deles. Muitas vezes ele não pôde dedicar ao seu filho o tempo que ele tinha dedicado para construir aquele carro. E daí o orgulho de saber que o seu trabalho não foi em vão. Certamente muitos não conseguiram, ainda, comprar um carro que produzem, mas, se Deus quiser, haverá um dia em que todos os trabalhadores brasileiros poderão comprar o resultado da sua produção, porque um carro não pode ser um artigo de luxo, tem que ser um instrumento de trabalho para facilitar a vida das pessoas em cidades que, muitas vezes, dificultam o nosso dia-a-dia.

Quero terminar dizendo que a Fiat deu hoje, aqui, uma demonstração e, ao mesmo tempo, uma lição para uma empresa que, mesmo sendo originária da Itália, está ficando cada vez mais mineira. E daqui a pouco vamos encontrar um italiano da Fiat, no centro de Turim, falando “uai”, falando “trem”, falando palavras que são próprias da cultura do nosso povo mineiro.

E queria terminar dizendo à Direção da Fiat e aos trabalhadores, que estes me reivindicaram duas coisas, pelo menos uns dez deles: “Presidente, é preciso voltar a reduzir o IPI para a gente vender mais carros, é preciso, também, reduzir os juros para a gente vender mais carros.”

No ano passado, me parece que no mês de agosto ou setembro, nós fizemos uma reunião com a indústria automobilística e resolvemos reduzir o IPI para que a gente pudesse vender mais carros. Depois, renovamos até março. Agora venceu e não foi renovado.

Eu me lembro que em 1992 a indústria automobilística estava numa crise aqui, no Brasil, e nós lá no ABC paulista, através do movimento sindical, fizemos um dos mais importantes acordos para recuperar a capacidade produtiva da empresa e para manter os empregos dos trabalhadores. Foi um acordo em que os governos estaduais abriram mão de um percentual do imposto. O governo federal abriu mão de um outro percentual do imposto, a empresa reduziu um pouco o preço do carro e, ao mesmo tempo, a empresa



deu estabilidade aos trabalhadores enquanto perdurasse o acordo.

Um acordo como esse pode ser feito e o Governo estará totalmente aberto para convocar outra vez a indústria automobilística e ver que tipo de política podemos adotar para facilitar, não apenas a venda do carro, mas para garantir que as empresas contratem mais trabalhadores e trabalhadoras para que a gente possa gerar os empregos necessários neste país.

Eu tenho a certeza de que o Estado não perde, a União não perde, os municípios não perdem e, na verdade, todos ganham, porque as empresas vão produzir, os trabalhadores vão ter emprego e os estados vão arrecadar mais por conta da quantidade de carros que for vendida no mercado interno.

Essa é uma coisa que nós poderemos fazer. Estão aqui os nossos ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o do Trabalho, que têm interesse, e eu tenho certeza de que o conjunto do Governo tem interesse em fazer isso.

A questão dos juros é uma questão mais delicada. E por que delicada? Porque o Brasil está acostumado a viver com uma inflação razoavelmente alta desde 1964. E nós resolvemos fazer com que a inflação não desaparecesse definitivamente, mas que não fosse a grande vilã do poder aquisitivo da classe trabalhadora brasileira.

Resolvemos controlar a inflação e, para controlar a inflação, nós temos alguns instrumentos que poderemos utilizar. Um instrumento é a taxa de juros, que pegamos alta e mesmo estando alta, hoje, é importante a nenhum crítico esquecer que é a mais baixa taxa de juros dos últimos dez anos no país.

Alguém poderia perguntar: “existe outra fórmula?” Existe, mas os trabalhadores não gostariam que eu as colocasse em prática. Porque uma forma para fazer com que os juros baixem e a inflação não volte, é a gente reduzir as alíquotas para produtos importados, que são similares aos produtos que aumentarem de preço aqui dentro. E se nós fizermos isso, os trabalhadores irão me procurar e dizer: “presidente, a nossa fábrica está



mandando trabalhadores embora porque o senhor está reduzindo a alíquota dos produtos importados.” Então não é uma medida fácil.

A outra medida, que eu poderia fazer, era controlar o preço e todo mundo sabe que ao controlar preços, a gente termina pagando muito mais caro porque o mercado paralelo aumenta muito o preço e a vítima passa a ser, outra vez, o trabalhador.

Eu quero dizer para vocês uma coisa: a redução de juros neste país não se dá por qualquer coisa, ela se dará cada vez mais forte na medida em que o nosso país conquiste credibilidade, interna e externamente; na medida em que os investidores perceberem que o Governo não fala uma coisa à noite e faz outra de dia, mas é um Governo que fala e cumpre cada palavra que falou para o país e para os investidores.

Eu dou sempre um exemplo para as pessoas mais humildes entenderem. Se um companheiro aqui, dentro da fábrica, vai pedir 100 reais emprestados para o chefe – porque na fábrica a gente pede dinheiro emprestado, porque o chefe normalmente ganha um pouco mais que a gente, e quando estamos pendurados, vamos pedir para o companheiro nos emprestar um dinheirinho – então, muitas vezes, o chefe fala para o trabalhador: “Olhe, eu te empresto 100 reais, mas você terá que me pagar 150 reais”. Se não fosse o trabalhador que fosse pedir para o chefe, mas o senhor Giuseppe Morchio, ele pediria os 100 reais emprestados e iria falar para o chefe: “Quanto eu vou pagar de juros?”. O chefe iria falar: “Não precisa pagar nada, me devolva quando você puder”. Mas para o trabalhador comum, o chefe vai falar: “Olha, eu te empresto 100, mas me devolva 150 reais daqui a vinte dias.” Por quê? Porque é uma questão chamada credibilidade.

Ele sabe que o Guiseppe tem muito mais que ele e, portanto, sabe que ele poderá pagar. Para o trabalhador ele fala: “E se esse companheiro for mandado embora amanhã e não voltar mais aqui na Fiat? Eu terei perdido os meus 100 reais.”



A situação do Brasil é a mesma coisa. Por que o juro é alto? Porque o Governo perdeu a credibilidade há muito tempo. Perdeu tanta credibilidade que quando ninguém mais queria comprar mais títulos do Governo, ele, para vender esses títulos, dolarizou parte da dívida interna. E aí as pessoas compravam os títulos e o Governo tinha que pagar no valor do dólar. E isso asfixiou o Brasil. Agora nós temos que desasfixiar o país, para que ele volte a crescer como está crescendo este ano. Para que o Brasil volte a gerar empregos e para que as indústrias voltem a produzir na sua capacidade total.

A Fiat está produzindo aquém daquilo que ela pode produzir. E, para nós, o que interessa não é uma fábrica produzindo 70% do que pode produzir, nós queremos que essa fábrica produza 100%. E se puder, produza até um pouco mais de 100%, para que a gente possa construir uma nova planta, produzir mais carros, gerar mais empregos e mais riqueza. É este o Brasil que nós queremos construir e, certamente, é este o Brasil que nós vamos construir.

Eu queria terminar dizendo para vocês o seguinte: eu fui pego aqui, dentro da Fiat, com uma notícia desagradável. Fiquei sabendo que na portaria havia milhares de pessoas pobres, que foram pegadas de surpresa, à noite, com um panfleto apócrifo, daqueles cujo cidadão que fez é tão covarde que não teve coragem de colocar o nome, dizendo que eu vinha aqui, na Fiat, só para distribuir cesta básica ou cartão Bolsa Família, para as pessoas pobres. Por que eu fiquei magoado? Eu não fiquei magoado porque a pessoa contou uma mentira a meu respeito, eu fiquei magoado porque, seja homem ou mulher que tenha feito isso, seja de algum partido ou não, seja de sindicato ou não, nenhuma pessoa, por menos que possa gostar do governador, do prefeito ou do presidente, tem o direito de brincar com o sentimento de mulheres e crianças que são pobres neste país.

Pessoas que agem dessa forma são aquelas que não perceberam que o mundo mudou, que não perceberam que muitas vezes falar a verdade é duro, mas é melhor falar a verdade do que contar uma mentira. E eu sempre digo



que parte da desgraça do nosso povo é dada pela quantidade de mentiras que ao longo da vida se contou para este povo.

Vocês me conhecem e sabem que durante toda a minha vida eu prefiro dizer um não na cara de um companheiro, que saía bronqueado comigo, do que contar uma mentira para deixá-lo feliz por alguns minutos.

Eu aprendi isso com a minha mãe, que morreu analfabeta, e este foi o grande legado do qual não abrirei mão, porque não é possível se brincar com o sentimentos de inocentes e, muito menos, se brincar com o sentimento de pessoas que têm mais necessidades do que nós.

Eu quero agradecer a vocês. Pedir desculpas pelo desabafo, mas dizer que, no Brasil, este ano, nós vamos atender 6,5 milhões de famílias pelo programa Bolsa Família e, até dezembro de 2006, vamos atender a totalidade das 11 milhões de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza, dando para eles, não 22 reais como eles recebiam, em média, mas dando para eles 75 reais, em média, para poderem comprar o que comer.

Esse compromisso não é um compromisso de um presidente, é um compromisso de um cidadão que sabe o que é uma criança acordar sem ter um copo de café com leite e um pão com manteiga para comer; que sabe o que é, na hora do almoço, uma mãe olhar para o fogão e não ter nada para colocar para os seus filhos comerem. Este é um compromisso mais ético, mais cristão, mais moral do que o compromisso de um presidente da república.

Por isso meus companheiros, muito obrigado a todos vocês. Obrigado à Direção da Fiat por tudo que está fazendo pelos trabalhadores.

Mais uma generosidade da Fiat. A Direção da Fiat está pedindo para eu anunciar que vai distribuir cesta-básica para essas pessoas que estão lá fora.

Mais uma vez, meus parabéns à Fiat.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade oficial de abertura do Ano Ibero-Americano da Pessoa com Deficiência

Funarte, Brasília, DF, 24 de março de 2004

Meu querido companheiro, professor Adilson Ventura, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência,

Minha querida companheira Marisa,

Meu querido companheiro Gilberto Gil,

Meu querido companheiro Nilmário Miranda,

Meu querido companheiro Antonio Grassi, presidente da Funarte,

Meu caro embaixador Edgar Camacho, embaixador da Bolívia,

Meu caro companheiro, embaixador da Espanha, José Coderch,

Meu caro embaixador Manuel Estuardo, da Guatemala,

Meu caro embaixador Pedro Nuñez Mosquera, de Cuba,

Meus companheiros parlamentares,

Meu caro Pedro Bório, secretário da Cultura do Distrito Federal,

Meu querido Assis Aragão, arquiteto e artista plástico, em nome de quem eu saúdo todos os portadores de deficiências aqui presentes,

Meus queridos funcionários e funcionárias do Teatro Nacional Plínio Marcos e da Funarte,

Meu caro Leonardo Ramos, deputado federal, em nome de quem eu gostaria de cumprimentar todos os deputados que estão aqui,

Senadores,

Estou vendo ali no escuro o Eduardo Azeredo. Estou vendo o Flávio Arns. O problema é que a luz não permite que eu veja com a clareza que vocês estão me vendo. Ali o Chico Vigilante,

Meus companheiros e minhas companheiras,



Vocês viram que eu fiquei preocupado quando o Arnaldo foi abraçar a Marisa, porque o Arnaldo Godoi é um guerreiro militante não apenas em defesa das pessoas portadoras de deficiência, mas um guerreiro em defesa da cultura e da democracia. Mas a gente não pode permitir que ele venha abraçar a mulher da gente não, cuidado!

Os brasileiros portadores de deficiência física, como todos os cidadãos, têm direito à educação, ao esporte, à cultura, ou seja, à plena cidadania. Nós todos, por exemplo, nos orgulhamos do excelente desempenho obtido pelos atletas brasileiras na última paraolimpíada, ou ficamos muito emocionados com apresentações artísticas como as que serão feitas aqui, hoje. E eu já tive oportunidade de ver um pouquinho ali atrás.

Felizmente, não são poucas as pessoas com deficiência que trabalham, estudam e vivem normalmente no nosso país. Há, porém, milhões de brasileiros e brasileiras portadoras de deficiência que, diariamente, são vítimas do preconceito e da falta de informação. Sem falar nos casos em que a deficiência reforça e agrava a situação de pobreza, fome ou desemprego.

Às vezes nós pensamos que segregando ou sendo condescendentes com as pessoas portadoras de deficiência, estamos resolvendo o problema. Na realidade, essas posturas ferem os seus direitos de cidadania. Por isso, ações afirmativas, como, por exemplo, as leis de quotas para empresas com mais de cem funcionários e as atividades cotidianas que vocês desenvolvem em suas instituições, têm acrescentado valores inestimáveis ao nosso convívio social. Foi com esse espírito que instituímos 2004 como o Ano Ibero-Americano da Pessoa com Deficiência. Estamos aqui, hoje, fazendo a sua abertura formal.

Reunidos em Santa Cruz de la Sierra, em novembro de 2003, nós, chefe de Estado e de Governos dos países ibero-americanos, firmamos um compromisso de promover maior conscientização e mobilizar nossas sociedades para assegurar os direitos e a igualdade de oportunidades aos portadores de deficiência.



Segundo as Nações Unidas, existem cerca de 500 milhões de pessoas com deficiência no mundo, e 80% delas estão nos países pobres ou em desenvolvimento.

No Brasil, estima-se que 14,5% da população, ou seja, aproximadamente 24 milhões e 500 mil pessoas, são portadoras de algum tipo de deficiência física ou mental. Respeitar e integrar esse imenso grupo de pessoas é criar um alicerce essencial para a sociedade justa e solidária que estamos construindo. Em outras palavras, não é o portador de deficiência que deve adaptar-se à sociedade, é a sociedade que deve se preparar para integrá-lo em um convívio pleno.

Nesse sentido, a legislação brasileira é bastante avançada e já garante e protege os direitos das pessoas portadoras de deficiência. Temos que continuar cuidando e mesmo redobrando esforços para que ela seja realmente aplicada, e que suas determinações se tornem hábito e prática de todos os brasileiros e brasileiras.

Em junho do ano passado sancionamos a lei que estendeu a isenção do IPI aos veículos adquiridos por portadores de deficiência, impossibilitados de dirigir. Essa conquista foi o resultado de uma forte demanda das entidades que lutam por esses direitos. E o resultado é que agora os deficientes visuais, mentais, autistas e deficientes físicos que não podem conduzir veículos, também estão sendo beneficiados por essa isenção.

Ainda este ano, vamos assinar um decreto que regulamenta duas leis que tratam da acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o que inclui os idosos do nosso querido Brasil.

Desde dezembro de 2003, cerca de 150 representantes de entidades de diversas regiões do país têm participado de um processo de consulta pública, sugerindo alterações e aperfeiçoamento que aprofundam o conceito de acessibilidade. Trata-se de garantir o livre acesso dos portadores de deficiência aos edifícios e meios de transportes, para que também tenham pleno direito à comunicação e à informação.



Além disso, determinamos a criação de um grupo de trabalho composto por 13 ministérios, que deverão apresentar, no máximo em 40 dias, um plano de ação integrada na área de deficiência. Vou citar aqui dois exemplos de ações que já estão em vigor. O ministério das Cidades desenvolveu o programa Pró-Transporte, que prevê financiamento de 600 milhões de reais nos próximos anos para obras de infra-estrutura e de acessibilidade, como o rebaixamento de calçadas e sinalização sonora para deficientes visuais, entre outras.

O BNDES criou uma linha especial de financiamento a juros de 10% ao ano para empresas públicas ou privadas que queiram reformar ou adequar suas instalações, comprar equipamentos ou capacitar suas equipes para atender funcionários ou clientes portadores de deficiência. Não há limites de recursos para esse programa de apoio ao investimento social de empresas no país. E mais, o BNDES negocia com cada empresário os prazos e as melhores condições para garantir o sucesso da iniciativa.

Na área da educação, temos também uma boa iniciativa. Hoje, um terço das pessoas com deficiência nunca foi à escola ou atingiu apenas três anos de escolaridade. Isso acontece porque muitas vezes faltam, por exemplo, professores preparados ou materiais didáticos adequados para os portadores de deficiência visual ou auditiva.

Por isso, o ministério da Educação está empenhado em capacitar os profissionais da área de educação, adaptar os estabelecimentos de ensino e produzir material didático específico para a educação inclusiva.

Já podemos até comemorar um bom resultado. Aumentou em quase 12,5% o número de alunos portadores de deficiência matriculados em escolas comuns ou especiais no ano passado. Esta é, sem dúvida, um primeiro passo para garantir efetivamente igualdade de oportunidades a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros.

Vamos continuar trabalhando para que as nossas ações de Governo garantam aos portadores de deficiência, o direito de ter cada vez mais o controle sobre suas vidas e suas necessidades. Tenho certeza de que o



esforço conjunto dos nossos países durante este ano ibero-americano, das pessoas com deficiência, vai dar uma extraordinária contribuição para esta causa tão nobre.

Meus companheiros e minhas companheiras, se é verdade que no Brasil, nós temos 14,5 % da população com algum problema de deficiência física, é importante lembrar que é quase um milagre não termos mais. Porque num país onde 11 milhões de famílias não conseguiam consumir até pouco tempo as calorias e as proteínas necessárias para a sobrevivência humana – por isso criamos o programa Fome Zero e o Bolsa Família – era para termos mais gente com problemas. Até porque todo mundo sabe que se um ser humano não se alimentar adequadamente nos primeiros anos de vida, ele poderá ficar com problemas de deficiência irreversível para o resto da vida.

Possivelmente – disse o companheiro Gilberto Gil que todos nós temos um pouco de deficiência – eu acho que todos nós poderemos ter qualquer problema de deficiência e não queremos ser tratados como se fossemos cidadãos de 2ª classe.

Vocês, ao longo de toda a nossa convivência, nunca aceitaram a pecha de serem tratados com dó ou que nós tivéssemos políticas públicas de favores. O que vocês querem e desejam é apenas ser entendidos como homens e mulheres que têm direitos e que, portanto, estão apenas a exigir que as autoridades, sejam elas do executivo ou do legislativo, façam aquilo que temos que fazer para que vocês sejam tratados cada vez mais como cidadãos e cidadãs de cidadania plena.

Sabe que o que me deu muita experiência para ter tranquilidade nas coisas que nos propomos a fazer e saber que elas, às vezes, mesmo tendo uma lei, demoram para acontecer, porque, além da lei, tem a questão da adaptação cultural, da evolução cultural das pessoas. E eu aprendi cada vez mais a ter paciência para esperar os momentos das coisas acontecerem.

Este momento surgiu para mim quando fui conhecer o lugar onde nascia o rio São Francisco. Eu fui na Serra da Canastra numa campanha de 1994, numa caravana. Eu confesso que, na minha infância, eu imaginava que o rio já



nascesse grande e, quando eu vi aquela poça d'água que depois – dizem todos os geógrafos e geólogos – se transformava no rio São Francisco, eu fiquei pensando em como a natureza é sábia.

As coisas nunca acontecem por acaso e nunca acontecem com a rapidez que nós achamos que deveriam acontecer. Elas acontecem no tempo certo e no momento em que as pessoas decidirem criar as condições para que aconteçam. Foi assim com a natureza e é assim com a vida.

Todos nós sabemos que houve uma evolução extraordinária do ponto de vista da legislação, como a conquista para os portadores de algum tipo de deficiência no Brasil. Mas todos nós sabemos que ainda estamos longe de fazer valer todas as leis que já aprovamos. E a coisa que me dá mais tranquilidade, é saber que a gente vai convivendo e aprendendo com vocês, que são a parte quase que segregada por uma outra parcela da sociedade brasileira.

Quando recebi os meninos que iam para a Paraolimpíada, fiquei pensando quantas pessoas no Brasil têm duas pernas e os braços, enxergam com os dois olhos e não tem 10% da vitalidade desses meninos e meninas, e o ânimo de irem competir para ganhar e voltar com mais medalhas do que já tivemos em qualquer outro momento.

Da mesma forma que eu fui à Feira de Santana, ver o projeto “Segundo Tempo” do ministério do Esporte e observei, crianças e adolescentes com todo e qualquer tipo de deficiência, muito mais graves do que aqueles dos companheiros e companheiras que eu estou vendo aqui, praticando algum tipo de esporte, até capoeira. Eu fiquei imaginando que a força de vontade de um ser humano daqueles só acontece quando esse ser começa a se transformar do ponto de vista da compreensão das coisas no ser superior.

E vocês, para terem a garra que têm, para não desanimarem nunca, mesmo nos momentos mais difíceis, é porque vocês são seres superiores a nós, que não temos nenhuma deficiência física.

Por isso, eu quero dizer para vocês que nós vamos caminhando, vamos andando, dando os passos do tamanho das nossas pernas, e conquistando



avanços que irão se concretizando na medida em que a gente vá conquistando, também, as condições econômicas e o desenvolvimento do nosso país para poder aprender, para poder atender essa demanda.

Eu acho que nós não podemos nos conformar, não podemos aceitar, nunca, a deficiência de não compreender os direitos das pessoas que têm algum tipo de deficiência.

Nós não podemos aceitar nunca a deficiência de não entendermos que o nosso país precisa de muita solidariedade, e não podemos, nunca, aceitar a deficiência de não compreendermos o mundo como ele é, de gostarmos das pessoas como elas são e, ao invés de tentar mudá-las, nós, os governantes, devemos começar a mudar a nossa mentalidade para compreendermos em lugar de sermos compreendidos.

Eu quero, do fundo do coração, agradecer a coragem de vocês, a luta de vocês, a perseverança de vocês e, sobretudo, a paciência de esperar sem nunca deixar de acreditar que um mundo melhor virá para todos nós.

Muito obrigado e que Deus abençoe todos vocês.

/rss/cms/



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de inauguração da ponte sobre o Rio Jequitinhonha e lançamento do Programa *Luz para Todos* em Minas Gerais

Itinga, MG, 26 de março de 2004

Meus companheiros e companheiras de Itinga e das cidades que compõem o Vale do Jequitinhonha,

Meu caro companheiro e governador do estado de Minas Gerais, Aécio Neves,

Meu caro companheiro Alfredo Pereira do Nascimento, ministro dos Transportes,

Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Meu caro companheiro Nilmário Miranda, secretário especial de Direitos Humanos,

Meu caro senhor Heitel Pego, prefeito de Itinga,

Minha querida Cacá, prefeita de Araçuaí,

Meu caro Roger Agnelli, presidente da Companhia Vale do Rio Doce,

Meu caro companheiro e amigo Rinaldo Soares, presidente da Usiminas,

Meu caro senador Hélio Costa,

Meu caro senador Eduardo Azeredo,

Meu caro companheiro Anderson Adatao, ex-ministro dos Transportes, hoje deputado federal e um dos companheiros que trabalhou imensamente para que essa ponte fosse construída. Portanto ele merece todas as homenagens do povo de Itinga.

Meu caro deputado Carlos Mota,

Meu caro deputado Leonardo Monteiro,

Meu caro deputado Athos Avelino,



Deputado Isaías Silvestre,
Meu caro companheiro Virgílio Guimarães,
Vereadores aqui presentes,
Meu caro Dom Enzo, que está ali, em pé,

Eu quero começar dizendo para vocês que é uma alegria voltar a esta região e voltar, sobretudo, com muitos amigos aqui.

Eu quero pedir para vir aqui, à frente, o companheiro José de Filippi, prefeito de Diadema, em São Paulo; o nosso companheiro Cláudio, que é o presidente do hospital Albert Einstein; e o companheiro Jack Terpins, presidente da Comunidade Judaica do Brasil, apenas para prestar uma homenagem, porque o prefeito de Diadema, os companheiros do Hospital Albert Einstein e a Comunidade Judaica, logo depois que nós passamos aqui, no ano passado, em janeiro, assumiram a tarefa e o gostoso compromisso de adotarem Itinga como a cidade que eles iriam ajudar a cuidar.

Eu quero, antes de falar – porque o Presidente não tem tempo limitado para falar, apenas o bom senso é que controla o seu tempo –, eu quero que o companheiro Filippi diga aqui, em poucas palavras, o que Diadema está fazendo para Itinga.

Prefeito José de Filippi: Presidente Lula, minha saudação a todos os amigos e amigas aqui de Itinga, do Vale do Jequitinhonha,

Minha saudação ao Governador e demais autoridades,

Nós estamos desenvolvendo, posso dizer, um aprendizado, como o prefeito Heitel, sua equipe. Nós tivemos, logo em fevereiro, a assinatura do convênio, os vereadores estiveram aqui. Nós tivemos equipes também que tiveram contato aqui com Itinga, o pessoal de Itinga esteve em Diadema. Nós já mandamos dois ônibus para o transporte escolar aqui da cidade, tivemos o



treinamento de funcionários da área da saúde que visitaram o nosso hospital em Diadema e estamos desenvolvendo agora um estudo na área tributária, para que possamos também contribuir com avanços para a modernização e um aprendizado conjunto das duas prefeituras irmãs, Diadema e Itinga. É isso, Presidente.

Presidente: Vamos ver agora o que o Cláudio, que é o nosso companheiro que saiu da Avenida Paulista, do Albert Einstein, para vir a Itinga. Dizem que ele não tinha nem noção de como era Itinga, nem muito menos como era o Vale do Jequitinhonha. O que vocês estão fazendo com Itinga?

Cláudio: Quando o Presidente nos convidou para fazer parte do Conselho de Segurança Alimentar, junto com o ministro Graziano, nós, em nome da Comunidade Judaica do Brasil e o presidente Jacques Ferpens aqui viemos, desenvolvemos um estudo para levantar as necessidades da cidade de Itinga. Inicialmente demos água, mandamos cestas básicas, fizemos um trabalho de treinamento na parte de educação para as escolas e, posteriormente, entregamos uma ambulância para ser utilizada na região de Itinga.

Certamente Presidente, eu acho que isso aqui é um exemplo especial dentro das nossas vidas. Nós falamos muito sobre cidadania, falamos dos nossos direitos. Está na hora, graças ao senhor, de falar em solidariedade, que é ajudar o povo e é isso que nós estamos procurando fazer aqui em Itinga, junto com esta cidade, junto com este pessoal maravilhoso que merece ter acesso a tudo aquilo que nós, do lado de lá, como o senhor disse, na Avenida Paulista, temos.

Presidente: Vamos ver o que a nossa Comunidade Judaica está fazendo aqui no Vale do Jequitinhonha.



Jack Terpins: Nós vamos fazer tudo que o Presidente mandar fazer. A comunidade tem um grande orgulho e o privilégio de poder se associar ao governo federal, ao governo estadual e à prefeitura de Itinga neste trabalho do Jequitinhonha.

Vamos continuar trabalhando em tudo que for do nosso alcance. Muito obrigado.

Presidente: Olhem, meus amigos, eu quero dizer para vocês que há muitos anos eu freqüento o Vale do Jequitinhonha. Há muitos anos. Da mesma forma que há muitos anos eu freqüento o Vale do Mucuri, o Vale do Rio Doce, o Vale do Aço e todos os vales que Minas Gerais recebeu da natureza.

Mas uma coisa me chama a atenção no Vale do Jequitinhonha, possivelmente pela semelhança com a minha região no estado de Pernambuco: um povo altamente inteligente, um povo com uma capacidade cultural excepcional, mas um povo numa região empobrecida econômica e financeiramente.

Eu sei que, por conta disso, o meu apego ao Vale do Jequitinhonha é de tamanha ordem que, quando a Cacá ganhou as eleições para prefeita, havia várias capitais importantes às quais eu poderia ir à posse. Eu estava de férias em Angra dos Reis, era o dia primeiro de janeiro e eu, ao invés de ir à posse de algum companheiro numa capital, resolvi pegar um aviãozinho, um Sêneca, saí de Angra dos Reis e vim a Araçuaí para a primeira posse da companheira Cacá, numa homenagem, que eu queria demonstrar, de solidariedade ao povo do Vale do Jequitinhonha.

Eu já vim aqui, em Itinga, outras vezes. Eu me lembro de uma cena, Governador, quando, na Caravana, em 1993, nós passamos aqui e fomos almoçar. Eu me lembro que nós fomos almoçar numa escola e a comida era feijão, arroz e frango assado. E me lembro que, depois, uma parte da Imprensa brasileira escreveu que nós tínhamos atrapalhado a comida das crianças na



escola, por termos almoçado lá depois do jornalista ter comido junto conosco. Foi uma coisa muito desagradável, o companheiro Solano era prefeito da cidade. Está ali o nosso companheiro Solano. E esta cidade aqui me marcou. O companheiro Darraia foi o primeiro barqueiro que atravessou comigo, aqui, em 1993. Quando eu disse ao Darraia que ia fazer essa ponte, ele certamente não acreditou porque essa ponte já foi prometida há pelo menos uns 300 anos e essa ponte não saía.

Eu tive a oportunidade, não apenas de atravessar de barco mas, até por curiosidade, de pegar aquele tronco que o companheiro que carregava a balsa usava, e que ficava empurrando a balsa. E o que me marcou é que ele tinha um caroço embaixo do braço, que era uma marca causada pelo fato de ele encostar o pau no braço. E eu fiquei imaginando, não é possível que um ser humano tenha uma situação dessas e ninguém se lembre de fazer sequer uma pinguelazinha como aquelas que a gente via nos filmes de Tarzan, aquelas pontes de cordas, em que ele e a Jane costumavam pular para cima e para baixo. Não é possível que esse povo não tenha o direito de ir e vir, não é possível que alguém, ao longo da História, não se lembre, porque toda vez que vai se construir uma obra, no Brasil, normalmente coloca-se duas questões: se a obra tiver retorno econômico, aí ela vira prioridade; se ela não tiver retorno econômico, apenas retorno social, ela não é tão prioritária.

O que eu estou dizendo, aqui, eu disse ao meu querido, falecido, governador Mário Covas, quando visitei um quilombo, em São Paulo, em Vaporanduva, lá no Vale do Ribeira. Lá morava uma comunidade de umas 300 famílias, num lugar muito pobre e que, para as crianças virem para a escola, tinham que atravessar de canoa um rio cheio de pedras, com uma correnteza enorme. E eu disse ao companheiro e governador, falecido, Mário Covas: Mário, pelo amor de Deus, não é possível que a gente não possa fazer uma ponte ali, por mais barata que seja. Eu ainda não conhecia a Vale do Rio Doce, nem a Usiminas, porque senão teria pedido para vocês fazerem e a gente teria



essa ponte lá.

Da mesma forma que o querido Darraia não acreditava que essa ponte ia sair, eu tenho certeza que muita gente, quando nós viemos aqui, em 1993, também não acreditava: “É, eles estão passando aqui agora, vão embora e vão esquecer a ponte.” Hoje nós estamos aqui com companheiros senadores, deputados, prefeitos, ministros, governadores. É até difícil a Imprensa vir a Itinga, ou seja, a nossa vinda aqui é muito menos por conta da fotografia, mas pela finalidade do que a gente quer fazer. Nós não fazemos distinção no investimento do dinheiro público. O que nós fazemos é uma definição de prioridade social.

É por isso que os documentos e os protocolos que assinamos aqui não serão letra morta, porque nós iremos anunciar e depois iremos inaugurar cada coisa que estamos garantindo aqui. Eu me lembro e fiquei feliz, porque sei que agora vai ser levada luz para a escola da Família Agrícola, uma escola que eu visitei em 1993, onde as crianças saem de casa, passam uma semana inteira, depois voltam e passam uma semana em casa. É um jeito de fazer as crianças do campo estudarem sem precisar gastar muito dinheiro, evitando delas não serem colocadas na escola por conta do transporte.

Eu me lembro que o senador Eduardo Azeredo era governador do Estado e nós passamos 16 dias, aqui, fazendo um trabalho para discutir o novo modelo de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha que, aliás, está ali na mão do companheiro e é um documento minucioso porque envolveu tudo que tinha de especialistas aqui na área.

Eu fui entregar para o governador Eduardo Azeredo o projeto e depois conversei com o governador Itamar Franco. Eu não sei o que foi colocado em prática, mas o dado concreto é que essa região merece uma atenção toda especial.

Porque em qualquer região do Brasil, o Vale, por exemplo, a região de Uberlândia, de Uberaba, o Triângulo Mineiro, o Sul de Minas Gerais, muitas



vezes o governador não tem que investir muito dinheiro porque a região é tão atrativa, do ponto de vista da capacidade e da produtividade, que os empresários investem dinheiro porque sabem que terão retorno.

Mas, numa região como esta, se não houver o dedo do Governo, não haverá nenhum desenvolvimento. Ou seja, tem lugar em que o desenvolvimento começa e o Governo vai atrás, e tem lugar em que o Governo é que tem que começar para que o desenvolvimento depois acompanhe.

Essa região, aqui, eu concordo com as palavras do Governador, tem que ser prioridade. É por isso que nós estamos pensando, junto com a ministra de Minas e Energia, do ministério de Ciência e Tecnologia, com o ministério da Agricultura, com o ministério da Reforma Agrária e junto com os governadores em criar um grande programa de biodiesel para o Brasil. Esse programa de biodiesel é para tentarmos produzir o óleo da mamona, o óleo do babaçu para a região Norte do país; mas o biodiesel da mamona é, sobretudo, para criarmos desenvolvimento no semi-árido nordestino e no Vale do Jequitinhonha. Precisamos criar condições para que as pessoas possam produzir condignamente e não viver com o dinheiro da Bolsa Família que estamos entregando, mas condignamente, às custas do seu trabalho, porque é isso que dá orgulho a qualquer chefe de família.

Também quero dizer a vocês que há uma reivindicação antiga de uma universidade aqui na região. Eu, obviamente, não posso assumir compromisso apenas porque vi uma faixa ou porque alguém me disse no ouvido: Presidente nós precisamos de uma faculdade.

As responsabilidades de um governador, de um presidente, de um prefeito, devem ser tantas que eles não podem se deixar levar pelas facilidades em cada lugar e dizer: eu vou fazer. Não. Eu acho que é possível estudar, junto com o ministério da Educação, o que é possível fazer para que possamos trazer, num futuro bem próximo, a possibilidade da juventude dessa região ter



um lugar para estudar dignamente, sem precisar andar horas e horas de ônibus. Eu vou fazer este estudo com o maior carinho.

E quero dizer a vocês que a Câmara me fez uma homenagem que, possivelmente, eu não mereça, e uma pessoa não pode recusar uma homenagem, não pode recusar um prêmio, não pode recusar um elogio. Vocês colocaram, a Câmara colocou o nome da ponte de “Ponte Lula”, eu fico lisonjeado, agradeço do fundo do coração, mas eu gostaria que essa ponte – é apenas um pedido meu, se for possível, sem ferir ninguém – tivesse o nome de uma pessoa aqui da cidade, por exemplo, do barqueiro que vocês estão homenageando ali – o tio Nilo – que foi um companheiro que trabalhou muito aqui. Eu acho que foi a pessoa que, quem sabe, sonhou com isso a vida inteira, então, vocês poderiam prestar uma homenagem a ele, se vocês concordarem, e estarão me homenageando do mesmo jeito, pois eu me sentirei grato, recompensado, se esta ponte tiver o nome de um companheiro que é a cara da cidade de Itinga, que é a cara do rio Jequitinhonha e que é a cara de toda essa região. Se puderem fazer isso, eu agradeço. Não quero que isso se transforme numa polêmica, não, mas se estiverem de acordo, eu concordo.

Outra coisa é a questão do hospital da cidade. Eu participei, aqui, do lançamento da pedra fundamental desse hospital. Esse hospital foi um trabalho insano da comunidade. Eu sei que tem problemas políticos no hospital. Não vou discutir agora, mas vou pedir ao meu ministro da Saúde que mande alguém para que, junto com vocês, possam encontrar uma solução para que o hospital possa funcionar. É importante lembrar a vocês, e eu quero ser muito sincero, que manter um hospital funcionando é a coisa mais cara. Quem conhece de saúde sabe que manter um hospital funcionando é uma coisa cara. Muitas vezes a gente tem um prédio muito grande e não consegue fazer com que esse prédio tenha todos os equipamentos para funcionar.

Eu já tinha dito, naquele dia em que falei que o ministro da Saúde tinha



ido embora, mas vou pedir para alguém ligado à área da saúde para vir aqui para discutir junto com o secretário de Saúde do Governador, para ver se encontramos uma saída para fazer esse hospital funcionar da melhor maneira possível. Se não puder funcionar tudo, que funcione uma parte. Mas que o povo tenha um tratamento de decência, um tratamento respeitoso. Isso nós vamos tratar com muito carinho.

A outra coisa que nós vamos tratar com muito carinho, gente, é que tudo que nós pudermos fazer, do ponto de vista do governo federal, para contribuir com o governo do Estado, para que a gente traga possibilidade de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha, para que a gente possa criar as condições de melhorar a qualidade de vida das pessoas, podem ter certeza que nós faremos, e eu queria que vocês acreditassem nisso. Eu quero que, quando vocês olharem aí de baixo para mim, não me vejam como Presidente, mas como companheiro de vocês, que não precisou ser Presidente para vir aqui, não precisou inaugurar ponte para vir aqui, ou seja, um companheiro que acredita que o Vale do Jequitinhonha, como terra abençoada por Deus, não está predestinada a ser uma região eternamente pobre. Essa região pode se desenvolver. E nós temos a responsabilidade de dar a contribuição.

E eu quero fazer justiça porque o governador Aécio Neves, desde a época da posse me disse: “Presidente, eu sei que o senhor gosta do Vale do Jequitinhonha, eu quero dedicar grande parte do meu esforço para ajudar o Vale do Jequitinhonha e quero a parceria do presidente da República.” Pois eu quero te dizer aqui, na frente desse povo mineiro, extraordinário: Não faltará nenhum momento em que o governo federal não esteja disposto a ajudar Minas Gerais, a ajudar o Vale do Jequitinhonha a se transformar numa região próspera e rica, porque esse povo merece.

Muito obrigado, meus companheiros, e que vocês possam desfrutar agora o direito de ir e vir, com muito mais facilidade.

Um aviso aqui: o prefeito, representando várias cidades, me deu um



documento sobre a nova Sudene. O Vale do Jequitinhonha faz parte do polígono da seca, portanto, ele está incluído em toda a política de desenvolvimento da Sudene. Eu só quero dizer ao prefeito que eu fui, agora, à Fortaleza, numa reunião com nove governadores. Nós assinamos um crédito de financiamento, através do BNB, de 3 bilhões e 800 milhões para financiar projetos no semi-árido nordestino, no Vale do Jequitinhonha e também no Vale do Mucuri, porque vocês sabem que a coisa mais fantástica de Minas Gerais é que Minas é um estado atípico. É o único estado brasileiro atípico, porque Minas tem um parte muito carioca, que é a parte de Juiz de Fora; tem uma parte muito paulista, que é o sul de Minas, começando por Extrema e que vai até Uberaba, Uberlândia; tem uma parte muito Brasília, começando por Unaí; tem uma parte muito nordeste, que é essa parte aqui, e que é a região norte de Minas Gerais; ou seja, Minas mesmo, é o Vale do Aço e é Belo Horizonte.

De qualquer forma isso demonstra o quê? Que Minas tem importância no Brasil, porque é um estado que tem essa conformação de gente ligada a outros estados. É a síntese daquilo que é o povo brasileiro. Até nisso Minas tem grandeza.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido à presidente da Irlanda, Mary McAleese, e senhor Martin McAleese

Palácio Itamaraty, 29 de março de 2004

Presidente da Irlanda e senhor Martin McAleese,
Minha querida companheira Marisa,
Senhores embaixadores acreditados junto ao meu Governo,
Meu caro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, e sua esposa Ana Amorim,
Ministros brasileiros,
Ministro da Irlanda,
Meus amigos e minhas amigas.

Tenho grande satisfação em receber a visita de Vossa Excelência. Esta segunda vinda de um chefe de Estado da Irlanda ao Brasil, em poucos anos, constitui uma deferência que muito apreciamos. Atesta, sobretudo, as crescentes afinidades entre nossos países e a determinação comum em aprofundar ainda mais o amplo potencial desse relacionamento.

Apreciamos, com igual admiração, a liderança exemplar demonstrada por Vossa Excelência no combate internacional à pobreza e à exclusão social. Sua atuação bem traduz o lema que a tem inspirado à frente dos destinos da Irlanda: “Construindo Pontes”.

Senhora Presidente,

Estou seguro de que sua visita também dará renovado impulso à construção de novas pontes entre nossos países. Realizaremos, assim, as amplas potencialidades de um relacionamento assentado nos valores que unem nossos povos: fraternidade, solidariedade e compromisso com o diálogo.



Nossos países conhecem as mazelas da pobreza e da fome. Orgulho-me de poder dizer que o programa Fome Zero tem mobilizado a sociedade brasileira, trazendo o combate ao flagelo da fome para o centro do debate político nacional.

Foi com o objetivo de desafiar consciências que propus a criação de um Fundo Mundial de Combate à Fome, no âmbito das Nações Unidas. O Grupo de Trabalho que constituí, juntamente com o Secretário-Geral das Nações Unidas e os Presidentes da França e do Chile, deverá apresentar brevemente projeto de implementação dessa iniciativa.

Estou certo de contar com o apoio da Irlanda a fim de conscientizar os países ricos para o papel que lhes cabe nessa empreitada. Sabemos que o preço da segurança coletiva é a solidariedade; e o preço da paz internacional é a cooperação.

A Irlanda tem dado provas de compreender essa verdade fundamental. É um dos países desenvolvidos que, proporcionalmente, mais destina recursos aos Terceiro Mundo.

Senhora Presidente,

A projeção que a Irlanda vem ganhando no cenário internacional culmina, neste semestre, com o exercício da presidência da União Européia. No momento em que essa comunidade passa pela maior transformação de sua História, caberá a seu país responsabilidades excepcionais. Conduzirá as deliberações sobre temas-chaves para o futuro da União Européia e de seus parceiros internacionais.

Na Cúpula de Guadalajara, quando a América Latina e Caribe se encontrarão pela primeira vez com a União Européia ampliada, vamos trabalhar para fortalecer o multilateralismo e combater a exclusão social. Esperamos também avançar no Acordo de Associação Birregional entre o Mercosul e a União Européia. Contamos com a liderança de seu Governo, no esforço comum de construir uma parceria sólida e mutuamente vantajosa.



Nesse mesmo espírito e no âmbito da OMC queremos que a Irlanda colabore para a revisão das regras atualmente vigentes no comércio internacional. Regras que, a exemplo dos milionários subsídios à agricultura nos países ricos, não favorecem a redução dos enormes desníveis de desenvolvimento que se verificam no seio da comunidade internacional.

Na esteira dos bárbaros atentados em Madri, a União Européia está empenhada em reagir como voz firme e unida. O povo irlandês bem conhece esse flagelo e demonstrou maturidade e inteligência para superá-lo. Estamos certos de que, sob sua presidência, a Europa também saberá enfrentar esse desafio.

O Brasil se solidariza com essa luta, pois partilha os mesmos princípios do respeito à democracia e da convivência pacífica entre pessoas e nações.

Estamos convencidos do papel vital do multilateralismo para responder aos problemas de nosso tempo. Cremos que as Nações Unidas são palco privilegiado para a afirmação de nossas afinidades.

Por essas razões, o Brasil vem defendendo a reforma da Organização, para dar ao seu Conselho de Segurança, em particular, maior legitimidade e eficácia.

É fundamental que países em desenvolvimento estejam presentes em número adequado entre os membros permanentes do Conselho de Segurança.

Senhora Presidente,

Senhoras e senhores,

A Irlanda soube superar as amarras de seu passado para tornar-se o país com a segunda maior renda *per capita* da Europa. Tornou-se, por isso, inspiração para países que defrontam os desafios de superar a extrema pobreza e qualificar sua mão-de-obra para a corrida tecnológica do futuro.

Aprendemos a admirar o caráter empreendedor do povo irlandês também na contribuição que seus emigrantes deram ao progresso de outras nações.



É nessa perspectiva que registro, com satisfação, a presença de numerosos homens de negócio na delegação que a acompanha. Desde já, quero encorajá-los a trabalhar com o empresariado brasileiro para identificar novas oportunidades, para diversificar e ampliar nossas trocas e aprofundar nossa cooperação. Contamos com a contribuição do setor privado para que se concretize o verdadeiro potencial das relações econômicas e comerciais entre nossos países.

Também nesse sentido, a visita de Vossa Excelência vem abrindo novas perspectivas para uma maior convergência entre Irlanda e Brasil.

Dentro desse espírito de confiança, quero convidar todos a se unirem em um brinde à presidente Mary McAleese, à felicidade do povo irlandês e à amizade entre nossos países.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega de novas viaturas ao Departamento de Polícia
Rodoviária Federal**

São Caetano do Sul, SP, 29 de março de 2004

Meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça,

Meu caro Ray Yong, presidente da GM do Brasil,

Minha querida companheira Marisa,

Meu caro José Carlos da Silveira Pinheiro Neto, vice-presidente da GM,

Meus companheiros e senhora Maria Ivot Pinheiro,

Meu caro Tortorello, prefeito de São Caetano,

Meu caro companheiro Filippi, prefeito de Diadema,

Maria Inês, prefeita de Ribeirão Pires,

Oswaldo, prefeito de Mauá,

Ramon, de Rio Grande,

Se tiver mais, não está aqui na minha lista.

Senhor Hélio Cardoso Derene, diretor do Departamento de Polícia
Rodoviária,

Meus companheiros e companheiras da Polícia Rodoviária,

Meus companheiros e companheiras da GM,

Meu caro deputado Vicente Paulo da Silva,

Meu caro deputado Luizinho,

Meu caro deputado João Herman,

Meu caro deputado Devanir Ribeiro, Jamil Murad,

Meu caro Ivan Valente, Bernardo Ortiz, Gonzaga Patriota,

Meu caro Eduardo Suplicy, senador da República,

Meu caro companheiro Aparecido, presidente do Sindicatos dos
Metalúrgicos de São Caetano,



Meu caro Feijó, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC,

Meu caro Luiz Marinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores,

Meu caro Afif Domingos, da Associação Comercial,

Meu caro e querido companheiro Guiba, delegado Regional do Trabalho do estado de São Paulo,

Eu não sei se eu esqueci o nome. Ah, está aqui o nome do deputado Gonzaga Patriota,

Meus amigos e minhas amigas,

Primeiro, se o ministro da Justiça e o diretor da Polícia Rodoviária quiserem ter sempre um carro novo, é possível trocar de carro todo ano. Porque os metalúrgicos faziam assim, aqui, no ABC: comprava-se um carro com uma certa isenção, depois de um ano vendia-se, e o dinheiro da venda do carro usado dava para comprar um carro zero quilômetro com a isenção de impostos que se tinha.

Segundo, porque não é prudente ficar com carro velho. Um carro, a cada ano que passa, vai perdendo o valor. Então, se puder vendê-lo quando ele estiver inteiro e comprar um mais inteiro ainda, eu acho que é uma política inteligente. Apenas deve-se tomar cuidado porque, no Brasil, as pessoas costumam criticar esse tipo de comportamento, ou seja, as pessoas preferem que a Polícia Rodoviária, às vezes, esteja com um carro andando com o escapamento arrastando no chão porque, se comprar um novo, alguém vai dizer que está gastando dinheiro à toa. Como se não fosse necessário a Polícia Rodoviária estar melhor equipada que os ladrões ou os traficantes que perambulam pelas estradas brasileiras.

Eu acho extremamente importante, neste ato, dizer para vocês que eu venho a São Caetano e não me sinto honrado apenas por ser o primeiro presidente a estar em São Caetano, mas também porque fui morador e pescador de São Caetano. Pesquei no rio dos Meninos, quando se podia



pescar nesse rio. Mas eu estou aqui para dizer algumas palavras para vocês que eu acho importante dizer.

Na semana passada, o presidente do Banco Central foi ao Senado fazer um debate. Eu, há tempos, tenho pedido para que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central se exponham a qualquer público, em qualquer debate para que a gente possa aferir – não os números ideais que nós queremos projetar para o futuro – mas aferir, com dados comparativos, o que nós éramos e o que nós somos hoje. Digo isso sem medo, pois não temos porque não enfrentar todo e qualquer público para debatermos a situação econômica do país.

Eu, uma vez, ouvi um ministro do Trabalho dizer para mim – quando estava iniciando a minha vida no movimento sindical – o seguinte: “o trabalhador que se contenta com o salário que ganha, não merece o que ganha. Um povo que se contenta com a política econômica que tem, não merece essa política econômica.”

É preciso que o ser humano esteja sempre brigando para aperfeiçoar as coisas que temos que aperfeiçoar. Têm produtores de álcool neste recinto, e é importante a gente lembrar o que era o drama e a angústia, em março do ano passado, quando fizemos a primeira reunião convocada por mim, em que compareceram todos os empresários. Primeiro, os produtores de álcool, depois a indústria automobilística, para medir com o que é hoje. Não dá para medir apenas com o que falta fazer daqui para a frente. Para a gente medir como é a situação hoje e como era a situação há um ano.

Há um ano os produtores de álcool neste país não tinham nenhuma esperança e nenhuma expectativa de que no Brasil nós pudéssemos voltar, como na década de 90, a produzir carro a álcool. Havia uma reivindicação do movimento sindical e esse era tão humilde, que muitas vezes pedia para que o Governo comprasse uma frota.



O Governo deveria ter uma frota verde. Passado um ano e três meses, não é o Governo que tem uma frota verde, é que a indústria automobilística brasileira compreendeu, de forma inteligente, que um país que conseguiu, ao longo de 30 anos, criar a energia alternativa que conseguimos, renovável como é o álcool, menos poluente e geradora de empregos de forma extraordinária, não poderia prescindir de ter o álcool como política de energia para o país. Nós não poderíamos e não poderemos.

E agora, o que estamos vendo (...) não é mais o cidadão escolher se ele quer um carro a álcool ou um carro à gasolina. Com o mesmo dinheiro ele vai comprar os dois e, se Deus quiser, logo uns três, porque já estão pensando em colocar gás também no carro.

Então, o cidadão vai ter três opções e vai poder, livremente, de acordo com os preços de mercado, encher o tanque do seu carro e ir trabalhar ou passear com a sua família. E isso se deve à determinação do Governo, dos empresários, tanto dos produtores de álcool, quanto da indústria automobilística.

Ou seja, nós voltamos a acreditar que as soluções para os problemas dos brasileiros estão dentro e não fora do Brasil. Se bem que não poderemos nunca prescindir do alto crescimento das nossas exportações, como está acontecendo até agora, para nossa alegria e felicidade.

Ao mesmo tempo, esta semana eu fui criticado num jornal porque dizem que eu ajudei a indústria automobilística, e o setor metalúrgico. Eu não fiz nada mais e nada menos do que qualquer cidadão de bom senso fez ao longo da história da indústria automobilística neste país, um setor de ponta da economia, um gerador de empregos de mão-de-obra altamente qualificada que, quando está em crise, é importante que o Governo tenha a capacidade de se sentar com os trabalhadores e com os empresários e encontrar uma solução.

E foi o que nós (...) usar na venda dos carros que estavam encalhados o ano que vem, fazendo com que durante seis meses a gente tivesse isenção do



IPI. E podem ficar certos de que o Estado não perdeu nessa, porque se deixou de entrar um centavo no caixa do Estado, deve ter entrado muito mais por conta do emprego e do salário que os trabalhadores continuaram recebendo, sem que sejam dispensados.

É muito engraçado o momento que estamos vivendo no Brasil. Os que se preocupam com política vão perceber que há muitos anos a gente não vive um momento de otimismo como deveríamos estar vivendo neste momento. Por que otimismo? Otimismo, porque o Governo tem mais dinheiro para investir do que teve no ano passado. Otimismo, porque os juros, se não são os ideais, estão mais baratos do que já estiveram. Nos últimos dez anos o juro é real. Otimismo, porque os bancos de investimentos têm muito mais recursos para investir do que tiveram nos anos anteriores. Otimismo, porque do ponto de vista da infra-estrutura, nós temos condições de fazer muito mais do que já foi feito nos últimos anos. Deveríamos estar otimistas porque o Brasil continua vendo a sua credibilidade internacional crescer, a cada dia que passa. Otimistas, porque sabemos que o crescimento econômico que desejamos vai gerar, senão todo, pelo menos parte dos empregos que nós tanto queremos na economia e no desenvolvimento do nosso país.

E quando venho a uma indústria automobilística do porte da GM, e fico sabendo que nunca veio aqui, antes, um presidente da República, é de se perguntar onde iam os presidentes da República que não visitavam as fábricas, que são responsáveis por grande parte da economia do nosso país.

Eu estou aqui não apenas por causa da venda, ou melhor, da compra de pouco mais de 300 carros para a Polícia Rodoviária Federal, mas porque precisava vir aqui para dizer a vocês que o Brasil nunca teve, nos anos recentes, as possibilidades que tem para os próximos anos. Nós vamos, outra vez, bater recorde na agricultura; nós vamos outra vez, bater recorde nas nossas exportações. Certamente a economia brasileira vai crescer, se não o tanto que gostaríamos que ela crescesse, mas vai crescer o que é possível



crescer.

É importante que todo mundo saiba que o Brasil ainda tem uma economia vulnerável. E não sou eu que digo isso, qualquer pessoa neste país que acompanha a economia, sabe que a gente ainda tem uma economia altamente vulnerável. Vulnerável porque devemos muito, porque parte da nossa dívida está dolarizada, porque os projetos que queremos ter para fazer uma verdadeira revolução na infra-estrutura deste país têm problemas.

Só para se ter idéia, nos últimos quinze dias eu já fiz duas reuniões com os ministérios de infra-estrutura para tentar destravar obras que estavam paralisadas desde 2001. Eram 35 hidrelétricas; 17 já estão em obras, 18 ainda precisam ser distribuídas. Só em gasoduto, a Petrobrás tem 6 bilhões e 800 milhões de reais para investimento. E temos problemas. Temos problemas, ou porque falta licenciamento, ou porque tem embargo da obra, ou porque há divergência entre as várias instâncias do próprio Governo que deveriam desobstruir isso.

E como eu não sou homem de ficar chorando as coisas que não aconteceram, quero fazer as coisas acontecerem. Por isso estamos tratando de tentar desobstruir todos os entraves. E quando eu digo desobstruir, não falo em passar por cima das normas ou passar por cima das leis, sejam elas as que defendem o Ministério Público, sejam elas as que defendem o ministério do Meio Ambiente. O que nós queremos é fazer definitivamente as obras, com a qualidade ambiental e a legalidade com que precisam ser feitas, porque o Brasil não pode continuar a ser o paraíso das obras paralisadas, como fomos durante muito tempo.

Sempre que venho a uma fábrica, eu me sinto muito mais otimista para falar as coisas que, muitas vezes, eu não posso falar. Eu estou hoje muito mais certo, muito mais confiante, acreditando muito mais no nosso potencial do que eu acreditava há alguns meses.



Se as coisas não acontecem com a rapidez que as pessoas desejam, isso não acontece apenas no crescimento econômico, isso acontece também na nossa vida pessoal. As coisas, muitas vezes, são mais lentas. Hoje, por exemplo, eu ouvi uma crítica de que o programa de segurança, o SUSP, não saiu do papel.

As pessoas acham que existe milagre; nós apresentamos um plano, fizemos um convênio, e agora precisamos introduzir o que, possivelmente, levará alguns anos. E leva alguns anos por quê? Porque durante vários anos passados, não foi feito o que tinha que ser feito no Brasil.

Então, nós precisamos começar a fazer coisas que não foram feitas há muito tempo. E podem ficar certos que nós vamos fazer. Vamos fazer cada coisa que precisa ser feita, com o cuidado que precisamos ter para que o Brasil não tenha nenhum retrocesso.

Eu, outro dia, conversando com alguns companheiros, dizia: “eu não tenho porque fazer a loucura que já foi feita neste país, de inventar um plano com o nome Lula. Nós já tivemos o “Plano Verão”, o “Plano Collor”, o “Plano Bresser”, plano não sei das quantas, eu não estou disposto a levar o Brasil para uma aventura que nós já sabemos qual será o resultado.”

Eu prefiro manter um plano que é o único que pode fazer a economia brasileira dar certo, que é o plano da certeza, o plano da credibilidade, o plano onde não tenha porque não conversar com todos os segmentos da sociedade e ir fazendo os ajustes que têm que ser feitos. Porque pegar as pessoas de surpresa, de madrugada, anunciando idéias mirabolantes, esse filme nós já vimos e, quando acordamos, qual era a dívida que tínhamos que pagar.

Só no meu Governo herdamos 40 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; herdamos 4 bilhões da anistia; e agora herdamos mais 12 bilhões e 400 da URV, de 1993. Era dinheiro que não estava no Orçamento e que nós vamos ter que pagar, porque a Justiça mandou e nós não queremos deixar esqueleto no armário para os nossos sucessores.



Afinal de contas, eu digo sempre que nós não fomos eleitos para governar este país por quatro anos. O nosso mandato é de quatro anos, mas fomos eleitos para criar bases sólidas para que este país possa, definitivamente, se transformar numa grande economia, entrar no rol dos países desenvolvidos e sair do eterno rol dos países em via de desenvolvimento; entrar no rol dos países com política econômica objetiva e concreta, sem os sobressaltos que se tem todo dia por conta da fragilidade da economia brasileira e fazer com que tanto o tal do mercado, como a sociedade brasileira percebam que nós não temos muitas escolhas, não.

A escolha nossa é a seriedade, é a certeza dos objetivos que queremos atingir, é a certeza que a nossa economia precisa voltar a crescer com muita urgência, para que possamos dar respostas à sociedade brasileira, sobretudo aqueles milhões que estão desempregados ou aqueles milhões que querem adentrar o mercado de trabalho.

Quando eu falo de desemprego não falo de programa de Governo, eu falo do desemprego de quem já viveu isso na pele. Tortorello, quando eu morava na rua Padre Mororó, fiquei um ano e dois meses desempregado, portanto, eu sei o que cada trabalhador sente na pele, sente no bolso e sente dentro da família quando fica desempregado. Agora, o emprego também não acontece como passe de mágica, acontece com investimentos. E os investimentos não são tantos quanto gostaríamos de ter.

Mas eu vou dar um dado para vocês: em 2002, dos 262 milhões contratados para saneamento básico, apenas 19 milhões foram liberados; no ano passado, no primeiro ano de Governo, nós liberamos 1 bilhão e 700 milhões de reais para saneamento básico; e este ano vamos liberar – só num acordo que foi feito com o Fundo Monetário – 3 bilhões de reais. Quem é prefeito aqui, como o Tortorello, o Filippi, o Ramon, o Oswaldo e a Maria Inês, sabe quantos anos vocês ficaram sem poder fazer muita coisa em saneamento, porque neste país, lamentavelmente, muitos dirigentes não



gostam de fazer saneamento, pois isso significa manilha embaixo da terra, e manilha embaixo da terra significa não poder colocar nome de parente, porque ninguém vê. Então é melhor construir pontes e viadutos, porque as pessoas vêm.

E saneamento é o que garante, não apenas a geração de empregos, mas a melhoria de qualidade de vida das pessoas, a qualidade de vida das crianças. E isso nós vamos fazer. E vamos fazer com a tranquilidade daqueles que me conhecem há muito tempo. De vez em quando eu ouço dizer: “Não, porque tem crise.” Eu sei que tem crise no Corinthians, que não está ganhando há muito tempo; no São Caetano, certamente, não tem crise. E muito menos tem crise no Governo. Ou seja, o fato de termos divergências políticas, o fato de termos contradições, está longe de alguém poder dizer que existe uma crise.

Se tem uma coisa que as pessoas precisam aprender é que eu nunca na minha vida tive nada com facilidade. Nunca. Para mim, as coisas nunca caíram do céu. Cada conquista, mesmo que fosse milimétrica, era uma briga tremenda, eu apanhava que nem cachorro de rua para conseguir um milímetro. E, depois de tanto apanhar, nós chegamos lá. E agora, o que acontece? Porque nós terminamos o ano de forma tão extraordinária, com otimismo exagerado e, de repente, essa firmeza vai embora? Que crise que aconteceu? Ou será que a crise já é a eleição de 2004? Ou será que as pessoas estavam preocupadas que o meu Partido pudesse ganhar muitas cidades e precisam fazer o debate político? Nós fizemos uma Constituição, em 1988, que deu às prefeituras deste país um montante de recursos que nunca tiveram. Isso foi desmontado nos últimos oito anos.

Agora, de vez em quando, eu me encontro com prefeitos e dá a impressão de que eu sou o culpado. Dá a impressão de que o meu Governo é o culpado pela falência das prefeituras brasileiras, que foram praticamente lesadas nesses últimos oito anos. E para minha felicidade, no último encontro



dos prefeitos brasileiros, 90% das reivindicações que eles fizeram no ano passado, nós já atendemos todas. Isso não foi dito por mim, mas pelo presidente da Associação dos Prefeitos, pelas três que estavam lá. Da mesma forma, os estados brasileiros.

Hoje, eu converso com meus companheiros governadores e todos eles se queixam que os estados estão falidos; estão quebrados; e que não têm dinheiro para investir. Mas isso não aconteceu agora. Meu Deus do Céu, há alguns anos estava todo mundo achando que estava maravilhoso, que se podia vender todas as empresas estatais, que se podia vender tudo, que ia dar tudo certo. E, agora, tentam jogar nas costas do Governo a falência dos estados. Não é possível, nem procuram o culpado, porque a história e o povo saberão ser mais inteligentes e saberão em que momento as coisas não se deram como deveriam.

Nós temos estados e prefeituras que já não podem pagar o salário e o 13º. E a culpa foi de um acordo feito há quatro ou cinco anos, em que os estados tinham que pagar grande parte do que arrecadavam para a União. Mas isso foi um acordo feito entre estados e Governo Federal, quase todos eles do mesmo partido. E, obviamente que o Governo, agora, não pode abrir mão do acordo, porque também não pode assumir a dívida dos estados.

Nós fizemos uma reforma tributária de comum acordo. Nessa reforma os estados estão contemplados, porque foi feita de comum acordo. E a Câmara e o Senado entenderam que isso deveria ser cumprido. Foi criado um fundo de desenvolvimento, com repasse de 30% do CID para que os estados refizessem as estradas e foi feito um acordo para compensar as exportações, da mesma forma que fizemos com os municípios.

Agora, meus senhores, não esperem que eu seja mais do que um Presidente da República. Eu só tenho a Constituição para cumprir, não tenho os poderes de Deus para fazer os milagres que alguns acham que devo fazer, sobretudo na relação com prefeituras e com o governo dos estados. Isso é um



processo e, se depender da minha vontade, ao longo do tempo os estados e os municípios terão mais dinheiro, sobretudo os municípios, porque é lá que o povo mora, é lá que o povo precisa de saúde, é lá que o povo trabalha, é lá que o povo encontra o prefeito ou o secretário. Mas isso tem que ser feito com o tempo, porque eu não posso cobrir um santo e descobrir o outro. É preciso fazer com a tranquilidade que precisa ser feita. E vamos fazer. Já demos uma demonstração, esse ano, de que nós vamos fazer as coisas.

Portanto, eu quero dizer à Direção da GM que se vocês continuarem vendendo carros para a Polícia Rodoviária mais baratos e com boa qualidade, e se o governo do estado de São Paulo continuar abrindo mão do ICMS e, quem sabe, fizer parceria com o Governo Federal, a Polícia Federal nunca mais vai andar com carros de oito ou nove anos de uso, e nem qualquer ladrãozinho vai conseguir enganar o policial.

Boa sorte para vocês, meus parabéns. É uma alegria estar aqui na GM para receber esses 300 e poucos carros, que são os primeiros de uma série que, eu acho, nós deveremos ter daqui para a frente, até porque isso aqui não é um instrumento de passeio, é um instrumento de trabalho. E quanto melhor preparados estiverem, mais certeza teremos que as nossas estradas estarão garantidas.

Muito obrigado a vocês e boa sorte aos trabalhadores.

/rss/cms